

INTRODUÇÃO

ÀS

NOTAS SUPPRIMIDAS

EM 1821.

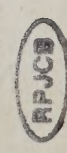
THE THORNTON

OF THE SUPPLEMENT

INTRODUCTION

OF THE SUPPLEMENT

1881



INTRODUCCÃO

AS

NOTAS SUPPRIMIDAS

EM 1821.

OU

RACIOCÍNIO

SOBRE O ESTADO PRESENTE E FUTURO DA

MONARCHIA PORTUGUEZA.



LONDRES:

Impresso por T. C. Hansard, Peterborough-court, Fleet-street.

1823.

INTRODUCCAO

NOTAS SUPPLEMENTARES

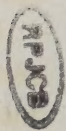
1891

ou

FACTICINIO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MANHÃ DE PORTUGUEZA



LONDRES

Impressão por T. & A. Smith, 1, Abchurch Lane, Londres

1891

INTRODUÇÃO.

A PUBLICAÇÃO d'esta resposta, ou notas ao *pretendido* Manifesto da Nação Portugueza, foi differida *sine die* em contemplação com os escrúpulos que mostraram algumas pessoas, como se a leitura dos abusos da antiga Monarchia podesse prejudicar á Autoridade Real, na crise em que se achava empenhada em 1821.

*Motivo da
supressão
d'estas Notas
em 1821.*

Naõ podia haver intenção mais alheia dos sentimentos que o Autor professou em toda a sua vida, nem podia elle persuadir-se que a exposição feita n'estas Notas produzisse outro effeito no animo de todo o Leitor sensato, senaõ o de convencê-lo da necessidade que havia d'uma grande reforma, necessidade absoluta, da qual o Autor havia prevenido o mésmo Monarcha muitos annos a fio, antes que alguém sonhasse na possibilidade de uma catastrophe como a actual. Comtudo sendo impossivel prever, e muito menos determinar d'antemaõ, o effeito que quaesquer escritos ou opinioes poderaõ produzir sobre a multidaõ, quando esta se acha

atigada pela facção Democratica, que ha mais de trinta annos assola a Europa, cedeu facilmente, e supprimiu a sua pequena obra: mas agora que a Nação Portugueza tem perto de tres annos d'experiencia do que vale a Democracia moderna, vulgarmente chamada Jacobinismo, e tem tido occasiões bastantes de se convencer com os seus proprios olhos, e á custa do seo proprio soffrimento, que nem os abusos e vicios inseparaveis da Monarchia, quando passa de absoluta a arbitraria, nem as pretensões e fanatismo do Clero, nem os peccados da Nobreza podem pôr se em paralelo com os males quasi incuraveis que deixa o Jacobinismo; agora que o descontentamento se manifesta geralmente, e n'aquelles mesmos que antes esperavam muito d'esta reforma, porque a não conheciam por experiencia,* e não eram dos iniciados na seita e interessados na cegueira e illusões do vulgo, para fazer à custa d'elle o seu peculio, agora julga o Autor que toda a contemplação da natureza acima indicada he desarrezoada, e quanto mais verdades se lançarem diante dos olhos da nação, tanto melhor ella acertará com a estrada que

* He facto provado em Italia que nenhum povo acredita o que se lhe diz do Jacobinismo antes de o ter experimentado, ainda que a experiencia fosse feita num paiz limitrophe!

deve tomar para sahir victoriosa da luta em que se metteu. A historia antiga e moderna provam que os abusos flagrantes e intoleraveis da Monarchia raras vezes produziram na Europa a simples queda do * Monarcha, mais geralmente a mudança de Dynastia, e *somente em virtude das luzes do Seculo* produzem agora uma Constituição nova com o mesmo Principe de quem procediam os aggravos. Longe pois de recear agora que a lembrança dos antigos dissabores desgoste os Portuguezes da Monarchia, e os reconcilie com o estado insoffrivel actual, presume o Autor que lhes fará o serviço de impedir os saltos mortaes de um extremo a outro, que os Povos são mui aptos a dar, quando no meio de agitações politicas vem que foram enganados, e mallogradas as esperanças que tinham concebido com demasiada facilidade.

*E da sua
publicação
em 1825.*

De facto agoniados, e envergonhados com a mudança que fizeram de mal para peor ; irrita-

* Desgraçadamente para a historia dos povos, não são os Reis Tyrannicos, e até crueis, os que mais sujeitos estão a grandes catastrophes, comtanto que o seu despotismo seja regular e não arbitrario. São os Príncipes destituídos de caracter, entregues a validos que mudam frequentemente : são em fim os que deixando affrouxar as redeas do governo, se não são tyrannos, consentem que haja muitos em seu nome !

dos com as dores que lhes causam as chagas largas, e profundas que o Jacobinismo fez ao Estado em tão pouco tempo; não conhecendo outra forma de Governo senão a que derrubaram; não querendo ouvir fallar em novas experiencias; e reputando qualquer conselho d'este genero, como novo estado de Jacobinismo em disfarce; não seria d'admirar que se vissem os Portuguezes correr com os olhos fechados, lançar-se aos pes da Monarchia absoluta, e pedir-lhe perdaõ!!!

Ella os receberá com os braços abertos, e até os entenderá quanto for preciso para os abraçar mais fortemente! Mas qual será a consequencia, e o resultado mais provavel?

A monarchia prometterá tudo, e se a grande maioria dos povos nas quatro partes do Mundo Portuguez pensasse como digo acima, não ha duvida que a monarchia absoluta, mais facilmente do que nenhuma outra forma de governo, apagaria o fogo da discordia civil! mas que apparencia ha que tal modo de sentir e de pensar seja o mesmo nos dois hemispherios . . . que os estrangeiros atijam quanto podem ha muito tempo um contra o outro, para os reduzir ao mesmo estado,* e que os Democratas de Lisboa

* Mr. George Rose, amigo, panegirista e instrumento de Mr. Pitt, dizia em 1808 que os Habitantes do Brasil veriam logo, pelo maior preço de seus generos,

irritaram e estimularam no amor proprio, como se tivessem o mesmo fim que os estrangeiros?

Que apparencia ha que a Monarchia se cure de seus vícios e se dispa de todos os seus antigos defeitos?—Nenhuma!! Provavelmente ella voltará como era, e calçará a estrada para segunda catastrophe!

Se este he o resultado mais provavel, segue-se que he da obrigação, da gloria, e talvez do interesse de todo o que poder influir sobre a sorte futura de Portugal, propor uma composição, um meio termo, que tanto freio ponha a os facciosos da Democracia, como aos cortezaões e validos da Monarchia!

“Esses discursos, esses receios são escusados,” me dirá alguém! “os povos não serão consultados, nem o fôraão! Será o chefe d’alguma força Militar, Estranha ou Nacional, que deci-

quanto ganhavam com a admissão dos estrangeiros—mas quando se lh’observou que talvez comprariam mais caro ... e que o Brasil precisava taõbem de Negociantes de Manufactores de Navios e Marinheiros, &c. &c. &c. calou-se. Portugal a respeito da Europa estava d’antes como o Brasil agora sem Negociantes, sem Artifices e sem Navios. Quanto possuia nestes tres ramos era destinado ao commercio da India e das conquistas nada para a Europa, excepto nos casos raros de neutralidade entre a França e a Inglaterra. O Brazil não tem actualmente um navio que navegue senão de costa a costa, não tem marinheiros nem negociantes senão estrangeiros.

dirá por elles !” Auspicio máo e que Deus afaste de nós ! mas com tudo com esse mesmo Chefe Militar não será perdido o raciocinio precedente : pois esse exercito estrangeiro alguma vez hade evacuar o reino ; esse Militar Portuguez poderá ser supplantado por outro ! Hum e outro devem pensar no que está por vir !!

Objeto d'estas Notas.

O objeto das seguintes Notas foi provar, á grande massa do Povo Portuguez (que em 1821 se supponha ainda intacta da peçonha Jacobinica e esperava, de boa fé, muito da presente reforma) e taõbem aos Chefes Militares que se deixaram seduzir pela seita revolucionaria ; que estavam enganados, que não conheciam as tretas e os fins do Jacobinismo ! Foi taõbem provar-lhes que esses homens, que á sombra da aura popular e do auxilio que lhes deu a tropa, se erigiram em legisladores, constituintes da Nação Portugueza junta em *Cortes verdadeiramente Extraordinarias*, eram da mesma massa e farinha que os antigos Jacobinos da França, Italia, &c. &c. os mesmos que em Portugal, debaixo do nome de partidistas Francezes, se oppuzeram constantemente, durando as ultimas guerras, a toda a reforma dos abusos e vicios da Monarchia, a todo o melhoramento interno, a todo o plano que puzesse o erario em termos de organizar o exercito Portuguez, e de lhe dar os

meios de sustenar então, com a mesma valentia e heroismo com que depois sustentou, a honra, e a dignidade nacional. Os mesmos homens (ou seus herdeiros e successores) que incubrindo ou seus designios com o pretexto da preferencia que no seu conceito merecia a alliança da França Revolucionaria sobre a da Inglaterra, procuravam de facto arrastar o reino para o vortice Revolucionario, e que agora esbravejam contra a França, porque ella tornou para o seu Rey legitimo, e para os principios da ordem social, e da verdadeira liberdade.

O methodo empregado na demonstração foi *Methodo empregado na demonstração.* o de examinar ponto por ponto a primeira peça politica que os facciosos lançaram ao publico, sem ter animo de a confessar producção authentica dos Cortes, porque sabiam muito bem as falsidades que ella continha, e que o seu fim era mais enganar a propria nação do que as estrangeiras. O Autor viu n'esta primeira producção Jacobinica Portugueza uma *especie de copia* de tantas outras por que os revolucionarios Italianos, discipulos dos antigos Francezes, se estriaram logo que se poderam sentar sobre os bancos de algum governo que os exercitos Francezes revolucionarios desapossaram. Apenas installado o governo provisorio, choviam sobre o povo editaes, bandos, procla-

maçoens, e papeis impressos de todos os nomes, irritando-o e incitando-o contra tudo o que antes existia ; recordando-lhe, e exagerando todos os abusos, para o aturdir sobre os males futuros, e não lhes deixar perceber na confusão geral o fim que tem a parte mais significativa dos revolucionarios, o qual se chamaria na phrase vulgar—*pescar nas aguas turvas*, e enriquecer-se á custa dos antigos ricos ; porque estes modernos liberaes somente o são da propriedade alheia !

*Franqueza
com que o A.
escreveu, e
seus motivos.*

O Autor não dissimulou os vícios e abusos da antiga Monarchia, nem os vícios e máos costumes dos Subditos; e como podia obrar diversamente, e dar-se por consequente ? depois de ter mais de vinte annos a fio representado ao proprio Soberano que o Reino se perderia se não houvesse Geral Reforma, no modo de Governar, e no modo de obedecer ... e aquem lhe estranhou, “ que assim fallase, e lh’observou “ com certo Autor Francez, que os defeitos “ nacionaes devem—tratar-se como segredos de “ familia, que se não divulgam”—Respondeu... Que Deus N. S. não tinha deixado na sua Igreja outro remedio nem outro methodo para nos serem absolvidos nossos peccados, senão o de confessá-los, com sincero arrependimento, e proposito firme de nos emendar.

Que esta confissão fosse feita em publico, tal

como se costumava nos primeiros seculos da Igreja, ou aos pés e ouvidos d'um Confessor, como depois se praticou, sempre o methodo era um, e as condições iguaes — e concluiu que se todos, ou o maior numero dos empregados Portuguezes fizesse outro tanto, o remedio não tardaria; em quanto, olhar mudo e quedo para a Monarchia nas bordas do precipicio, indicava muita estupidez, ou criminosa connivencia com o mal por interesses particulares.” De facto os erros e as culpas de Portugal são muito antigos, e a começar pelo throno, depois abrangendo na sua generalidade todas as ordens do Estado, e fazendo sempre as excepções brilhantes, e as de costume, não ha quasi um individuo Portuguez que não tenha que bater nos peitos, e clamar como o Rey David “o meu peccado contra mim he ! !” Mas taõbem he verdade que se os peccados foram geraes, o castigo do Ceo tem cahido sobre todos, á maneira dos que se referem na Historia Sagrada.

A Corôa tem perdido o seu lustre, a sua dignidade, e a sua opulencia. O Clero e a Nobreza desapareceram quasi do livro dos viventes, assim como o commercio do escritorio dos negociantes. . . As conquistas, as provincias vem o fogo da discordia ateado entre ellas, e acham que a mesma terra, conjurada com os

elementos do mal, lhes nega os fructos que antes lhes dava. Em calamidade taõ geral d'onde e porque meios humanos pode esperar se remedio? Eu creio que somente a Providencia o poderá mandar, quando der por satisfeita a sua justiça, e apagada a sua colera. Mas o que me parece indubitavel he — que se algum remedio se pode esperar, ou merecer-se algum auxilio celeste, será se partirmos do principio que fica dito; da confissão geral—que todos peccamos, todos estamos sinceramente arrependidos, todos fazemos proposito firme de nos emendar. Lea-se o que o Autor escreve na sua Nota XI—e o que foi escrito em muitos Numeros do Investigador Portuguez em Londres. A diante se voltará a este mesmo assumpto, e se daraõ novos, e infelizmente curiosos exemplos do máo espirito dos empregados publicos.

*Apathia dos
Portuguezes
em 1807, e
applicaçãõ
ao estado pre-
sente.*

Quando a grande *majoridade* da nação se sentir disposta a fazer este acto de contricção, mal pode tardar o remedio, o auxilio celeste he infallivel: mas em quanto este modo de sentir não for o sentimento de quasi todos os Portuguezes, toda a tentativa parcial será perigosa, trará com sigo a guerra civil e facilitará a intervenção estrangeira, que he o remate de todos os males. Lastimava-se alguem nos annos de 1804, 5, 6, e 7, que são os do primeiro triste

ministerio de A. de Araujo, da apathia da nação Portugueza, tão esquecida do seu antigo esforço, e bellica ouzadia, que podia ver o reino em perigo de ser subjugado sem a minima resistencia, e a Monarchia nas outras tres partes do mundo a ponto de ser lacerada em retalhos, sem que alguém levantasse a voz para advertir ao Soberano, que um ministerio, ao menos imbecil, o perdia, e perdia a todos d'uma maneira já vista uma vez, e igualmente vergonhosa . . . mas foi lhe respondido por um estrangeiro que voltava de Portugal, que essa apathia era apparente, e involuntaria, que muitos Portuguezes desejavam invocar as antigas Cortes, mas que receavam de não fazer com isso bem algum ao reino, e temiam que das discordias civis de Portugal a Espanha somente aprovistasse. Que este pensamento fosse justo n'aquelle tempo não direi, quando s'applicar não a individuos, mas a todo o Clero, a toda a Nobreza, a todo o corpo da Magistratura, ao do Commercio, ao exercito mesmo, tal qual elle era então.—Eia pois? está-se vendo ha mezes formar uma nuvem que ameaça a Espanha e Portugal juntamente, ve-se engrossar cada dia e fazer-se mais carregada com os vapores que lhe manda o Jacobinismo de toda a Peninsula, os povos em um e outro reino gemem, e não ignoram que a

causa de seus males he a seita que s'apoderou do governo, e ninguem se move, a ninguem occorre esse pensamento que peava os Portuguezes em 1807? ?—Naõ receam que das discordias civís os estrangeiros somente aproveitem—e os Portuguezes, que ja naõ carecem da exhortação que em outro tempo se lhes fez

Como ! naõ sois vós ainda os descendentes
D'aquelles, que debaixo das bandeiras
Do grande Henriques, feros e valentes ?
&c. &c. &c.

os militares Portuguezes, que saõ ainda os mesmos individuos que ha pouco ataram as feridas taõ gloriosamente adquiridas, com as quaes, e com as suas nobres fadigas recuperaram, senaõ exaltaram ainda mais, o antigo lustre e credito das armas Portuguezas ; os militares Portuguezes ficaraõ com os braços cruzados, e com as bayonetas levantadas para o ar, esperando que os estrangeiros venham dar nos o remedio de que tanto carecem nossos males ? e naõ haõ de acudir á voz do primeiro illustre que levantar o estandarte pelo Rey, pela Patria e pelos antigos foros e privilegios da Nação ? D'algun que diga—

“ Abjurado fica o despotismo arbitrario com
“ todos os seus vicios, e com todos os estragos
“ que por taõ largo espaço de tempo nos

“ deixou fazer na honra, e no interesse !!!
“ Agora cumpre abjurar taõbem o Jacobi-
“ nismo que se pôs em seu lugar, e que em
“ menor numero de annos do que o Despo-
“ tismo gastou de seculos, nos fez já maiores
“ chagas, mais profundas, mais dolorosas, e
“ (se jamais possível) mais difficeis de curar-
“ se !!! pois em fim esse Despotismo, quando
“ expirou, entregou a Monarchia toda in-
“ teira.* Tocava ao Jacobinismo somente,
“ em menos de dous annos, atear o fogo aos
“ quatro cantos da Monarchia, e semear nas
“ conquistas a animosidade contra a mãi patria,
“ da qual ellas em outro tempo não consentiram
“ de se separar, e se obstinaram a ficar unidas
“ ao sceptro enfraquecido e atribulado que as
“ cedeu, por não saber como defendê-las . . .
“ dando assim ao mundo o nunca visto exem-
“ plo de fidelidade mantida contra a força
“ estrangeira, e contra as ordens do Soberano
“ juntamente. Nós não careciamos de refor-
“ mas Jacobinicas !! Tudo o que elle aconselha
“ de bom, tudo o que elle apregôa em palavras,

* Assim o disse um Membro ás Cortes de Lisboa: e por mais que Borges Carneiro se esconjurasse, e as gal-
lerias fossem mandadas vociferar, a verdade foi ouvida !
Habemus confitentem Reum !

“ e nega em factos, os principios fundamentaes
“ de todo o governo monarchico moderado, e
“ de toda a constituição justa e santa (antes
“ que este nome fosse prophanado pelo bafo
“ revolucionario) esses dois principios bem
“ conhecidos antes que a seita os fizesse seus...
“ 1. Que as leys se não façam no gabinete dos
“ ministros, mas com a approação de todas as
“ ordens do estado; 2. Que as imposições se
“ não alterem, ou não se assentem novas
“ sem o consentimento das mesmas ordens;
“ esses principios nós os tivemos por leys fun-
“ damentaes do estado, nos os gozamos por
“ cinco seculos—jurados, observados e * man-
“ tidos pelos nossos melhores Reys, e pelos
“ maiores homens que se sentaram no Throno
“ Portuguez—e he melhor derivarmos o nosso
“ direito, ou fundar agora a nossa pertençaõ
“ n’esta posse antiga e incontestavel, doque
“ derivá-la d’algum *Item* d’esse folheto impuro
a que chamais vos outros Constituição, a qual
“ tem sido para todos os povos que incauta-

* O Principio de não por tributos fora de Cortes, foi observado até Elrey D. João V. J. da Cunha Brochado refere a altercação que o Conselho da Fazenda teve com Elrey D. João V. a este respeito. Vid. Invest. Port. em Londres. Quando os Reys principiaram a fazer leis geraes fora de Cortes, não he tão facil de dizer.

“ mente a adoptaram, a realidade da fabulosa
 “ Caixa de Pandora, que em se abrindo derra-
 “ mou sobre a terra todo a qualidade de febres,
 “ e pestilencias—juremos pois, ou antes restitua-
 “ mos a nossa lealdade firme e obediencia ao
 “ Rey, á Patria, e aos nossos antigos fóros, e
 “ privilegios.”

Taes são os sentimentos que, na opiniaõ do
 Autor, deviam agora animar a todos os Portu- Sentimentos
que os devem
animar guezes, exceptuado o pequeno numero dos theo- ra. ricos que, de boa fé, acreditam os delirios dos
 antigos e modernos philosophos, e exceptuado
 taõbem o numero, que elle desejaria que fosse
 ainda mais limitado, daquelles cujos fins nunca
 fóram os theoricas de Plataõ, de Thomas
 Moro, de Mably, ou de J. J. Rousseau, mas a
 má tenção de pescar nas turbulencias da Patria,
 e d'enriquecer-se á custa d'Ella, do Rey e dos
 Subditos. E a melhor prova que a nação pode
 dar de como ha voltado aos principios da ver-
 dadeira Monarchia, será a de abjurar solemne-
 mente, e sem o minimo constrangimento militar,
 o folheto da chamada Constituição de 1822.— O que o A.
entende por
verdadeira
Monarchia.
 Quando o Autor diz da verdadeira Monarchia,
 não entende uma sem limite, no sentido do
 Marquez de Pombal, * nem arremedando outra

* Motu Proprio, certa Sciencia, Poder Real Pleno e
 Supremo, que na terra não reconhece superior.

igual doidice do século passado, uma exactamente cortada á moda Inglesa—entende uma forma de governo que os Portuguezes conhecem pela experiencia de seus maiores, e sabem que lhes convêm; pois que cinco séculos gozaram d'ella, e quanto permittiram a ignorancia dos tempos, e os poucos progressos que a civilização tinha feito até o meio do XVI século, com ella e a sombra d'ella floresceram, mais doque essas nações que lhe são hoje tão superiores em força e riqueza: uma forma de governo, longe por certo do modelo ideal de perfeição, mas racionavelmente observada, a pesar das * cavil-lações que os Bachareis d'aquelle tempo ensinavam aos Reis, para eludir ou evadir sem perigo as queixas e supplicas dos povos; esses mesmos Bachareis (quanto á doutrina e costumes) que agora ensinaram aos povos a derrubar a Monarchia arbitraria, que elles haviam ajudado a edificar.*—O Autor pensa com muitas pessoas sensatas, que a mesma forma de governo mal pode convir a todas as nações, e este he o melhor argumento que se pode usar contra a doutrina do Jacobinismo, se jamais he defendida de boa fé: elle sustentou esta sua opinião

*Vejam-se muitas respostas ás queixas dos povos: estas respostas eram sempre compostas por algum grande Bacharel.

(na ultima Nota) pelo que respeita á nação Portugueza, pelos principios de necessidade e de conveniencia, que são para as nações, como para os individuos, os motivos racionais de obrar, e provou que os Portuguezes não tinham necessidade alguma de fazer uma constituição de novo, nem era do seu interesse, por consequencia, obrar assim ao acaso : pois quando a conveniencia da mudança he problematica, somente a necessidade absoluta he que pode justificar a experiencia.

A necessidade presente de abolir o despotismo arbitrario impunha a obrigação de examinar as causas, e os meios pelos quaes a antiga forma de governo, Monarchico-moderado, se havia convertido n'aquella forma abusiva que agora desagradava ; de destruir essas causas e tolher esses meios de degeneração ; mas não impunha a obrigação absoluta de fazer uma constituição de novo e *a priori* ;* suggeria pelo contrario o conselho prudente de rever bem o que d'antes havia, e se tinha perdido ; de recuperar, de ampliar, de innovar, e de não tocar no que fosse bom de conservar. Não será inutil considerar agora a mesma questão debaixo de outros pontos de vista.

* Esta asserção carece de mais miudo exame, voltar-se ha a este assumpto.

*Digressão
sobre os Ba-
chareis anti-
gos, e moder-
nos.*

Olhando somente aos meios que havia de adquirir a instrucção necessaria, nenhuma classe em Portugal se devia presumir mais capaz de conhecer os vicios e abusos por que havia degenerado a antiga forma de governo (e de conhecer, por consequencia, ao menos em grande parte, os males de que o Reyno padecia) do que esses Bachareis, correndo por todos os lugares da Monarquia, em um e outro hemispherio, e tendo assim a occasião de ver com os seus proprios olhos o que muitos outros ignoram: ajuncte-se a obrigação que tem de ler os jurisconsultos patrios, que á excepção de algum historiador, por acaso, são os unicos escriptores* em Portugal, que dizem alguma coisa sobre estas materias: ajuncte-se muitas vezes a necessidade, e sempre a maior facilidade, de compulсар Cartorios e Archivos: até que chegados á Côrte, e entrando n'algum Tribunal Supremo, vem a ser os instrumentos mais activos do governo em todos os ramos de administração. Parece, pois, que ninguem como elles poderia

* Veja-se o que o A. escreveu a pag. 113 nota (m).— Lembra-lhe entre outras obras M. S. que cita a Bibliotheca Lusitana (e que não s'imprimiram depois do triumpho do Inquisição em 1680 (salvo erro de data) uma cujo titulo ou assumpto era *Necessidade de abolir os Provedores das Comarcas*.

dar luzes sobre a natureza dos males antigos e modernos, e apontar os remedios.

Pelo contrario, postos a legislar, esqueceram-se os nossos Bachareis de tudo o que haviam visto pelo reyno e conquistas, de quanto haviam lido em authores patrios, e sómente se lembraram das suas precedentes conversações maçonicas, e do que nellas tinham jurado: fieis ás doutrinas do *Moniteur* e de outros escriptos *Francezes Revolucionarios*, cortaram o Nó-Gordio, e elles pode-se dizer que sós opinaram que se não convocassem as Côrtes antigas, como fôra promettido pela primeira Junta Insurreccional do Porto, e já ordenado, em nome d'El Rey, pelos Governadores do Reyno; e elles sós decidiram, illudindo a tropa, que se fabricasse toda de novo a nossa torre politica! Succedeo então como succedeo sempre em casos taes, e com outras nações: destruíram, destruíram, mas nada edificaram; e tornaraõ a destruir, porque não ha para elles mais razaõ de respeitar a meitade do muro que levantaram, doque houve para derribar sem piedade todas as paredes do antigo edificio. Este seu procedimento não causará espanto a quem reflectir, que a accumulacão de poderes judiciais, de policia, e administrativos, deve ter adulterado o espirito e a moral dos nossos Bachareis, &c. . .

progressivamente desembargadores, mais do que em nenhuma outra parte do mundo faz o simples uso do fóro. Quem comparar a nossa administração municipal com a das outras nações, logo se convencerá que a sua ruindade deve proceder dos motivos pessoais de quem a dirige: quem sabe, em fim, que a Autoridade Real, de que estão munidos os juizes de fóra, provedores, &c. &c. tem ha seculos annihilado a significancia das cameras, e destruido o espirito publico das provincias, facilmente explicará o nauseante phenomeno de um Reyno internamente, todo elle, tão mal administrado. A tamanho mal, e que merece um lugar tão distincto entre as causas da decadencia da Monarchia, que remedio deram os novos legisladores? Supponho que nenhum, pois que todas as informações concordam a afirmar, que a desordem he extrema em todos os ramos de administração, e a impaciencia nas classes baixas e na tropa, muito grande.

Com juizes de fóra, e do crime, ouvidores, provedores, &c. &c. assim educados e mal acostumados, não se povoavam bem as relações e tribunaes supremos, De facto, a administração da justiça em Portugal era a pedra de escandalo para todos os estrangeiros; e de seus livros se vé que tinha passado em proverbio

ironico a expressão de *justiça Portugueza*, como entre nós a de *justiça de Moiros*. Portugal he, se não me engano, o unico paiz da Europa onde cada nação estrangeira tem um juiz privativo, ou conservador, como lhe chamam: cada corporação, ordem, e até a familia de um prodigo, tem um juiz privativo; de maneira que a jurisdição geral se pode comparar com aquelles rios da Italia superior que, exgotados pelas muitas derivações que d'elles se fazem para canaes de régua, ficam enxutos, ou vão morrer com uma penna d'agua em outro rio mais caudaloso; e neste sentido se viram os casos mais simples que se tractam nos tribunaes, como as questões de alimentos entre marido e mulher, entre pae e filhos, julgadas ou decididos por um decreto d'El Rey.

D'esta desordem procedeu naturalmente o extraordinario numero de Juizes e Dezembar-gadores, e a pequenez de seus Salarios que augmentou o damno. A tão grande mal (pergunto novamente) que remedio deram os novos Legis-ladores, supponho que nenhum; ainda que oigo que a Constituição em theorica aboliu todos os privilegios de fôro; mas de certo não aboliu os Conservadores estrangeiros, nem remediou a multiplicidade e pobreza dos Magistrados, e a reforma he theorica e dependente de Codigos

futuros. Ninguém queria, a não ser iniciado *na Seita*, que elles destruíssem toda a Magistratura, e creassem de repente outra sobre principios differentes, como fez a Assemblia Constituinte em França; apesar que a nossa Magistratura não goza da reputação que tinham os Parlametos de França antes da Revolução: mas era para esperar algum remedio, algum melhoramento, ainda que preliminar ás suas theoricas, do qual a nação fosse logo percebendo o beneficio! No acto em que escreviam a Proclamação de 31 de Outubro de 1820, com taes lizonjas, e tão amplas promessas, que aos anjos teria escrupulo um verdadeiro Christão de as dizer e fazer, porque até entre elles houve grandes peccadores: quando se congratularam com a nação por se aproximar o termo de se congregar em Cortes, *palavra*, lhe disseram elles, *tão familiar a nossos avós*, e que lhe soaria tão estranha pelo modo de as convocar agora; quando lhe seguraram que a sua *vontade e a lei seriam a mesma cousa*; *Direito, e Justiça palavras synonimas*, e que ao Soberano nenhuma prescripção resiste, como se esqueceram os nossos Bachareis que a nação reclamou constantemente nas antigas Cortes contra a nomeação de juizes de fora, e que devia considerar-se agora livre d'este jugo, segundo a doutrina que

Justiça, e *Direito* são synonymos, e que á vontade do Soberano nenhuma prescripção resiste ! Como não lhes occorreu então, restituir, ou antes declarar á nação que reintrava no seu direito incontestavel de eleger os seus juizes ? e convidando-a a fazer tão boas eleições d'este genero, como de Deputados ás Cortes Extraordinarias ; porque não lhe disseram ? “ Portu-
“ guezes, se os diuturnos habitos de uma cega
“ e passiva obediencia vos submetteram indif-
“ ferentes aos impulsos e caprichos dos juizes de
“ fora e do crime, resurgindo agora do nada para
“ o ser, estais a ponto de consolidar a vossa
“ existencia politica, fundando-a sobre institui-
“ ções dignas de um povo, &c. &c. &c. quaes
“ eram antigamente, e serão para o futuro—
“ Cameras livremente Eleitas, Juizes Gratuitos
“ e Annuais, e a Administração Municipal exer-
“ citada pelos Pessoas mais Respeitaveis de todas
“ as classes de cidadãos no termo e na co-
“ marca.”

Mais iria por diante o A. se o objeto d'esta digressão fosse outro do que provar com factos notorios a necessidade — de que a nação, em todas as suas classes susceptiveis d'applicação, estude os verdadeiros interesses da sua patria, se quer ser mais bem governada. Cada vez, e onde quer que uma sò classe prevalecer na influencia, de certo

*Efeito da
preponderan-
cia de uma
classe.*

as outras padeceraõ, e com ellas o interesse geral. Este só pode prosperar quando todos os interesses particulares estiverem presentes, e cada um correndo igualmente para o centro, vierem todos a coincidir n'elle, e a descrever-se uma circumferencia perfeita. O que succede em grande entre nações, quando uma prevalece demasiado, acontece entre as classes da mesma nação—Aproveitou-se a curia Romana da ignorancia dos povos Barbaros para estender, sem limites a sua Autoridade Espiritual e Temporal—sustentado pela côrte de Roma, e pelos mesmos principios; usurpou o Clero (regular e secular) quanto quis da autoridade e conveniencias temporaes. De mixtura com esta veio a usurpação dos chefes militares, ou poderosos, conforme aos principios do governo feudatario—Ambos vieram a ser insupportaveis. Sobre as primeiras ruinas d'estas duas usurpações, e ajudando-se muito de uma terceira, que foi a *do saber exclusivo* pelos juristas (ou sabedores de direito Romano e Canonico) cujas doutrinas eram muito favoraveis á Monarchia absoluta—foi resurgindo Autoridade Real—cresceu e muito—e com o andar dos seculos veio quasi a ser unica*—e

* Até em Inglaterra . . . a Monarchia se tinha tornado absoluta debaixo dos Principes da Casa de Tudor.

logo se tornou despotica pela mesma razão! Ao despotismo arbitrario substituiu-se em nossos dias a Soberania do Povo, dogma absurdo em theorica, e infeliz na pratica; mas que já começa a desgostar aquelles mesmos para quem foi nominalmente creado. Que dogma succederá a este não pode o Autor adivinhar:— Elle contenta-se com derivar do que precede, e das circumstancias* actuaes da Europa, a con-

—Henrique VIII. — Duarte VI. — Maria — Isabel.
—As imprudencias de Jacob I. e de Carlos I. causaram as guerras civis, e todas as mudanças que se fizeram na forma do governo Inglez, com a extinção de familia dos Stuarts.

* Esta phrase pediria uma longa discussão; mas para o maior numero dos leitores bastará dizer que o A. intende por esta expressão, a ancia geral em todos os povos da Europa de ter alguma especie de governo livre, ou como, lhe chamam, Representativo, que ponha freio ao Despotismo arbitrario, mais ainda dos ministros d'estado do que dos mesmos Reys absolutos. Sobre esta ancia geral se estriba a seita Jacobinica iniciada nas theorias abstractas de governo publicadas por modernos publicistas: e em vez de refrear esta seita por uma composição ou compromisso dos soberanos com os seus povos, a unica politica dos ministros d'estado dos soberanos absolutos he a de pelejar pelo despotismo e confundir o seita com as nações. Somente em Inglaterra he que se vé governo em guerra declarada com os Radicaes, ou Jacobinos Inglezes, fazer-se forte do apoio da nação.

sequencia que acima annunciou ; que todas as classes susceptiveis de applicação devem estudar deveras os interesses da sua patria, se querem ser mais bem governadas.

*Erro de fazer
uma Consti-
tuição de no-
vo.*

Naõ occorre na historia antiga, ou moderna, excepto de nossos dias, facto que se possa comparar com o moderno appetite de fazer uma constituição politica de novo, regenerando-se do mesmo modo que se fabrica um edificio todo de novo, em lugar do que existia, i. e. tirando primeiro todo o entulho, e lançando em seu lugar novos alicerces ; sem querer attender ao que tantas vezes foi dito, que a sociedade que se regenera não para, como o relógio, em quanto se concerta, nem soffre de ser remechido com tanta paciencia como o chaõ em que trabalham os pedreiros impunemente.

*Constituições
da Grecia An-
tiga de Roma
e de Ingla-
terra.*

A differença mais notavel entre o modo de fazer as constituições Jacobinicas de nossos dias, e o que se podem chamar constituições da Grecia antiga, he que os povos da Sparta, e de Athenas fatigados de discordias civis, louvaram-se n'um homem só, n'um só legislador ; e não crearam uma assemblea numerosa de legisladores para as discutir tumultuariamente, e passarem hoje por maioria de votos um artigo contrario no espirito ao que adoptaram ontem. Sendo as constituições Gregas parto exclusivo

de um só entendimento—pode se crer que as suas disposições fossem todas ligadas entre si—outra differença notavel, e que da precedente se deriva, he que nenhum d'estes legisladores ficou sendo Rey do Estado para que legislou. Lycurgo assim como Solon auzentaram-se ambos, e em certo modo se desterraram da sua patria para dar tempo á experiencia das novas leis, sem que a sua interpretação fosse necessaria: presentemente os Jacobinos ou per si, ou per interposta pessoa que lhes serve de sombra, continuam a interpretar as leis que fizeram. A composição e publicação das Leis das XII Taboas entre os Romanos taõbem não admittem comparação. O processo he em poucas palavras e por ordem de tempo, como se segue—“ Queixas do Povo
“ ao Senado—Resposta d'este que manda tres
“ deputados a Grecia buscar as Leis de Solon,
“ &c. &c. &c. A' volta d'estes, creação dos
“ Decemviros para por em ordem os traballos
“ que trouxeram os deputados—Expozição ao
“ publico de X e depois mais duas Taboas . . .
“ Aprovadas pelo consentimento geral sem discussaõ; foram solemnizadas com auspicios e
“ agouros,” &c. &c. &c. Observe-se taõbem que estas leis eram mais civis do que politicas. A constituição de Roma variou continuamente nos poderes do senado e da plebe, posto que os nomes fossem conservados. As (mais moder-

nas) republicas de Italia variaram continuamente de constituição, assim como as monarchicas contemporaneas; e notavelmente entre os Ingleses cuja constituição (mais de facto do que escrita) tem servido de thema geral para a discussão, e imitação dos modernos theoristas, não occorre em todas as suas vicissitudes um exemplo que se possa allegar como formação de constituição a priori ou de novo. A Magna Charta e o Bill of Rights* são da parte dos Subditos a exposição de seus agravos, da parte do Soberano promessa, mais ou menos sincera, de os remediar para o futuro—e assim por diante em todas as transacções politicas d'aquelle reino até a chamada Revolução de 1688, que pôs termo á dynastia masculina dos Stuarts.

“ Ao Bill que declarou o throno então
“ vacante, e o transferiu para o Principe e
“ Princeza de Orange, juntou o Parlamento,
“ ou a convenção (como até li se intitulara)
“ uma *Declaração de Direitos* † na qual todos
“ os pontos precedentemente em litigio entre o

* Carlos I deu o seu consentimento a este Bill em termos differentes da formula ordinaria, com o que excitou suspeitas e desconfianças nos Communs. Este foi um dos máos conselhos que elle seguiu.

† Esta mesma Declaração, como se ve, referia-se a agravos bem conhecidos, e muitas vezes allegados.

“Rey eo Povo se acham finalmente determinados,
 “e a prerogativa real circumscripta com mais
 “estreitos limites, e mais claramente definida
 “do que jamais se tinha praticado em outro
 “periodo do governo Inglez.”—Hume’s Hist.
 of England, tom. VIII.*

Este modo de proceder intende-se, e facilmente se ve que pode prosperar. Quanto mais illimitado, e arbitrario foi o poder de que usava o Soberano precedentemente, se o uso d’esse poder provocou uma insurrecção irresistivel dos nobres, ou do povo em geral, nenhum Rey n’este caso se pode julgar ultrajado, nem a majestade offendida, por ser obrigado a conceder uma carta de lei que ponha termo a flagrantos abusos ou vexações. Os Reis mais absolutos usam d’esta mesma linguagem no preambulo de suas leis, mas quando, sem referencia a algum aggravo em particular, se faz jurar a um Rey um certo numero de principios abstractos, dos quaes não se ve ainda qual será a applicação, tal como a tristemente famosa *Declaração dos Direitos do Homem* apresentada a Luiz XVI, ou entre nós as bases da constituição que se havia de fazer em Lisboa, estando Elrey

*Dois modos
usados de
tractar com
os Principes*

* Omittiram-se de preposito os diversos planos de Republica propostos depois do regicidio de Carlos I e os actos que conferiram o Protectorado a Cromwell.

*Preferencia
do modo de-
coroso.*

no Brazil: quando depois de feita esta constituição tumultuariamente, e ainda não provada, se impõe ao Soberano o alternativa de abdicar, ou jurar, qual será o principe, embalado com os principios de poder absoluto, que no fundo de seu coração deixe de considerar estes Subditos como rebeldes, e o juramento que prestou como nullo? Faltará quem de boa fé, e com boas razões lhe diga que não está obrigado a guardá-lo? A differença dos dois methodos he palpavel. No primeiro caso nenhum Rey honesto* pode deixar de sentir remorsos em

* Por esta expressão entende o A. o que na phrase antiga se diria um Rey *justo, e temento a Deus*, qualquer que seja o seu genio, e fosse a sua educação. Poderia um Rey desta qualidade estranhar a petição que os tres estados do reino de commum accordo lhe entregassem, pouco mais ou menos do theor seguinte:—

Pedimos a V. M. e da sua indefectivel justiça, e temor de Deus confiamos, que nos fará a mercê de declarar, que de sua real, firme, e deliberada vontade nos promette em seu nome, e no de seus augustos successores.

1. Que d'orã em diante não fará, nem consentirá que em seu Real Nome se faça, publique, e execute lei, carta de lei, edicto, pragmatica, alvará com força de lei, ou outra qualquer legislação, de qualquer nome, titulo, e forma que se lhe dê, novo ou já usado, sem a mesma lei carta de lei, &c. ser primeiramente discutida, e approvada pelos tres estados do reino.

2. Que V. M. não assinará decreto ou alvará, ainda que não haja de durar mais de um anno, segundo o uso antigo, senão nos casos,

quanto não prové com algum remedio aos agravos do povo. No segundo não pode sentir senão desperto da humilhação a que se ve reduzido. Esta differença far-se ha mais sensivel

e na forma que se dignará prescrever para o futuro, por lei feita, n'estas Cortes. 3. Que será crime de lesa magestade em qualquer ministro d'estado, ou seu subordinado, e em qualquer ministro ou official de justiça e de fazenda assinar, subscrever, publicar ou executar qualquer lei que não seja feita em Cortes. 4. Que V. M. declarará por lei feita n'estas Cortes as formalidades que devem acompanhar o transumpto da lei por onde conste ter sido feita e approvada em Cortes.

A razão porque pedimos a V. M. esta mercê he fundada em justiça, por essa ter sido a pratica constante dos primeiros seculos da Monarchia, e fundada na experiencia dos gravissimos damnos, e vexações que tem soffrido os fieis vassallos de V. M. depois que cessou este louvavel costume, com notavel offensa do Real Decoro, e da lealdade nacional, e para não citar entre tantos factos antigos e recentes senão alguns que estão mais frescos na memoria de todos, foi vosso augusto Avô illudido por máos conselhos, e mandou por lei arrancar muitas vinhas contra vontade de seus donos, e reduzir assim a mendicidade muitas familias antes ricas, sem outro crime que o de terem feito o que lhes não era proibido por lei alguma precedente. Igualmente enganado pôs vosso Avô por lei, que se adjudicasse ou vendesse, contra vontade do proprietario, o predio menor mais ou menos encravado no maior.

No mesmo reinado se inventou a companhia denominada vulgarmente do Porto, que teria sido muito util, se tivesse sido uma companhia livre... mas á qual por

comparando dois factos da nossa historia apenas sabidos de quem a lê com muita attenção, com dois factos de estrepitoza notoriedade na historia de Inglaterra e na do mundo.

fins particulares, ou máos conselhos, se deram taes monopolios que a collecção das leis, alvarás, resoluções, decretos, &c. relativos aos vinhos do Douro, todas subversivas da liberdade, da propriedade, e industria dos vassallos de V. M. he o maior escandalo da legislação Portugueza.

Leis taes como estas, Senhor, jamais teriam sido approvadas pelos tres estados do reino.—Vosso Augusto Avô publicou um Alvará com gravissimas penas aos que dissessem mal de seus ministros, sem especificar o delicto, nem permittir defeza judicial. Por este Alvará se consolidou o despotismo dos ministros d'estado, e nós os vimos passar em nome de V. M. avizos para ordenar qualquer violencia que lhes convinha ou a quem queriam favorecer.

Mandando se fechar os estudos das sciencias mathematicas no Collegio dos Nobres em Lisboa, e transferir os Professores para a Universidade de Coimbra, foi para justificar tão mesquinha economia allegado no Alvará o motivo que “a vastidão das sciencias mathematicas não se podia comprehender nos estreitos limites do Collegio.” Jamais os tres estados do reino teriam consentido que se puzesse na boca do seu Soberano linguagem cho-carreira como esta.

Pedimos mais a V. M. a stricta observancia de um principio fundamental do nosso antigo regime que nunca foi directamente negado ou contestado, mas que na pratica dos ultimos tempos tem sido cruelmente e lastimosamente violado — a saber, que V. M. de sua

Descuidava-se el Rey D. Affonso IV no principio do seu reinado das obrigações do seu alto estado. Vaõ-lhe ao encontro, quando voltava da caça, os seus conselheiros, e dizem lhe o que se sabe — Responde el rey, *senaõ, o que?* — *Po-remos outro em vosso lugar.* Affonso IV reco-
 lheu a sua colera, e emendou-se. — Se outro tanto tivesse feito Joaõ de Inglaterra á primeira re-
 frega que teve com os seus Baroẽs, nem o en-
 contro taõ famoso de Runnymede, nem a Magna
 Charta que alli se assignou, estariam hoje na
 memoria dos homens. — 2. Põe el rey D. Ma-

*Dous factos
da historia
Portugueza
comparada
com outros
da historia
da Inglaterra.*

real, firme, e deliberada vontade prometta, em seu nome e 'no de seus augustos successores, que jamais porá nem consentirá que se se imponha sobre os povos d'estes reinos e senhorios em geral, ou em qual-
 quer parte d'elles (provincia, cidade, ou villa,) tributo
 impozicaõ, ciza, decima, direito real, collecta, subsidio ou
 qualquer nome que á contribucaõ se dé; nem que se façam
 emmissões de bilhetes do Thesouro, apolices, escritos
 d'Alfandega, nem d'outro qualquer papel moeda; nem
 que se peçam donativos, dons gratuitos, empréstimos
 voluntarios ou forçados, nem s'estabeleçam lotterias ou
 outros jogos productivos de rendimento, senaõ por lei
 feita e approvada pelos tres estados do reino; e que V. Ma-
 naõ concederá para o futuro, monopolio, privilegio ex-
 clusivo, ou contracto algum, nem requisições de generos,
 pessoas ou animaes, ou embargos dos mesmos; nem con-
 cederá Aposentadoria Activa; e todos os monopolios exis-
 tentes supprimirá logo que for possivel indemnizar os
 contratadores — nem consentirá que se publiquem e exe-

nuel um novo tributo sobre o reino sem chamar a Cortes.— Cedem algumas cidades e villas, mas oppõe-se I. M. Cicioso Vereador de Evora; manda-o el rey prender. — Mas reflete melhor, solta o, louva-o muito, e desiste do tributo. — Se Carlos I de Inglaterra tivesse mostrado igual prudencia, o nome de João Hampden seria tão pouco conhecido hoje no mundo, como o do Vereador Cicioso de Evora. Repare agora o leitor que estes factos vem referidos pelos historiadores antigos Portuguezes, com justo louvor dos reys a quem succederam, mas sem maravilha, e sem receio de commeter crime de lesa magestade, como o qualificaria o marquez de Pombal. Repare mais que nenhum destes monarcas julgou offus-

cutem resoluções, Provisões, Alvaràs ou Patarias que acrescentem alterem, dispensem ou mudem as imposições ou tributos existentes em damno ou em favor de qualquer corporação ou individuo, senão na conformidade do que for disposto por lei feita em Cortes, e aprovado por V. M. II. que todo o ministro d'estado, e seu subordinado, e qualquer official de justiça ou de fazenda, que concorrer para semelhantes actos illicitos incorram no crime de lesa magestade e sejam processados por taes. III. que V. M. permitta que se forme uma commissão dos tres estados do reino para rever e examinar todas as leis, Alvaras, Decretos existentes em vigor, e nos quaes haja disposicoes subversivas da liberdade, propriedade, e industria dos seus vassallos, para o fim que as mesmas sejam formalmente revogadas por leis feitas n'estas Cortes, e approvadas por V. M. &c. &c.

cada a dignidade do throno pela memoria destes factos, nem deixou de ser pelo tempo adiante rey poderoso, e respeitado por seus vassallos. — Antes ha de ver que ambos mereceram maior veneração e amor de seus povos, depois da prova que ambos deram de alta prudencia, e de moderação ás vezes rara. Estes e outros factos da nossa historia interna servem taõmbem para demonstrar de outro modo a these — que á falta de applicação em todas as classes susceptiveis d'ella, e á consequente *espantosa despreviðencia* de que nos acéuza o grande D. Joaõ de Castro, se deve imputar a maior somma de nossos males : pois com tantos reys magnanimos, e verdadeiros amantes do seu povo, como tiveram antes da fatal jornada de Africa, não somente haveriam os Portuguezes obtido justiça de seus agravos, se conhecessem e sustentassem os seus interesses, mas obrando o rey e o povo com reciproco stimulo, teriam concorrido igualmente para a prosperidade do reino, em vez de contribuirem ambos para a progressiva decadencia que s'observa desde as epochas mais brilhantes até a perda total da independencia com el Rey D. Sebastiaõ. Depois da aclamação do senhor Rey D. Joaõ o IV, ou precisamente depois da deposição d'el Rey D. Alfonso VI em 1668 até 1750, o desmazelo, a ignorancia, a credulidade e a falta de applicação

A falta de applicação dos Portuguezes foi a causa principal dos seus infortúnios.

que s'observa em todas as classes,* n'este longo espaço de 82 annos, exceedem toda a dor que podemos sentir, e toda a censura que nos fazem os estrangeiros.

Em fim, quanto mais refletirem os Portuguezes sobre os dois modos de proceder com os soberanos, que os povos tem praticado quando se julgam aggravados; tanto mais se convencerão, que um he tão racional como decoroso, o outro tão grosseiro como contrario á natureza humana, e por consequencia absurdo...e a experiencia do que se tem passado na Europa n'estes 34 annos confirma plenamente o que o raciocinio, e a decencia prudentemente ensinavam. Fazendo jurar ao Rey, e jurando em grosso ou *in globo*, todos os artigos do folheto, logo se encontram difficuldades ou contradicções que se não podem conciliar com o juramento que se deu, ou com a acção do governo, que não pode estar parada. He certo que os Jacobinos Francezes não pararam com difficuldades d'este genero, e acabaram bem depressa com a constituição que haviam jurado, e com o rey a quem a haviam feito jurar. He certo taõbem que

* Vejam-se as observações sobre a nossa economia, principalmente pelo que respeita a agricultura, inseridos em varios numeros do Investigador Portuguez em Londres.

Espanhoses, Italianos, e Portuguezes farão outro tanto se poderem...mas se esta alternativa regular se estabelecer em pratica na Europa, de juramentos dados, e violados a cada instante, se ora os povos se fizerem regicidas, ora os reys cobrando animo inforcarem os revolucionarios, que se pode esperar dos governos d'esta parte do mundo? — Outro tanto valeria viver no antigo Hindostaõ, ou entre os reinos de Ava, Bramah, Pegu e Siam, exposto a participar diariamente das scenas de horror que traz comsigo a continua, e reciproca subversão d'estes reinos e imperios.

Pelo contrario, adoptada em Portugal a resolução unanime (se he possivel esperá-lo !...) de convocar as Cortes segundo os estylos antigos da monarchia : se por verdadeira ventura então, fosse taõbem o parecer do maior numero dos Portuguezes, que he necessario fazer nas formas antigas alguma innovação, que as accommode mais ao espirito, e se quizermos assim dizer, ás luzes do seculo em que vivemos, nem El Rey, nem os Tres Estados do reino se acham ligados por juramento, ou escrupulo religioso, a algum folheto da constituição antiga, que não possam de commum accordo usar do mesmo amplo poder de que sempre usaram as antigas Cortes, quando legalmente convocadas, e presididas pelo soberano legitimo.

Sobre a forma das antigas Cortes não se pode

escrever muito sem receio de muito errar, e toda pessoa que dezejou aprofundar esta materia achou ser muito verdade o que diz o unico autor* (e mui moderno) que se occupou directamente d'este assumpto. “São mui poucas as Cortes (diz elle) cujas resoluçoens se tem feito publicas pela imprensa; as edicões são raras, e os nossos historiadores so por incidente, e mui perfunctoriamente tratam d'ellas.” Por esta razão expoz o autor mui succinctamente as suas ideas na citada nota XIV (m); e taõbem por que submetter os seus pensamentos á approvaçã de seus naturaes não he dar conselhos, nem seguir o máo, que elle reprova nos Jacobinos, de fazer constituições de novo. Algumas duvidas que lhe occorrem sobre o que alli escreveu a respeito do numero dos procuradores no congresso dos povos, e do numero dos membros votantes no congresso da nobreza a diante iraõ expostas e discutidas. Agora parece lhe objecto mais importante, e digno de preferencia o ponto de innovaçã que elle julga que seria mais clamorosamente pedido, a saber : que o Clero Portuguez não forme um Estado á parte, ou em outros termos, que se não dê ao Clero, e por sua via á Corte de Roma, um veto decisivo

J. P. Ribeiro—Na Dissertação Preliminar ao Indice Chronologico das Cortes.—Mem. de Litter. da Acad. de Lisboa. Tom. ii. pag. 46.

sobre todas as reformas indispensaveis no estado actual da monarchia, nas quaes El Rey, a Nobreza, e o Povo consentissem.

Esta que parece uma grande difficuldade talvez será nenhuma. O raciocinio seguinte poderá aclarar a questão :

Se o maior numero dos Portuguezes está infecto de Jacobinismo, se os Corypheos da seita realizaram o intento que annunciaram, de os fazer todos pedreiros livres, ou de os tornar todos *Maçoës* no seu sentido, a nação tem que gyrar no vortice revolucionario, e passar por todas as metamorphoses que os seus Thaumaturgos lhe tem preparado, até que alguma força estrangeira a subjugue; e os mais sinceros e ardentes votos que se podem fazer são dezejar lhe peitos forrados de aço para poder supportar todas as calamidades que este futuro lhe prepara. — Prém se a nação está satisfeita com a experiencia que fez do governo Jacobinico, se não quer mais...se os Chefes Militares sentem o erro que fizeram de auxiliar a seita a se apoderar do governo, se a grande massa da nação emfim dezeja evitar os dous escolhos, o Despotismo Arbitrario d'um lado, e o Jacobinismo do outro, então facilmente se convencerá que a unica ancora em que se pode salvar, he a de voltar á sua constituição antiga, emendá-la, repará-la, e accommodá-la mais aos nossos tempos...Mas quem quer o fim, ensinam

os jurisconsultos, quer os meios—Para salvar a Monarchia, para tranquillizá-la, para lhe dar ainda (se he possível) os meios de prosperar, o unico meio, a unica estrada he, a uniaõ geral de vontades.

Para conseguir esta suspirada uniaõ, Rei, Clero, Nobreza, e Povo tem grandes sacrificios que fazer de suas opinioões, de seus dezejões, e das suas saudades do que d'antes eram. D'estas ultimas apenas lhe consentiria o Autor as que tivessem dos dois seculos perdidos em desgoverno, e desmazelo.

Mas este geral sacrificio que elle aconselha como um Holocausto ao pé do altar da patria, não o reccomenda no sentido ou no espirito do que na historia se refere que fizeram os Povos de Numancia, das suas habitacoões e de tudo quanto possuiam, antes de se matarem, para não cahir vivos no poder dos Romanos : pelo contrario como estes sacrificios haõ de ser de uma classe a outra, e por consequencia reciprocos, he de presumir que no ajuste final de contas (se por baixa não he inadmissivel a comparaçaõ) cada classe achará o rateio mais alto do que esperava. N'esta hypothese o Clero cederia spontaneamente de toda a Jurisdicçaõ Temporal, e de toda izençaõ em materia de tributos, e so pediria por condiçaõ o mesmo que os outros Estados lhe deviam offerecer, e El Rey segurar-lhe ; a saber : que nenhum

ecclesiastico fosse esbulhado em sua vida, nem equivalente proposto senão a mutuo aprazimento.

Ora se o Clero já deliberou em commum, como parece pela nossa historia, se os primeiros Parlamientos, Cortes, ou Concilios em todos os reinos da Europa eram compostos somente do clero, e da nobreza, e ate o XIII seculo não se faz menção de 3º Estado, ou Estado dos povos, não se pode adivinhar motivo que o Clero agora podesse ter para não se prestar ao voto, se fosse geral (d' El Rey da Nobreza, e do Povo) que elle se unisse a deliberar juntamente com os nobres, e formasse o Congresso junto dos dois Estados, o Congresso dos Grandes ecclesiasticos e seculares; ou querendo condescender ainda mais com o appetite dos theoristas modernos, uma Camera Alta, ou Camera de Pares do Reino. A forma da sua reunião seria bem simples, e bem dentro dos principios antigos. Aprovando El Rey e o Estado dos povos esta reunião, os dois estados do Clero e da Nobreza entre si conviriam dos termos em que ella se devia effectuar, e a proporião por uma consulta de ambos a El Rey: depois da Real approvação so tinham que a notificar ao 3º Estado dos povos, poisque este mais interesse tem que haja um so do que dous votos a conseguir, além do seu, para qualquer resolução que queiram tomar.

Entre si devem os dois Estados sos convir na

ordem da Presidencia ; alternativa, suppõe o Author, e principiando por um ecclesiastico, segundo o estylo do reino, no modo de deliberar, e tomar os votos. Faz o A. esta advertencia porque em odio do Jacobinismo, talvez se rejeitasse o methodo actual, que he alias apprendido dos Francezes revolucionarios, e por estes copiado do methodo Inglez, que he o melhor que se conhece ; e segundo o papel anonymo que se diz que El Rey D. João o IV mandou lançar nas Cortes, havia nas antigas grande irregularidade e confusão a estes respeito. As Cameras de França, instituidas em 1814 pela *Charte* de Luis XVIII, empregaram as suas primeiras sessões em fixar o modo de deliberar. Eis aqui o lado bom da medalha, como se diz communmente. He por desgraça de reear o avesso ? Pode alguem reear agora que o Clero, ainda com as vestimentas molhadas do naufragio total que lhe preparava o Jacobinismo, e a que somente pela circumstancia e receio da invasão estrangeira talvez escapou, queira fazer o papel que fez nos seculos da ignorancia ? sustentar todas as temporalidades, que até alguma concedida pelos nossos Reis sem reflexão, em consequencia do Concilio de Trento, excitou a famosa pergunta de um jurisconsulto Portuguez* “ Se

* An Rex per se, solus, sine Publicis Comitibus hoc potuisset facere ? Gabriel Pereira de Castro.

El Rey, por si só, e sem Cortes geraes, podia fazer tal." Queira sustentar o direito das escomunhoes em materias temporaes? Queira renovar a Inquisição com todos os seus horrores, e estragos irreparaveis que nos fez, na honra, e no interesse? Queira conservar todo o commercio d'especulação sobre beneficios, e appellações a Roma? Insistir sobre a conservação de todos os conventos de frades e freiras, regulares ou mendicantes? &c. &c. &c. Espera o Clero Portuguez achar apoio sufficiente a tão desarrezoadas pertenções no fanatismo e supersticiosa ignorancia de muitas familias do reino, Plebeas ou Nobres? Não decidirá o A. mas so prognostica á Nação e ao Clero grandes calamidades se tal modo de pensar he assas geral no Clero, e se tem muitos fautores no reino. O Autor não ignora que alguns d'estes pontos haõ de exigir negociações com a Corte de Roma antes de ser ajustados sem perturbação interna, porém até n'este respeito se observará a superioridade d'um Ministerio que não for nem o d'um Rei absoluto, nem o da facção Jacobinica. A vontade firme do Rei, e dos tres Estados do reino ha de incontrar grande docilidade da parte da Curia Romana.*

* Tudo o que Ella dezeja, e defende com acrimonia he o conceito da sua supremacia, não já a espiritual, que para os Catholicos não he problema, porem até n'aquellas

Discussão sobre o Estado da Nobreza nas Cortes antigas.

Grande parte do que fica dito a respeito do Clero, he também applicavel á Nobreza, da jurisdição que os nobres exercitavam nas suas terras, foram os ultimos vestigios abolidos, ao que parece, pela lei da Senhora D. Maria I. publicada nos ultimos annos do seu (inteiro) reinado, e nos primeiros da revolução Françeza; lei provavelmente já influida pelas doutrinas que en-

usurpações sobre a disciplina dos primeiros seculos, e sobre a autoridade temporal, que a Curia introduzio nos tempos de ignorancia e credulidade universal. A Curia porém defende somente a parte speculativa, e cede tudo na pratica....e he deste tacito commercio entre a Curia, e os Reis que tem procedido tantos damnos aos Povos Catholicos, v. g. A dilapidação ou má applicação das rendas ecclesiasticas, de que a Corte de Roma pretende ter a faculdade de dispor *divinitus concessa*: O commercio de beneficios do Padroado de Roma, as decisões d'ella n'estes e outros casos—o estabelecimento das Nunciaturas: O zelo na conservação, e independencia dos frades: a opiniaõ dos casos reservados, e todo o jogo do Tribunal da Penitenciaria. As frequentes jornadas dos pobres que vão sollicitar dispensas a Roma, que os bispos lhes deviam dar &c. O dezejo (naõ direi hoje) de fazer sangue, mas de perpetuar a cegueira dos Povos por meio da Inquisição, mais maneira do que era d'antes &c. &c. Todos estes pontos ficam insoluveis para a Monarchia Arbitraria, porque um reinado restitue o que o precedente destruiu. Pelo contrario a violencia Jacobinica aproxima-se a uma ruptura, a guerras de Religião, e a Protestantismo. Mas a Nação Unida com o seu Rei tudo conseguirá sem offender a Religião.

taõ começaram a espalhar-se em toda a Europa, contrarias a todo o vestigio de governo feudal. As mesmas doutrinas exigiraõ provavelmente a revogação agora d'alguns privilegios, ou prerogativas que as leis antigas concedem aos fidalgos, e que o Autor não aponta por não o poder fazer n'este momento com exactidaõ, mas elles foram certamente abolidos pelas bases da constituição, e por ella igualmente; nem a privação he grande para os nobres, pois d'alguns d'estes privilegios continuaraõ elles a gozar como qualquer Portuguez. O privilegio he extendido antes do que revogado. Tal he por ex. o de homenagem, ou de evitar a cadeia em certos casos, comprehendidos na disposição geral a que os Constituçionaes chamam, arremedando os Ingleses, a lei de *habeas corpus*.* De tributos

* O Autor não pode fallar com conhecimento de causa do que se acha disposto na Constituição ou Decretos das Cortes, a que se dá este nome. Por certo seria o maior beneficio que os Democratas poderiam fazer á Nação Portugueza, pois em nenhuma parte da Europa se abusava mais, ou se franqueava mais o direito de prender. Todos os magistrados podiam prender, e prendia-se por tudo excepto por dividas.—Vid. Investigador Portuguez, memoria sobre a Companhia do Porto. O mal he que o governo Jacobinico he incompativel por muito tempo com a lei de Habeas Corpus. Em outro lugar se voltará a este assumpto.

gerais, ao menos depois da acclamação do Snr. Rey D. João IV, nunca a Nobreza se eximia, e algumas izenções antigas que lhe foram concedidas, eram mais equivalentes do serviço militar que deviam prestar, segundo os principios do governo feudal, do que immuniidade absoluta que elles pretendessem.— O mesmo Clero, deve-se dizer toda a verdade, não recusou de contribuir a sua quota parte do subsidio votado para a defeza do reino pelas diversas Cortes que convocou o Snr. Rey D. João IV, somente pretendeu finter-se, e pagar ao estado elle mesmo a somma porque se abonou. Taõbem algumas izenções concedidas ao Clero foram ás vezes illusorias. Ao mesmo tempo que El Rey D. Manoel concedia aos ecclesiasticos a izenção das cizas, com gravissimo prejuizo dos povos, depois que ellas foram encabeçadas, ou fixado o seu importe por termo ou comarca, alcançava o mesmo Rey uma Bulla do Papa Leaõ X que lhe concedia uma decima de todos os beneficios. Já se vé que este methodo taõ nocivo ao Estado era, e foi até os nossos dias, effeito da ignorancia, e de máos principios de governo.

Sem jurisdicção nas suas terras, sem immuniidades que allegar por equivalente do serviço, não tem a nobreza taõ pouco o mesmo interesse que antigamente tinha, de ser especialmente re-

presentada em Cortes, e de formar um Estado á parte. Mas não he em favor da nobreza, ou do clero que hoje em dia convêm tanto que elles formem uma ou duas partes do poder legislativo : he em favor da balança de todos os interesses, do Rey, da Aristocracia, e do Povo ; he em favor da estabilidade dos principios fundamentaes d'um governo moderado, porque a experiencia tem mais que provado, que uma assemblea unica legislativa he, como sempre foi, uma scena de confusão, e de desordem qual era a assemblea da Plebe em Athenas, e em Roma*, ou uma assemblea de despotas, como na revolução Franceza, e em todas as que a copiaram ; um poder monstruoso, sem limites, e p. c. despotico, e arbitrario.

A experiencia de repartir a mesma especie de legisladores em duas Cameras, foi feita em França em 1795; mas os dois Conselhos dos Anciaõs, e dos Quinhentos† não duraram muito, e Bona-

Illuzão que seria a de repartir os mesmos Democratas em duas Cameras.

* Advertindo que em Roma o Senado de Nobres, e em Athenas o Areopago tinham alguma especie de peso sobre a Assembleia dos Povos. A dos Jacobinos Modernos he em tudo absoluta.

† Foi o ultimo recurso dos Democratas, depois que os excessos dos Jacobinos desgostaram a Nação Franceza. A mesma causa ha já produzido em Espanha o mes-

parte destruiu essa Constituição no famoso dia 18 *Brumaire*. Succedeu melhor nos Estados Unidos, mas nenhum argumento derivado d'aquella parte do mundo parece colher para a Europa! Taõbem alli se ve uma nação ja numerosa, industriosa, e rica, e todos os dias crescendo n'estes tres pontos de vista rapidamente, sustentar a forma republicana!! He um problema que o tempo somente desenvolverá, e que pediria um longo discurso que para Portugal he escusado. A mixtura que fez Luiz XVIII dos homens mais notaveis do tempo da revolução, tanto nas armas como nas letras, com os nomes mais illustres da antiga nobreza de França, vai sahindo bem ao que parece, e a sua Camera dos Pares adquiriu grande credito no processo que fez aos conspiradores em 1821.

Em Portugal ninguem pode dezejar a experiencia de fazer duas Camaras compostas dos

mo effeito, mas ainda não teve tempo; e assim como succedeu em Franca, muitos dos primeiros Democratas tornando-se Moderados, foram victimas, ou para o não ser suzentaram-se. Os Democratas Portuguezes parece que taõbem immaginaram por ultimo recurso de propor duas Camaras ambas Electivas e uma de Proprietarios.— Bem-se lhes pode applicar o verso de Jose Anastacio do Cunha—" Juntos ou separados, somos um."

mesmos homens*, do mesmo modo eleitos que havia n'uma. A todos elles deve a repugnancia ser igual.—A Nobreza, e o Clero estão em pé, e posto que enxovalhados, e escalavrados, como o tempo correu avesso aos factiosos, estas classes não estão annihiladas, como parecia que estavam as de França; antes a da Nobreza está recrutada se he licita a expressão, com todos os nomes que se fizeram illustres na ultima guerra. O espirito militar felismente ressuscitado, ainda não produziu todos os beneficios que ha de produzir, mas já tem dado á Nação uma especie de movimento proprio, que estava totalmente entorpecido com o desmazelo de seculos. Este espirito militar tem já feito em parte o que devia ter feito ha muito tempo, e em ponto maior, uma Administração Interna, que obrigasse tanto como facilitasse a circulação dos generos, e a communicação das pessoas.—O espirito militar tem posto mais em contacto os homens illustres e notaveis das Provincias com os da capital, e a sua reunião no congresso da Nobreza, so ou junta com o Clero, realçará o beneficio nacional, assim como o lustre d'aquelle ajuntamento o congresso da Nobreza.*

* O Cortezaõ moço que ja se hia ensaiando na escola do Paço para a nullidade de seu pai e de seus proximos Avós, cuja indole feliz já se hia cobrindo, como a me-

Toda a pessoa que sentir a grande importancia de restabelecer uma forma de governo que já foi Portuguesa, e com que a Nação muito bem se deu em quanto ella durou, não hesitará na opinião que a Camera Alta, se assim lhe quizerem chamar, deve ser composta dos mesmos Nobres que segundo os antigos estylos do Reino eram chamados a Cortes.—Que este numero seja oje muito grande pela prodigalidade que tem havido na concessão de honras, e pre-

dulla ou libro de Aalgumas rvores, com uma cortiça dura, nodoza, aspera ao tacto e á vista : arrebatado para o exercito pelas vicissitudes e catastrophes da sua Patria, passa de ver desenvolver-se em si um germe que o Paço não tinha ainda suffocado : milita e militando distingue-se, por que assim o pede o valor ingenito ao torraõ da Lusitania. Trocadas as ideas, apprende com a pratica da guerra a admirar, e estimar as virtudes militares, no inimigo como no alliado, em si como nos seus naturacs. Restituido aos seus lares conserva no socego da paz os principios que apprende com a honra que adquiriu. Já não olha sobranceiro para o nobre de Provincia, de familia talvez taõ illustre antigamente como a sua, mas que não tinha servido no Paço; ou para o homem totalmente novo em nobreza, mas illustrado por suas acções... Quando s'incontram, e se abraçam, lembra-se que o viu pelear com o mesmo brio com que elle pelejou; repara n'aquella espada que viu tinta como a sua no sangue dos inimigos, reflete que no teatro da honra foram ambos iguaes em virtude.—A estima reciproca gera affeição e cordialidade, e desterra todo o sentimento orgulhoso, e vil. Ambos gozam da mudanca, e a patria colherá o fructo maior.

mios ; que por algum dos principios que chamavam os Nobres a Cortes, hajam d'entrar n'ella Pessoas que de facto parecem pertencer ao terceiro Estado, esse inconveniente he inattendivel. — O tempo, e melhor governo o diminuirão gradualmente.

A reuniaõ de que o A. já tratou, do Clero, e da Nobreza he questaõ secundaria, e cuja soluçaõ deveria depender do voto geral, dos dezes dos do maior numero.

O exercito Sueco fez a revoluçaõ singular que se viu, e que permanece em Suecia. Foi o exercito que mandou por seus deputados offerrecer a Coroa a o General Francez Bernadotte : mas esse mesmo exercito, que sahiu tanto da sua esphera para dar este passo, não pretendeu, nem pensou mesmo, em alterar a Constituiçaõ antiga da Suecia, que forma a sua Dietta ou Cortes de quatro Estados—Nobreza, Clero, Cidadaõs, e Paizanos : cada um com voto igual, e p. c. com *veto* sobre os outros tres.* Alguns acham pessima e incommoda esta forma de Cortes, mas todos a respeitam por antiga, e constantemente em uso. N'esta parte a nossa posiçaõ he diversa. Ha 125 annos (desde 1698) que não

* El Rey pode as vezes e em casos de urgencia convocar as quatro ordens na mesma parte e obrigá las a deliberar juntas.

vimos Cortes. A ninguém fará maravilha se as primeiras se juntarem com os dois Estados (do Clero e da Nobreza) juntos ou separados. Não ha homem vivo que prezenciasse a differença do que agora se fizesse. Não faltará talvez quem diga, se haõ de chamar-se as antigas Cortes, deve haver n'ellas tres Estados, Clero, Nobreza, e Povo, deliberando separados como se fazia antigamente. Se os Suecos tem quatro, bem podemos nós conservar tres. Na opiniaõ do A. esta questãõ he secundaria, e o voto mais geral he so quem a pode resolver.—A maior generalidade d'este voto pode manifestar-se de dous modos : 1. por uma especie de torrente de opinãõ popular e clamorosa que faz decidir as questões sem discussãõ, como geralmente se diz, por aclamação : ou pela previa certeza que podem adquirir as majoridades dos dous Estados (o Clero e a Nobreza) que o voto da sua reuniaõ será approvedo em ambos. O Estado dos Povos não se ha de oppor, como fica já dito, porque elle tem mais interesse em ser a terça do que a quarta parte do poder legislativo. De qualquer modo que se manifeste o voto geral a favor da reuniaõ, El Rey não pode deixar de concorrer com elle por todas as razões de utilidade publica, e de commodidade para o seu governo.

A escacez de noticias que se acha nos livros

Portuguezes sobre o formulario das antigas Cortes, e a falta momentanea d'alguãs obras que se desejavam consultar, impossibilitam o Autor de rectificar, emendar, ou talvez retractar por inteiro as asserções que fez na citada Nota XIV (m) sobre o numero dos procuradores dos povos, *Sobre o numero dos Procuradores dos Povos, e dos Nobres votantes nas antigas Cortes.* e sobre o numero dos Nobres votantes. Re-vendo com mais attenção o Mappa do ajuntamento em Cortes, que traz Faria no seu Epitome, acha o A—que o numero dos procuradores devia ser maior de 144, na razão de 2 per cada cidade ou villa, pois Faria, e tambem J. P. Ribeiro contam 21^a cidades, e 71^a villas, com voto em Cortes, mas o ultimo escritor observa que n'isso mesmo havia irregularidade, que ha exemplos de 4 procuradores, de dous com um tabelliaõ, e de um procurador somente, mandados pelos conselhos. Como uma incerteza vale tanto como a outra, deixa o Autor a materia em duvida, que será facilmente deslindada por aquelles que tiverem esse encargo.

Naõ pode o Autor atinar com a origem da opinião ou tradição, conforme á qual escreveu de memoria, que o Estado da Nobreza era nas antigas Cortes representado por trinta dos seus membros. Esta asserção foi lhe contestada, e não se acha clareza alguma na Dissertação de J.

P. Ribeiro. Não ignora o Autor, que cada um dos titulos, Senhores de Terras, Alcaides Mores, e Pessoas do Conselho d' El Rei, era chamado a Cortes por uma carta special do mesmo Senhor, e como taes apparecem todos nos Actos Publicos de ceremonial quando os tres Estados se juntavam na prezença d'Elrey. Nem F. Conestaggio, nem Faria, nem J. P. Ribeiro dizem uma palavra a respeito do modo porque o Estado da Nobreza deliberava. O Estado da Nobreza mandou uma Deputação de trinta pessoas a cumprimentar Philippe 1º (ou 2º d'Espanha) quando vinha para as Cortes de Thomar. Se o costume de fazer Deputações d'este numero deu lugar á tradição referida, he impossivel verificá-lo agora.

Nas Cortes celebradas no tempo d'Elrey D. Pedro o 2º acha-se procurador no Estado dos Povos, e da cidade de Lisboa um dos primeiros Grandes do Reino . . . Se o mesmo individuo podia votar como nobre no seu Estado, e como procurador de Lisboa no Estado dos Povos, he outra duvida que o Autor não tem presentemente meios do resolver: fiquem pois ambos os pontos a examinar pelas pessoas ás quaes esse exame for incumbido. O costume já praticado, como se vé, que Nobres da maior esphera podessem representar como procuradores dos povos,

agradará muito hoje a muitas pessoas, porque tende a diminuir a * Democracia, e a facilitar a união entre as diversas classes; mas o Autor não sabe como nas antigas Cortes se provia ao inconveniente acima exposto, nem adivinhar que resolução tomariam presentemente a esse respeito as Cortes que fossem convocadas segundo os estylos antigos. Por mais de uma estrada se pode chegar ao mesmo fim. Em quanto os Radicaes (ou Jacobinos) Inglezes clamam por uma reforma radical no seu methodo de Eleições, porque uma boa terça parte, dizem elles, dos Membros da Camera dos Communs não são

* Semelhante uso pareceria muito repugnante ás ideias Inglezas, e á distincção que ellas fazem de Par ou Nobre, que he synonimo entre elles, e de Commoner ou não Nobre. Sem que haja lei que o prohiba, não se consente que um Par do Reino vote nas eleições dos Condados, onde deveriam votar como todos os proprietarios, e nenhum Par do Reino pode ser Membro dos Communs—mas a influencia que os Pares tem nas eleições das pequenas villas, e taõbem, gastando muito dinheiro, nas eleições dos condados, faz que muitos filhos segundos da Nobreza, e primogenitos mesmo (não Pares ainda) são Membros dos Communs. Alguns d'estes Moços Nobres (de opiniaõ que a lei não os reconhece por taes) parecem ás vezes Radicaes, mas elles lá se entendem, a de facto a Camera dos Communs não he toda Democratica.

eleitos pelo povo livremente, mas de facto por alguns poderosos, e pelo governo,* e não votam p. c. livremente: ha muita gente boa em Inglaterra, e não interessada n'este abuso, que pensa que se assim não fosse, ou por outro algum modo assim não acontecesse, a Camera dos Communs toda popular, bem depressa levaria de rastos a Aristocracia, e a Monarchia. Os Portuguezes daraõ facil credito a esta ultima opiniaõ, depois da experiencia que tem tido n'estes tres annos, do que pode fazer uma Camera Unica de Legisladores popularmente eleitos. Se a Nação está determinada a não continuar com o Governo Jacobinico, e a não voltar para o Despotismo Arbitrario, deve dezejar que nem os Máos Conselheiros do Rei possam para o futuro illudir a voz dos tres Estados, nem um d'estes possa destruir os outros, e a Monarchia. Este dezejo deve ser geral em todos os homens sensatos do Clero, da Nobreza, e do Povo porque n'este ponto o interesse he commum de todos. Que o Clero, e a Nobreza possam ainda, como nos seculos de ignorancia, tornar a abafar

* Explicar como este abuso tem lugar pediria uma Exposição muito longa, para os que não conhecem a Inglaterra, e he muito notoria e familiar a todos os que n'ella tem residido.

a Monarchia, e a Nação, mal se pode reear presentemente; mas que o Estado dos Povos, considerando-se como representante de toda a Nação, possa vir a destruir a Aristocracia, e a Monarchia, he facil, porque se está vendo. N'este sentido he que o Autor não acha defeito no uso antigo, que permittia aos grandes, e fidalgos de ser procuradores dos povos, antes lhe parece que no espirito da antiga Legislação Portugueza o Estado dos Povos não era em Cortes, rigorosamente falando, o estado de pessoas não nobres.

O Estado dos Povos não era o das Pessoas não Nobres.

Cada Camera ou Concelho era uma pequena Republica que elegia os seus juizes e magistrados entre a nobreza e povo da cidade ou villa, e do seu termo. A Camera ou Concelho que tinha assento em Cortes elegia ella mesma os seus Deputados, e estes eraõ p. c. procuradores da nobreza e povo d'aquelle termo.

Se os fidalgos queriam nas antigas Cortes formar um estado á parte, he porque elles tinham antigamente direitos, e obrigações que os podiam pôr em collisão com os povos p. ex. Se os Moradores da villa de . . . tivessem queixas que fazer em Cortes contra o Senhor d'aquella villa, he evidente que este vencido em votos no seu termo, não teria quem advogasse a sua causa. He por isso que os Fidalgos* se queix-

* Vejam-se os Capitulos de Cortes inseridos nas Provas da Dedução Chronologica.

aram a Elrey D. Affonso V, que tivesse chamado aos povos á Cortes e não a elles, e tivesse tomado resoluções sem os ouvir, nem seus procuradores. Hoje he mui diversa a posição dos Nobres, e he, como já se disse, por principios de Direito Publico, de Politica, ou razão d'Estado, que tanto cumpre conservar o estylo antigo, que a Nobreza e o alto Clero sejam chamados a Cortes especialmente como algum dia.

*Sobre as Elei-
ções Antigas,
e o methodo
introduzido
pelos Demo-
cratas.*

Se a Providencia tem por seus altos juizos decretado para Portugal a ventura de serem chamadas as antigas Cortes, não devem os tres Estados deixar em silencio as duas questões ; 1.^a se deve continuar-se aos grandes e fidalgos a permissão de serem Procuradores dos Povos em Cortes ; 11.^a Se Nobres devem votar nas eleições dos Procuradores dos Povos. A primeira ja se viu que era conforme a pratica antiga. A segunda taõbem parece conforme ao espirito da legislação antiga, e seria muito importante agora se os povos quizessem conservar o methodo de eleições novamente introduzido, porque os Jacobinos Portuguezes poderiam retorquir contra os amantes dos estylos antigos o principio de fugir das theoricadas abstractas, e de não innovar sem necessidade. Os povos, dirão elles, conhecem o methodo de eleições practicado n'estes tres annos, mas não sabem o que

se fazia ha cento e vinte cinco annos. Restituir este antigo costume agora, he innovar, he arbitrio.

A resposta he bem simples com tudo. Quem convocar as antigas Cortes, se for consequente, ha de ordenar as eleições segundo os estylos antigos, mas não tolher aos tres estados, uma vez juntos em Cortes, a faculdade de adoptar qualquer novo regulamento que lhe parecer melhor—Infelizmente muito pouco tem variado a administração interna do reino, para se recear o que succede em Inglaterra, que aldeas nos tempos antigos, estão hoje cidades ricas, e populosas; e taõbem povações assas grandes outra hora, e que mandavam deputados ao parlamento, estão hoje reduzidas a poucas casas. A lista das cidades e villas, que tinham assento em Cortes antigamente, parece da mesma importancia no estado actual: com tudo os tres estados podem remediar alguma proporção que houver, e os meios são obvios.*

Depois da restauração de Luiz XVIII o me-

* O methodo de eleições em Inglaterra he mui vario e complicado para aqui se referir; cada cidade ou villa segue os seus antigos usos e costumes, ou privilegios, e os Inglezes não gostam de innovar. O methodo dos Jacobinos Europeos he copiado das noções abstractas dos Francezes e Americanos.

thodo que se seguiu para as primeiras eleições* deu uma Camera de *Deputados* tão Realistas que Luiz XVIII lhe chamou *introuvable*. O Mesmo Rey, guiado por um ministerio de Liberaes, fez passar uma lei que alterou o systemma das eleições, e produziu grande numero de deputados ardentes Liberaes. Segunda lei provocada por conselhos oppostos produziu uma majoridade constante de acerrimos Realistas, com a qual a Monarchia tem adquirido uma consistencia que não se esperava. Logo do methodo das eleições dependerá muito a sorte futura do reino de Portugal, como dependeu a da Franca. Os Democratas Portuguezes, seguindo á risca as pizadas dos antigos Mestres de França, Italia, Alemanha, &c. declamam contra a Nobreza; e se alguma vez em conversação familiar condescendem a admittir a utilidade de duas cameras, asseveram que os Antigos Nobres não são já capazes de figurar como Pares do Reino.

O Autor sente igual repugnancia calum-

* A eleição no tempo de Bonaparte era nominalmente feita pelos collegios de *Departamentos*. Luiz XVIII depois da 2ª restauração em 1815, fez alguma addição de deputados, a qual produziu a *Chambre Introuvable*.

niar uma classe como a outra: sabe que se ha *Reposta aos*
 que dizer á Nobreza por factos de recente data, *Democratas*
 o mesmo ha que dizer a todas as outras classes. *Portuguezes*
a respeito da
Nobreza.

Quando o todo peccou não he d'admirar que a parte errasse!! As recriminações seriam bem faceis, e se a cauza da Nobreza Portuguesa houvesse de ser julgada pela recordação de factos illustres, e gloriosos para ella, o seu advogado pouca difficuldade teria em achar na Historia * um Manto assaz rico e assaz

* O facto seguinte, pouco conhecido, e de que o A. se não lembrava, dá lugar a muitas reflexões.

Para se alcançar dos Portuguezes o Serviço de 500 mil cruzados annuaes, que a Corte de Madrid intentava impôr-lhes, o qual se não podia obter senão por concessão das Cortes do Reyno, e sem a intervenção das quaes El Rey Filippe o queria estabelecer, recorreram os seus Ministros ao expediente ou stratagema de mandarem, “ Cartas assignadas da mão real a algumas, “ das principaes pessoas que em Cortes tinham voto, “ para que á maneira d'ellas, em juncta particular, se “ podesse aceitar o novo tributo, sem quebrantamento “ dos foros do Reyno, nem experimentar a contrariedade “ que da multidão se temia.”

“ Vindas as Cartas, que so continham o mando e “ rogo d'El Rey, para que se congregassem a ouvir uma “ materia de grande importancia e conveniencia do “ Reyno; a Juncta houve effeito na Igreja de Santo “ Antonio de Lisboa, donde de Nobreza, Povo, e “ Ecclesiasticos estavam chamados somente aquellos de

amplo com que cobrir todas as manchas modernas!!! O Terceiro Estado Portuguez poderá dizer outro tanto, mas não mais! Se a Nobreza entre nós he reprehensivel por se ter esquecido das obrigações da sua ordem n'uma Monarchia, por ter reduzido o serviço

“quem mais se esperava a muda, ou interessal obediencia. Porém ouvida já a proposição do negocio, e advertido o artificio com que se procurou facilitar, quem primeiro fallou foi D. Francisco de Castelbranco Conde de Sabugal, e Meirinho Mor do Reyno, o qual em poucas palavras lhes disse:—*Que elle e todos os circumstantes, com os vagaes que faltavam, haviam jurado guardar os costumes de Portugal: pelos quaes, nao era licito admittir nem votar fora de Cortes em materias semelhantes.* Levantou-se com pretexto de haver ja dicto o seu parecer. Seguirão quantos Nobres Ministros se achavam presentes; huns com inveja, outros com satisfação, mas todos com temor do mesmo que estavaõ executando.” D. Franco. Mel. Epanaphora Politica 1º p. 13.

Se a Nobreza Portugueza tivesse manifestado sempre estes principios, teria verificado em Portugal o que se viu continuamente em Inglaterra: que a Aristocratia, correcta em principios e em costumes, he o melhor baluarte da liberdade publica. Desgraçadamente a Portugueza deixou se seduzir pelos descancos corruptores que lhe trouxe o serviço do Paço, e a elle so reduziu a Monarchia. Todas as classes do Estado seguiram este caminho, e a consequencia foi a que se podia esperar, e a que temos visto n'este, e nos dous seculos precedentes.

do Estado ao serviço do Paço, com o fim de adquirir, accumular, e perpetuar em suas familias enormissimas doações da Corõa, em Senhorios, Commendas, Alcaiderias Mores, &c. &c. &c. se não se lhe pode perdoar de ter embalado os nossos Princepes com estas ideas imbecis, de sorte que a arte de Reinar estava limitada em Portugal ao mechanismo de distribuir em dias de Beija-mão *Beneficios Simplicies*, e a arte de servir o estado á industria de apanhar (a quem mais) d'estes *Beneficios Simplicies*; ao ponto que um Diplomata Estrangeiro, observando o calculo perpetuo que ouvia fazer de dias de Beija-mão, de *Despachos* que se esperavam d'um para o outro, disse; que os Portuguezes se governavam por um calendario diverso das outras Nações, e contavam o seu anno pelos dias de gala!!

Se esta he a culpa da Nobreza, essa foi a culpa geral de todas as classes da Nação, descendo desde os degraos do Throno, e não parando senão com o Lavrador ao cabo da charrua, e com o jornaleiro das cidades e villas. Qualquer reposteiro, qualquer moço-da-prata asseverava sem pejo, que o serviço do Paço era o primeiro do Estado. Um militar que tomasse uma praça, um general que ganhasse uma batalha, um embaixador que fizesse restituir

o que um máo militar tinha perdido, um governador, um magistrado, um administrador, zelosos, limpos de mãos, assinalados por obras uteis, feitas no tempo que administravam, não tinham feito nada !!! O serviço do Paço era tudo, era o Unico !

E tinha razão o reposteiro, que he o mais !!! porque onde este modo de pensar for bem diffundido, e bem geralmente adoptado, não he de recear que appareça quem tome uma praça, ou ganhe uma batalha fora do Paço. Alli está o theatro de todas as lutas e de todas as glorias !!!

A maior culpa que se pode imputar á Nobreza Portugueza, e aquella que mais damno lhe causou, na opiniaõ do Autor, foi o falso Espirito de Corpo (segundo a phrase franceza) que ás vezes mostrou, esquecendo-se que a estimação publica he a essencia, e o principio conservador da Nobreza. Bem a definiram as Cortes de Lamego quando dispuzeram, que as Acções Illustres seriam o meio de a adquirir; as acções indignas o caminho de a perder. Se os Nobres Portuguezes tivessem conhecido o seu interesse, e o do Reino intimamente unidos, em vez de cobrir, de suffocar (de abafar como dizem) as acções d'algum Nobre que não eram as de um homem de bem, ou de um Cavalheiro, de-

viam desconhecer esses Nobres indignos de o ser, e em lugar de os amparar, de os proteger, de continuar a viver e tratar com elles, deviam lançá-los de si, entregá-los ao desprezo publico, e se o caso o pedisse, á severidade das Leis, cobrindo seus nomes com um panno de luto na historia da familia . . . Mas n'este ponto trocando o som canoro em rouco e entristecido, pergunta o Autor,

“ Em baixa voz envolta em choro.”

Se este falso modo de pensar, e de sentir, não era taõbem commum ás outras classes . . . se não era filho de errados sentimentos, e geraes prejuizos? Mas se para evitar o perigo da calunnia, esconde o Autor os nomes que lhe parecem dignos da animadverção publica, taõbem para cortar parcialidades não aponta muitos nomes de Nobres Illustres de nossos dias, que poderiam sem pejo sustentar o parallelo com os melhores Nomes Estrangeiros, sem exceptuar a Nobreza Inglesa, que em virtude da sua Legislação he sem dúvida a mais correcta da Europa.

Terminará o A. este repugnante Discurso com uma observação que lhe parece não admittir réplica.

Pormais de vinte annos consecutivos esqueceu-se a Nação Portugueza do que foi, e do que era

ainda (como depois mostrou) e consentiu quazi toda na vileza nacional de comprar a paz por dinheiro, e de se deixar subjugar pelos Francezes sem resistencia !!! A que classe pertenciam os unicos Portuguezes que se oppuzeram constantemente a esta abnegação do Nome Nacional? aquelles que abertamente, e a todo o risco pessoal clamaram pelo brio e valor nacional?—á Classe da Nobreza !

A que classe pertenciam os que cercaram as portas dos Ministros d'Estado, e dos Cortezaões, e que aturdiram a Corte de alaridos contra a imprudencia e cabeças esquentadas que preferiam a guerra com a França; os que entregavam em segredo aos Ministros d'Estado e aos Cortezaões Memorias e Projectos cheios de tantas falsidades como erros d'intendimento, para enganar, e precipitar o mesmo Ministerio? Todos esses Bachareis, Negociantes, Caixeiros, &c. &c. &c. que assim obraram, pertenciam ao Estado dos Povos !!! Demos pois de mão, ou demos ferias eternas, a todas as argucias Jacobinicas. Os que mal dizem de uma classe, tendo tantas ou mais culpas de que se accusar, sabe-se o fim que tem, querem occupar o lugar que lhes não pertence; mas se a Nação está satisfeita com a experiencia que fez, e não quer mais, tanto apreço fará dos Jacobinos em duas

como em uma Camera. O espirito da seita seria sempre um. Não necessitam de mais ini-^{Necessidade da União de todos os Es-}mizades, ou germes de parcialidades; os Por-^{tados.}tuguezes, que em todos os tempos se fizeram famosos pela sua desunião. Esta triste qualidade foi sempre o alimento das esperanças dos Reis Philippes, durante os 28 annos da guerra chamada da Acclamação. Todos os planos de seus conselheiros para a conquista de Portugal sempre assentavam sobre esta fatal esperança que felismente lhes fálhou . . . Agora a Monarchia toda inteira se acha a tal ponto soçobrada, que sem os esforços individuaes de quasi todos os seus filhos, jamais, e com elles difficilmente ainda, se pode esperar que torne a vir ao de cima da agoa.

Facil he, dirão alguns, pregar a união, e os incalculaveis bens que ella ha de produzir; mas quem pode esperar união entre o Lobo e o Cordeiro, entre a victima e o oppressor, entre o sincero amante do seu Rei, e da sua Patria, e o raivoso Jacobino (Pedreiro Livre, ou Massaõ Portuguez)? Esta objecção era muito facil^{A difficuldade de conter os Jacobinos sem effusão de sangue, não he invencivel.} de prever para não o ter sido. Ha trinta annos que o Autor sabe que o character do Jacobino he indelevel, a sua conversão impossivel, a mudança hypocritica, e a confiança em tal mudança uma verdadeira logração. Conver-

tem-se as victimas, desinganaõ-se os credulos, mas assim que a occasiaõ se offerecer o Jacobino ressurgirá tal como era: mas taõbem na historia das calamidades da França houve tempo d'apprender, que roto uma vez o véo da credulidade popular, cessado o terrorismo, feita a resenha geral, se achou o numero dos verdadeiros e consummados Jacobinos reduzido a poucos individuos, que se não foram todos guardados, como os bichos na quinta d'esse nome, he porque taõbem entre elles havia vizionarios fanaticos de opiniaõ, que a charidade christam obriga a não chamar *mãos homens natura sua*. Esta consideração, junta ás que adiante se faraõ de conveniencia, deve ser de grande pezo para guiar todos aquelles a quem a nação confiar os seus interesses, quando estiver decidida a não querer mais do governo Jacobinico. O Autor disse expressamente a *Nação*, e não *El Rey*, posto que não pode suppor que jamais o Poder Executivo esteja collocado em outras mãos que as do Rey, e seus ministros: disse assim para explicar o seu pensamento; que a Monarchia Absoluta, qualquer conselho que abraçe, o do rigor extremo, ou o da indulgencia, com os precedentes Jacobinos, sempre ha de errar o seu tiro. Com a perseguição augmentará o numero dos seus inimigos secretos,

com a indulgencia descuidada, talvez torne— a ser submergida. Mas se o Rey obrar de accordo real com a Nação, e não verbal, como se diz nos preambulos das leis feitas só por ministros d'Estado, quer dizer, se o Rey prezidir a uma forma de governo que tenha o assenso de todas as Ordens do Estado ; se as leis forem publicamente discutidas, e verdadeiramente conformes ao voto geral, ou ao que no pedantismo politico moderno se chama a *opinião publica* ; se á gente *Jacobinica*, *Radical*, ou *Carbonaria* se fizer uma guerra declarada, mas justa e nacional ; então pode o governo dar-se por seguro, e desafiar todas as machinações da seita . . . A differença proposta está-se vendo em pratica. O governo Inglez subsiste com a espada nua contra os seus Radicaes, e ninguem o considera em perigo, porque tem a quasi totalidade da nação por si... Os governos da Italia todos estão assentados sobre cinzas quentes, e a minima desaparição da força que comprime os Carbonarios faria desaparecer esses governos, os quaes sabem muito bem que o numero dos seus inimigos augmenta cada dia secretamente : mas quando o Autor disse guerra declarada, acrescentou justa, e nacional : porque ella podia ser d'esta ultima qualidade, e com tudo injusta, qual foi, tão desgraçada, tão fatalmente para os nossos interesses, a

guerra nacional feita aos Judeos. He este um exemplo que o Autor tem trazido frequentemente á lembrança, e á reflexão dos Portuguezes, porque exactamente, como elle disse (Nota XXI n.) jamais houve injustiça que custasse tão cara á nação que a fez. Ella foi uma das maiores causas da sua ruina ! mas se o acontecido com os Judeos ensina a evitar que a guerra nacional seja injusta, e por consequencia desaconselha toda a perseguição illegal, e arbitraria, como foi a da Inquisição, ella prova taõbem por outro verso a força irresistivel do odio nacional contra uma classe, ou uma seita; pois só a cegueira d'este odio poud dictar os despropositos, e os estragos que se deixaram commetter por um tribunal que, levado, como se diz grosseira e vulgarmente, á parede pela Corte de Roma, e contando por milhares as suas victimas, tardou muitos annos antes que pudesse produzir um processo legalmente feito, debaixo dos mesmos principios asperos e rigorosos da jurisprudencia inquisitorial—*Discite justitiam moniti, et non temnere divos*. Este raciocinio se parecer bem deduzido provará concludentemente, e de novo se fosse necessario, que he uma pura illusão toda a esperança que a Monarchia Absoluta possa hoje salvar o Reino. O Autor tem dito sobre este episodio mais do que desejaria,

naõ conhecendo, como naõ conhece, o modo de pensar mais geral da Nação a tal respeito ; mas ha um facto historico que elle sempre admirou e que lhe parece muito proprio para ser offerecido á reflexão de todos os homens sensatos. Quando as doutrinas dos Protestantes começaram a fazer muitos proselytos em toda a Europa, em razão dos grandes abusos da Clerezia d'aquelle tempo, a republica de Lucca foi a parte da Italia mais infecta d'estas doutrinas, para fallar na phrase Romana. Insistiu o Imperador Carlos V. que esperava converter todas as consciencias, e quiz forçar a republica a usar dos mesmos meios violentos que elle usava por toda a parte (pois até a Portugal tocou* uma parte d'esta sua Imperial beneficencia, com o grande rigor que elle obrigou El Rey D. João o III^o a mandar usar pela Inquisição de Portugal) mas a Republica que contava entre os Nobres de que se compunha muitos Protestantes, adoptou o methodo benigno de capitular com elles, e a todos permittiu o exilio voluntario, com a mais ampla e explicita disposição de todos os seus

* Anecdoto singular, pouco conhecido, porque naõ apparece d'elle outra prova senão o que diz o Autor das Instrucções ao Nuncio que foi a Portugal no tempo d'El Rey D. João III.

bens, e propriedades. Esta he a origem de muitos nomes Suissos que são de famílias originariamente Luquesas. Tal he o bem conhecido de *Burlamachi*—mas basta para um episodio, que não intrava no plano do Autor, pela razão que acima disse.

O que s'in-
tende pela
União pedida.

Voltando ao assumpto principal, não he d'esta União impossivel que elle fallou, nem a que recommendou como *indispensavel* á salvação do Estado.

A união que elle deseja, e que elle recommenda como a primeira e natural consequencia da formação de um govenno que tenha o assenso geral de todas as ordens do Estado, he a união d'entendimento e de vontade em todos os homens capazes de servir a sua patria na violenta crise em que ella se acha, a qualquer dos tres Estados, do Clero, Nobreza, ou Povo a que esses homens pertençam originariamente. —União de intendimento em certos principios que nem discutidos deviam-ser—união de vontade firme em os por em pratica, e desenvolver em todas as suas consequencias: tendo menos por mira innovar do que melhorar, consolidar do que destruir, temporizar do que esbulhar. Se em em tempos ordinarios se houvesse pensado em uma reunião semelhante, seria menos necessaria esta união de intendimentos e vonta-

des. Haveria talvez quem até receasse de hir muito longe com reformas, e não quereria despertar a Hydra que por si mesma accordou em 1820. Mas não deve o Autor demorar-se muito com uma hypothese sem fundamento. Elle já disse a paginas 89, nota XI—“ que “ não estava Pekin mais longe de Lisboa do “ que esses pensamentos estavam de todas as “ pessoas que tinham accesso ao Soberano, “ desde o Duque até o Bacharel.” Todas essas Reformas que então se podiam procrastinar, saõ agora urgentes: mas todas seraõ igualmente impossiveis, como as que os Jacobinos fizeram ou intentáram, se a uniaõ que o Autor definiu não tiver lugar; isto he, se não forem todos os Intendimentos conformes na absoluta necessidade de uma Monarchia verdadeira, mas não absoluta—de uma forma de governo que abraçe, como antigamente, todas as ordens do Estado, mas que se melhore na execuçaõ, e se conforme algum tanto ás ideas do seculo em que vivemos—se o Clero e a Nobreza não forem os primeiros a offereçer á patria todos os sacrificios que ella exigir—se a Naçaõ toda não for igualmente generosa, e não abominar toda a espoliaçaõ de individuos, usufrutuarios, ou proprietarios, Ecclesiasticos, ou Nobres—se os empregados publicos não mudarem dos habitos

antigos, de se atravçarem uns aos outros, ou não forem obrigados a mudar esses habitos perniciosos com o receio e a certeza do castigo—se as leis que a tal fim se fizerem não forem como ategora illusorias, &c. &c. Pode-se tornar a ler o que o Autor escreveu a paginas 88,

Novos exemplos do máo espirito dos empregados publicos.

Nota XI, mas para fazer mais palpavel o que alli disse, do máo espirito dos empregados publicos, no fim d'esta pagina se referirão alguns factos* pouco conhecidos, que talvez farão

* 1º. Queixa-se o ministerio Ingles ao embaixador de Portugal em Londres, que o governo de Lisboa não queria reduzir os direitos d'entrada sobre os lanificios a 15 p.º segundo o ultimo tratado ; não obstante que assim se praticava no Brazil. Escreveu o Embaixador ao governo de Lisboa perguntando a razão, e foi lhe respondido, que se fundava n'outro artigo do mesmo tratado (XVI salvo erro) que dizia, que a respeito de vinhos e lanificios ficariam em vigor os antigos tratados. Resolveu-se o Embaixador, por consequencia, a advogar a causa dos governadores do reino, e communicou a estes as notas que entregou ao Ministerio Inglez. Assim que os governadores viram o Embaixador empenhado em disputa com o Ministerio Inglez, cederam logo da pertença que tinham, e de seu proprio moto, e sem prevenir o Embaixador, reduziram os direitos a 15 p.º!! He mais do que provavel que o Ministerio Inglez teria cedido ás razões dos governadores, e do mesmo Embaixador, porque eram muito fortes.

2º. O Facto succedido com o plano para supprir ao deficit do exercito, em 1812 e 1813, he mui notavel.

passar muitos Leitores, se este folheto os merecer.

A natureza do plano será exposta em uma nota que irá adiante: aqui dir-se-ha somente o que se chamaria a *moralidade da fábula*. Protestavam os governadores do reino, nos annos referidos, que além da applicação de quasi todas as rendas do Erario, e além do subsidio Inglez de dois milhões esterlinos, havia na Caixa militar um *deficit* annual de 10 a 12 milhões de crusados; e pediam augmento de subsidio. Oppoz-se Lord Wellington, negou-se o governo Inglez a todo augmento, e escreveu Lord Wellington uma carta famosa aos governadores do reino, na qual lhes significava a sua opposição ao augmento pedido, dizendo-lhes que elles achariam todos os recursos que lhes faltavam se pozessem cobro ás enormes malversações que se commettiam nas Alfandegas Portuguezas, e na má repartição das contribuições . . . Para sahir d'este embaraço propôs o Conde de Funchal um plano fundado, em parte, nas reformas pedidas por Lord Wellington, e em parte na venda de alguns Bens da Coroa, e Ordens. O Nuncio de S. S. no Brasil, empenhado pelo Ministerio Inglez, concedeu as faculdades apostolicas necessarias, e S. A. R. (hoje El Rei N. S.) mandou pôr o plano em execução.—Para não obedecer, valeram se os governadores do reino de uma ordem antiga (de 1809) na qual com fins bem diversos, mandava S. A. R. que os governadores do reino não tomassem resolução alguma militar, ou de fazenda, sem consultar Lord Wellington. Escreveram pois n'esta conformidade a Lord Wellington, que já se achava então (em 1813, ou 1814) em França. Lord Wellington, não sei porque razão, desaprovou a venda de bens de Conventos. Ficou o plano sem execução, e d'alli por diante não se

Seja aqui licito repetir, somente por lembrança, o que já foi dito mais por extenso em

fallou mais de deficit da caixa militar. N.B. Parece que este deficit resultava de dividas contrahidas pelo commissariado Portuguez, com os embargos de generos aos Lavradores que ficaram naturalmente por pagar.

3º. O Conde de Funchal, em 1814, informava de Paris regularmente os governadores do reino das suas negociações com o Ministerio Francez. Outro tanto fez o Conde de Palmela, que ficou em seu lugar. Em virtude de instrucções concertadas entre ambos, e conforme a um dos artigos addicionaes ao tratado de paz, que o Conde de Funchal tinha assinado, negaram-se á França os privilegios mercantis de que os Francezes gozavam em Portugal antes da guerra, e remetteu-se esta discussão para futuras negociações com S. A. R. resolução importantissima, porque a França, depois da revolução, havia adoptado nas suas Alfandegas um systemma prohibitivo como a Inglaterra. Lizonjeavam-se os dois Condes que d'este modo cahiria por terra o nosso erradissimo systemma de relações commerciaes com as nações estrangeiras; mas os governadores, posto que informados de tudo, sem esperar por ordens de S. A. R. publicaram uma Portaria concedendo aos Francezes todos os privilegios de que gozavam no 1 de Janeiro de 1792.!!

N. B. São escusadas, ou parecem escusadas as muitas reflexões a que este facto dá lugar. O artigo adicional acima referido lembrava o principio bem conhecido “que o estado de guerra annulla todos os tratados precedentes.”

outros escritos.* Quando a Monarchia Portu-
 guezza expirou violentamente em Africa, em 1578, não estava ella já em muito boa ordem; estava pelo contrario bem † doente: mas a sua
 Disproporção relativa ás outras nações não era grande, excepto a respeito de Carlos V, e de Felippe II d'Espanha; e quando se consideram os embaraços voluntarios, ao principio, e depois irremediaveis, em que aquelles dois Principes se metteram em Italia, em Alemanha, em Inglaterra, em França, e até dentro em Espanha, não será muito dizer que o medo que metia o Imperador, como então lhe chamavam, em Portugal, se parece assaz com o que meteu de nossos dias o Directorio Francez, e depois o outro Imperador Napoleão . . . isto he nos termos do immortal poeta—*maior o damno que o perigo.*

Mas quando a Monarchia resurgiu em 1640, ou um pouco depois, e em quanto a sua luta com a Espanha durava ainda, a despro-

* Vejam-se as observações sobre a nossa economia politica inseridas no Investigador Portuguez.

† O escrito que tem por titulo, Instruções ao Nuncio que foi a Portugal no tempo d'El Rei D. João III. prova que a administração da Monarchia n'aquelle tempo não differia do que teve lugar em tempo d'El Rei D. João o V senão no numero do nome do Rey.

porção era tremenda; a da Espanha era a menor em realidade. A Inglaterra, e a França haviam-se tornado em dois Padraços que metiam medo, nem parece crível, se não se tivesse visto, como Portugal se poudo conservar entre elles. Necessitava a Monarchia d'alli por diante d'uma administração a mais intelligente, a mais activa sem imprudencia, mas a mais patriótica e industriosa, para se collocar em alguma situação menos afastada do que estava d'aquellas duas enormes potencias. Succedeu tudo ao contrario. O governo foi até o anno de 1750 exactamente o avesso do que fica dito, e circumstancias inesperadas salvaram a independencia nominal dos desprevidentes Portuguezes.

Naõ faltaram n'este longo intervallo, nem depois da morte do Senhor Rei D. Jozé, occasiões em que uma administração, qual acima se descreveu, teria podido envigorar de novo a nação, e a favor da sua posição geographia, e das suas conquistas, elevá-la mais para perto das grandes potencias. Todas essas occasiões foram perdidas. Chegou enfim o momento fatal, em que a Monarchia esteve para ser annihilada pela força estrangeira, como tantas vezes se receva que o houvesse de ser. Perdeu-se porem temporariamente o Reino só de Portugal, pela feliz resolução que S. A. R. tomou de se embarcar

para o Brasil—circumstancias inesperadas, ou inesperaveis pelos meios ordinarios de que Portugal podia usar, restituiram o reino ao seu Soberano, e este se achou em 1814, á paz geral, com toda a Monarchia, e de mais a mais com um exercito que causou o espanto e a admiração de todas as nações. Que occasião esta para se estabelecerem novos principios, e novo nexo da Monarchia. Era a primeira vez que um Monarcha da Casa de Bragança tinha visto a parte que lhe toca nos dois emispherios. A Espanha militarmente nulla—França prostrada por terra, esvaída em sangue, e ainda mais infraquecia pela diversidade de opiniões. A Inglaterra cessando de ser omnipotente em contemplação para a força colossal da Russia e da grande alliança,—obrigada a ser justa com Portugal. O simples senso commum dictava então a vinda do Soberano ou de seu filho primogenito a Portugal para agradecer á nação; para mostrar-se ao brilhante exercito Portuguez; para fortificar, e vivificar com elle todas as partes da Monarchia; para acabar d'uma vez com a sugeição voluntaria ás nações estrangeiras, e desfazer o torpe edificio das relações commerciaes, que a mais inepta ignorancia tinha levantado, como se fosse de proposito, para assombrar e fazer esmorecer a industria na-

*A historia de
Portugal he a
historia de
ocasiões per-
didas.*

cional.* Taõbem esta occasiaõ foi perdida. Eia pois, se a historia da Monarchia Portugueza ha 150 annos he a historia das occasioẽs perdidas, se a pezar de tantos infortunios, e de tanta desprevidencia—se a pezar da guerra civil, que he o unico flagello que ategora nãõ tinha conhecido—se agitada e titubeante a Monarchia ainda está em pé, quem nos diz que a Providencia nãõ mandará a ainda alguma occasiaõ, que seja aproveitada pelos tres Estados do reino, regenerados em principios e costumes, ja que da Monarchia arbitraria nãõ se pode esperar maior serviço do que ella prestou atégora!

Parece que se pode applicar aos Portuguezes a falla de Teucro aos seus eompanheiros, “Homens famosos em todos os tempos pela vossa ousadia, sempre que houve quem a soubesse dirigir! Muito tendes soffrido! Nãõ ha duvida, e agora mudastes de mal para peor! porém innovastes!!... Voltai á forma antiga de governo com a qual outra hora vos fizestes illustres. Vós tendes sobrevivido a todos os modos d’extincção nacional?—tendes perdido todas as occasioẽs. Alguma virá que se aproveite!!... Ha em vosso favor a clara expe-

* Veja-se o que o Autor escreveu nas Notas v, vii, viii, &c. &c. &c.

“riencia do passado! Com ella, com tão

“grandes auspícios não ha de que desesperar.!”

De facto sem esta cega confiança, que ás vezes *Enumeraçãõ das difficulda-* he pressentimento da fortuna que está para mu- *des para ven-*dar, quem terá o olhar assaz seguro para encarar *cer.* todas as difficuldades em que se acha a patria, e o peito assaz forrado de aço para lutar com ellas? Que difficuldade somente a de elevar as rendas publicas a ponto de pagar com regularidade um exercito sufficiente para todas as precisões, alguma marinha, e todos os empregados?

Que difficuldade a de se intender com o Brazil? a de conhecer, e frustrar em um e outro emispherio as más tenções dos estrangeiros? Que difficuldade a de mudar agora a mão systema das relações commerciaes com as outras nações? Que difficuldade a de melhorar a administração da justiça, e a educação dos magistrados, sem fazer uma regeneração á moda Jacobinica? e com tudo, sem alguma reforma d'esta classe, nem liberdade nem prosperidade se podem esperar! Que difficuldade a de remover, sem violencia nem spolição, todos os obstaculos legaes* que impedem o augmento da

* Chama o Autor obstaculos legaes, aquelles que se fundam em leis, ou prestações consentidas por lei—

agricultura e da povoação?? é em quanto esta ultima não dobrar sobre a mesma superficie actual, a independencia he nominal!

Que difficuldade a de convencer a Corte de Roma, e o que ainda será mais difficil* os beatos do reino, que diminuir o numero dos frades e freiras; que pôr em venda bens das Ordens religiosas, de accordo com ellas† não he entender

No 1º titulo entram muitas disposições que seria necessario abolir: No 2º os direitos de senhorios, reguengos jugadas, &c. Ambos estes objectos requerem um exame miudo.

* A Corte de Roma foi mais indulgente, ás vezes, do que os beatos, como se viu a respeito dos Christãos Novos.

† O plano proposto em 1812, e para a execução do qual o Nuncio de S. S. deu as faculdades necessarias, era essencialmente um emprestimo que se pedia a cada ordem religiosa e proprietaria de terras. Do valor que cada ordem desse em terras para vender, ou do producto, ficaria, o erario devedor, e pagaria o juro a 5 p. %... O beneficio maior do erario consistiria na disposição, que este juro fosse assentado como annuidade sobre o equivalente numero de religiosos, e cessar com a morte do individuo religioso, em forma de *tontina*: ou mais claramente; suppondo que a ordem de S. A. deu terras que vendidas produziram 100 mil. cruzados, o erario que os receberia ficava devedor á ordem de S. A. do juro de 5000 cruzados, ou de 20 annuidades de 100 mil reis (supposto igual ao sustento de cada religioso). Os individuos da mesma ordem seriam os titulares d'estas annuidades, e por morte de cada um cessaria o erario o pagamento do juro

com a religião? Que difficuldade, na pobreza actual do erario, a de achar fundos com que indemnizar de boa fé os que soffrerem d'essas reformas? Que difficuldade a de realizar o producto d'essas vendas de bens de conventos, e de terras da corôa, e impedir a dilapidação que em toda a parte se tem visto,* e que tem feito a spoliação mais odiosa por ser inutil? Que difficuldade a de evitar tratados de commercio? Que difficuldade a de evitar ou vencer as insidias de falsos Irmaãos que vos atraioaraõ com o Rei, com os tres Estados, e com as Cortes estrangeiras, em quanto vós proseguis zelosos na execução de vossos planos?

correspondente. A ordem de S. A. para não perder n'esta operação seria obrigada a diminuir na mesma proporção o numero dos seus individuos. O producto d'estas vendas devia ser exclusivamente applicado para pagar aos lavradores os generos embargados pelo commissariado Portuguez.

Este plano promettia de ser productivo em 1813, 1814, e annos seguintes; porque a guerra tinha deixado muito grandes cabedaes em Portugal na mão de Portuguezes—mas por falta d'emprego todos estes cabedaes vieram alimentar os fundos de Inglaterra. Uma só caza de commercio em Londres tinha 300,000*l.* sterl. em Exchequer Bills pertencentes a Portuguezes. Por todos os portos de Inglaterra entraram grossas quantias de ouro Portuguez provenientes da mesma fonte, e pela mesma falta de emprego.

Mas taõbem que ministro d'Estado, que constancia (ainda que fosse a d'um Marquez de Põmbal, e admittindo que fosse assaz intelligente, e patriotico) seria bastante para levar ao fim operações taõ complicadas, taõ difficeis, taõ susceptiveis de incontrar tropeços a cada passo? O Autor naõ tem escrupulo de dizer que naõ haverá homem que tal ouze emprehender; que naõ ha Rey absoluto que o possa fazer; e que só um ministerio ajudado e sustentado pelos tres estados do reino juntos em Cortes (conformes as gosto nacional) poderia effeituvar semelhantes beneficios.

*Reflexões
sobre essas diffi-
culdades.*

Que difficuldade naõ he por si só a primeira de todas? O exercito Portuguez! Som taõ grato ao ouvido, taõ suspirado por todo o amante da sua Patria, quando a viu periclitante, e observou que nenhum perigo despertava a Monarchia Arbitraria! Em disciplina, e valentia nada faltava ao Exercito Portuguez em 1820, na opiniaõ dos melhores juizes: mas quanto naõ tinha o homem d'Estado que fazer ainda para que elle fosse armado, artilhado, apetrechado, remontado, &c. dentro do Reino! Tudo era factivel com tempo, se a Monarchia podesse mudar de principios de governo, e ficar inteira: todas as difficuldades crescem agora com a laceração que vemos, e com a insubordinação que

nos assusta ! Chefes Militares que vos deixastes seduzir um momento, seja o unico, seja o ultimo ! Vós deveis á Patria a subordinação do exercito ! Restitui-lha ! Abjurai todas as promessas, e todos os pactos feitos em Sociedades Secretas ! Saõ contrarios ao Espirito Militar. Vós não sois soldados de Sylla ou Mario, nem de Pedreiros Livres, ou Maçoës Portuguezes ! Sois soldados da Patria ! Ella para salvar-se dos perigos que a rodeam precisa do vosso Espirito Militar...mas insubordinado, o exercito não he defeza, he um flagello. A Monarchia taõ-bem necessita mudar de principios ! Estes ja não podem ser os do Despotismo Arbitrario ! Seraõ aquelles com que os vossos Maiores se fizeram outra hora illustres nas quatro partes do Mundo ! Voltai a elles ! mas voltai taõ firmes como se fosse diante do inimigo, e taõ obedientes como sabeis que a fortuna requer, e a Patria exige !

E do Brazil quem ouzará fallar sem o ter visto ? ou pensar no que alli succede sem se entristecer ? o Autor não he taõ temerario ; e algumas reflexões que lhe occorrem, olhando ao longe, devem ser rectificadas pelos que tem conhecimentos locais.

Falta de braços para tudo, e em todas as quatro partes do mundo Portuguez, era a lamentação

geral, e a unica reflexão de todo o Portuguez que condescendia o occupar-se um instante dos interesses mais preciosos da sua Patria ! Hoje, graças ao Jacobinismo, temos soldados bastantes para pelejar uns com os outros, na Europa, e na America ; temos, gente para bloquear, e ser bloqueada, e navios de guerra que se fazem o mesmo serviço reciprocamente ! e se por desgraça não produz o Brazil marinheiros assaz dextros, incommendam-se de Inglaterra para ir lutar com os nossos ! e conseguiram os Jacobinos que estes actos se commettessem em nome do Pay, e do Filho ! Oh escandalo dos escandalos !

Contra o Herdeiro do Throno, tão acertadamente deixado Regente por seu Pay, accumularam os Factiosos da Europa injustiças, agravos, vituperios, e até o tom de mófa proprio de gente de tão baixa relé ! E quem são esses homens que tem que dizer á educação do seu Principe ? O maior numero d'elles, ha que apostar 100 contra 1, que necessitariam de ser educados de novo ! E quem devia dirigir esta educação serodia do Principe Herdeiro do Throno ? Os Jornalistas Portuguezes de Londres ! a escoria da Nação Portugueza ! Oh, escandalo dos escandalos !

Um Principe que se sabia ser dotado de muito

valor, firmeza, e actividade, irritaõ-no, stimulaõ-no, provocaõ-no, até que elle se julgue obrigado a pelear contra aquelles soldados, na frente dos quaes seria o seu lugar mais proprio ! e os Factiosos, que não conhecem educação nem brio, poem aquelles briosos officiaes e soldados na collisaõ entre o dever militar, e o respeito que devem ao filho do seu Rey ! Em vez de confessar o seu erro, e de retroceder a tempo, insistem a lacerar a Monarchia, alargam a ferida quanto mais, para que os Facciosos da America tenham taõbem a sua vez ! Estes allucinam o

Lutta entre os Jacobinos de Portugal e os do Brazil.

Princepe ao ponto de mandar sequestrar as propriedades dos que já são victimas, e que era sua obrigação proteger em quanto durasse a oppressaõ ! e porque elles sós não podem, persuadem-lhe que provoque a cobiça* dos Piratas Estrangeiros contra as propriedades, e pessoas da quelles que um dia haõ-de vir a ser seus subditos ! Oh escandalo dos escandalos ! Jacobinos de um e outro Emispherio, quando podereis expiar taõ graves delictos.*

* Por noticias ultteriores consta que Lord Cochrane foi installado Almirante do imperio do Brazil. Que escolha ! Os Factiosos da America não ficam devendo nada aos da Europa. Tratam com igual delicadeza a reputação de seus Amos !! Deus lhes dê em um, e outro Emispherio o premio que merecem.

*Damno que
resulta a Por-
tugal da scis-
são do Brazil.*

O Damno que resulta a Portugal, em commercio, navegação, e rendimento publico, da scissão partial, ou total do Brazil, não se deve estimar agora, como se deveria fazer, antes da invasão Franceza em 1807, e da consequente participacão dos Estrangeiros n'esse commercio, que lhes foi franqueada com paridade absoluta de condições pela famosa Carta Regia datada da Bahia em 1808, pomposamente chamada a Emancipação do Brazil; a qual foi ainda confirmada em 1814, já no segundo Ministerio de A. de Araujo, com uma irreflexão que parece incrível, se não foi maldade! O Autor refere-se ao que escreveu mais largamente sobre este assumpto nas Notas VII—VIII—e IX. Agora ajuntará algumas reflexões que alli se ommittiram, porque não pareceram necessarias em resposta ao Manifesto.

De 1808 por diante não ficou possivel aos Portuguezes *de toda* * a *Monarchia* outra porção

* *De toda a Monarchia* repete o Autor (sem ignorar bem ridiculas restricções impostas ás ilhas da Madeira e Açores) porque a antiga Legislação Portugueza não conhecia os principios do Regime Colonial introduzido pelos Hollandezes, Inglezes, Francezes, &c. e que alguns Portuguezes quizeram modernamente applicar ao Brazil, sem reflexão! A exclusão d'Estrangeiros era um Monopolio estabelecido tanto em favor do Berço

d'esse Commercio, senão a venda e navegação reciproca dos proprios generos, e artefactos: afora alguma migalha ainda de generos coloniaes, em transito por Lisboa, que escapava ás Casas de

como das Conquistas, e tinha por base o errado systema de relações commerciaes que inhabilitava os Portuguezes a contender na Europa com as outras Nações em commercio, e navegação.—Este erro era antiquissimo: [vejam se as observações sobre a nossa Economia Politica inseridas no Investigador Portuguez.] Reservava-se aos Portuguezes de toda a Monarchia a navegação da Africa, da Asia, e da America, porque a da Europa lhes era impossivel; mas o morador de Malaca ou de Liampóo na China tinha para si, seus Navios, e Generos, os mesmos direitos que o de Lisboa, do Porto, ou de Setubal. A posição Geographica, e não lei positiva, estabeleceu o deposito dos generos na Mãe Patria. Esta era uma consequencia necessaria da exclusão dos Estrangeiros nas conquistas . . . assim como a admissão d'estes no Brazil, sem mudar o systema das Relações Commercias, foi o mesmo que privar os *Portuguezes de toda a Monarchia*, de todo o Commercio, e de toda a navegação que não fosse a que entre si fizessem—esta mesma tentaram os Negociantes Estrangeiros usurpar, fiados na ignorancia, ou indiferença do Governo do Brazil, e o conseguiram por vezes—até que enfim á força de clamores dos Zelosos, ou Interessados, os Governadores do Reino se resolveram a negar a descarga em Lisboa a um navio Ingles que vinha carregado de generos do Brasil, e sem todos os despachos ou papeis em regra lá concedidos. A admissão d'Estrangeiros no Brasil, sem esta providencia, causou logo a diminuição immediata, ou progressiva das duas

Commercio, dos Inglezes, Americanos, Francezes, Suecos, Hamburguezes, Dinamarquezes, &c. &c. &c. estabelecidos em todos os portos do Brazil. A quanto lá montava em 1820 esta migalha não tem o Autor informações* exactas. Devia ser muito diminuta; mas o objeto he sempre de grande interesse para os dois Reinos, se a Providencia permittir que se reconciliem—porque o Governo do Brazil nunca soube realisar aos portos do Reino e ilhas as vantagens que elles tem para este ramo de Commercio, que são de notoriedade publica, e preciosas, porque não carecem de ser

classes de Negociantes, e Navegantes, tanto em um como no outro Reino. A Carta Regia pôs o Brazil para o futuro, a respeito de todo o Mundo, como Portugal já estava a respeito da Europa. Sem Negociantes, sem Navios, e sem Artifices. He verdade que em 1808, 9, e 10, mal podiam os Portuguezes da Europa, em razão da guerra, navegar para o Brazil, porém, a reserva de condições melhores para os Naturaes devia lhes restituir esta vantagem.

* Se os Mappas dados a Ad. Balbi [Essay statistique sur le Portugal] são exactos, parece que a Importação de generos do Brazil em Portugal em 1819 andaria de 18 a 20 milhões de cruzados; e estimando a consummação dos Portuguezes pela que fazem os outros Europeos, d'esta quantidade pouco restaria para re-exportar: mas he materia que pede informações exactas.

dictadas pela violencia. Consideremos agora as consequências da scissaõ dos dois Payzes, ainda que pareçam, e he tanto para dezejar que sejam, delirios de Inferno. Se a inimizade entre os dous Payzes for duravel e completa, o que Deus não permitta, cada um d'elles terá que resolver o mesmo problema de economia, a saber—

1º onde hade dispor dos generos que ategóra vendia ao outro, para balançar o seu commercio geral, sem precisar de numerario para comprar taõbem n'outro mercado os generos que lhe faltam. Não he facil adivinhar onde cada um d'elles acharia novos Consummadores, em lugar dos que tinha por Monopolio certo no Brazil e no Reino, e, segundo parece, com mais vantagem do Brazil, porque tres a quatro milhoões d'Europeos consomem mais do que outros tantos no Brazil repartidos nas tres classes de Brancos, Mulatos, e Negros; 2º. Será necessario que os Portuguezes da Europa variem e melhorem os seus generos para intrar em concurrencia com a França, com a Espanha, e com a Italia. Será necessario que os do Brazil façam outro tanto para vencer a concurrencia das Antilhas, da Havana em particular, dos Estados Unidos, e da India Oriental, que os Inglezes favorecem com muito calor.

3. Que stimulos dará o dezejo de se despicar

*Consequen-
cias da scis-
saõ do Brazil
se for total e
duravel.*

um do outro, não pode o Autor adivinhar; porem do mal o menos, se maior industria for o resultado da inimizade! A vastidão, e a fertilidade do Brazil são grandes bases para a prosperidade, mas requerem outros principios de governo, e outros habitos nos seus Moradores. O Reino de Portugal na sua relativa pequenez tem mais de metade por cultivar, he uma mina entopida por falta de habilidade.

4. Persistindo n'este triste parallelo, o commercio tomaria em cada Reino um rumo differente, mas cada Reino perceberia os mesmos direitos de Alfandega dos generos que comprasse, e taõbem dos que vendesse, continuando o absurdo systemma ategóra usado, de pôr direitos á sahida dos generos: cada um teria por consequencia esta mesma porção do seu Rendimento Publico que tinha d'antes, e se a não tem já, he porque a confusão e miseria, em que os Facciosos puzeram e conservam os dois Reinos, impede o Commercio de buscar outras varedas.

5. A maior difficuldade que se pode prever n'esta triste hypothese, he a da Navegação. Admittindo que tanto Portugal como o Brazil viessem a achar novo Mercado, e novos consumidores em lugar dos que perdem, como haõ de navegar os seus generos sem alterar o sys-

temma, que ambos seguem, de relações Commerciaes com as outras Nações? A difficuldade para Portugal he conseguir esta mudança sem guerrear com Inglaterra: com as outras Nações basta querê-lo de veras. A difficuldade para o Brazil pode ser a mesma; e alem d'essa, pode ser a natureza da sua Povoação pouco propria para dar Marujos que não sejam Negros; a incerteza, se Tripulações Negras que vierem á Europa, voltarão ao Brasil, a teima dos Inglezes na abolição do commercio da escravatura; e a indolencia do clima, que não podera sacudir o jugo do costume, e vencer as repugnancias.

Pelo que fica dito se vê que não será pequena tarefa para cada um dos dous Reinos a de se conservar em ruptura, e conseguir que ella seja indifferente ao seu commercio, á sua navegação, e ao seu Rendimento Publico! Que argumento não he esta só consideração, para induzir todo o homem que n'isso poder influir, a aconselhar uma prompta reconciliação.

* A não immaginar uma total, e radical mudança da povoação, hypothese da qual o A. não sabe avaliar a probabilidade, somente a navegação e commercio com Portugal he que poderá habilitar o Brazil a recuperar com o tempo, Navios, Marinheiros, e Negociantes.

Quando o Autor fallou de rendimento publico, entendeu somente a porção derivada dos direitos de Alfandega, e de consummação, e não disse mais; porque discorrer agora qual terià sido o rendimento publico de Portugal, e do Brazil unidos, se pertencessem a uma Nação industrial, como os Hollandezes, ou Inglezes, he uma discussão muito ociosa. Os factos notorios apontados, nas Notas XIII pag. 91, e XX pag. 107 a 108, bastam para provar que nem Portugal, nem o Brazil perderão com a ruptura em rendimento publico, tal como o apuravam em 1820, pois o excesso de renda que produziu no Brazil a residencia da Corte, lá se consumia, e depois da paz o Erario de Portugal era sugeito á saques do Brazil.

E se os facciosos da Europa disserem que agora succederia diversamente com a mudança de principios de governo, tanto maior he a sua culpa de ter provocado a scissaão.

*Perda que
soffrerá cada
um em força
pecuniaria,
militar, e fe-
derativa.*

Durando esta, ou consolidando-se infelizmente, pode-se perguntar qual será a perda real que soffrerá cada um dos dous Reinos em força militar, ou federativa. A resposta não he facil. A povoação do Brezil foi sempre, e será por largos annos, taõ fora de toda a proporção com o territorio occupado, que não era d'esperar

que o Brazil podesse jamais dar algum socorro Militar a Portugal nos seus apertos: com tudo faz especie a sua apathia na ultima guerra. Alguns Individuos nascidos no Brazil empregados em Portugal, e outros que já serviam no exercito do Reino, continuaram n'elle com distincção; mas de esforço ou enthusiasmo pela causa de Portugal que mostrasse uma Provincia, uma cidade, ou ainda um individuo nascido e residente no Brazil, não consta. Mais fez por certo a cidade de Macáo na China a favor da Snr Rey D. João IV, do que todo o Brazil fez a favor da ultima restauração do Reino.

Portugal tem sido envolvido nas guerras do Brazil com os Francezes, Hollandezes, e Espanhoes. O Brasil tem sido envolvido nas guerras de Portugal com os Francezes, e Espanhoes, mas sempre por pouco tempo, e de salto. He difficil portanto decidir qual dos dois Reinos poupará mais sacrificios com a desunião. Excepto nas guerras de Pernambuco, o pezo maior cahiu sempre sobre os Portuguezes da Europa.

Nos tres pontos de vista geraes, que servem para estimar a importancia da uniaõ de dois Reinos, força Pecuniaria, Militar, e Federativa, não se esqueceu o Autor de uma subdivisaõ

importante da segunda, que he a Construcção Naval, e as muitas municações de boca e de guerra, que o Brazil forneceu, ou podia fornecer à Marinha Portugueza.

Aqui a perda parece toda inteira da parte de Portugal, mas ha taõbem que fazer a mesma reducção do que podia ser, ao que era. Aqui pode, pavonar-se a Massa dos Inertes, que em todos os tempos desprezou, que sempre se oppôs quando foi consultada, que destruiu sempre que poudes, todos os planos e obras dos Zelosos * Amantes da grandeza da sua Patria, e dizer com verdade, que a perda não será maior do que era o proveito! E que não diriam elles se soubessem que os Inglezes stipularam com grande empenho o artigo do tratado de 1810, que lhes dava o direito de cortar madeiras de construcção no Brazil, e que depois de muitos exames, e muitos calculos acharam que não lhes fazia conta! O Autor não pensa assim! O calculo da Monarchia Portugueza inteira era diverso: repousava sobre outras bases . . . mas não lhe foi dado de ser bem governada! Non erat in fatis! Diis aliter visum!!

O Autor poderia dizer muito sobre este assumpto, poderia excitar muito honrosas saudades; mas de que servem ellas agora! O facto somente apontado a pag. 108 Nota XX.

“ que os dous Erarios do Rio de Janeiro e de Lisboa, percebiam juntos um rendimento maior do que o dobro do que o Erario de toda, a Monarchia apurava em Lisboa antes de 1801;” combinado com a fortissima suspeita que metade * do rendimento Publico se entornava na arrecadação, e talvez na despeza, tanto em um emispherio como no outro: combinado taõbem com a certeza que na qualidade das imposições havia grandes reformas que fazer, e grande augmento de renda que esperar: este factio, assim ornado com as suas proprias franjas, basta para excitar a mais pungente dor no coração de todo o bom Portuguez que se não acha encolhido por prejuizos loçaes, Americanos, ou Europeos; já que no momento unico, no unico hazar que se offereceu ha mais de 200 annos, para que a Monarchia, mudando de principios, se fizesse de pobre rica; de tímida,

* Opinião dos melhores juizes, que são os mesmos Negociantes interessados nas fraudes das Alfandegas. A do Rio de Janeiro estimam elles que apurasse entre a metade, e o terço do que devia render. Para a de Lisboa veja-se a famosa carta do Duque de Wellington aos antigos governadores do Reino. A ilha da Madeira, que não segurava ao Erario do Rio de Janeiro 100 mil crusados de sobras, poude dar perto de 500 mil por anno. As dos Açores, que não tinham sobras algumas, poderam dar 100 mil crusados por anno. &c. &c. &c.

forte; de apoquentada, poderosa; ve-a dividida pela violencia Jacobinica em duas . . . ambas titubeantes, ambas incertas da sua futura existencia !

De Portugal he melhor não fallar; o seu embaraço he antigo, he notorio ! Elle precisa do Espirito Militar como do pão para a boca, e os Jacobinos inxertaram a insubordinação no Exercito, entre os bons da Europa, o mais famoso pela valentia, e pela obediencia firme do Soldado ! E o Brazil; que defeza tem ? A falta de braços para a cultura, deve ser a mesma para o recrutamento, e sempre se ouviu esta queixa cada vez que se puzeram as Milicias em movimento ! *Ninguém pode pensar em conquistar um Payz tão vasto !* e porque não, se conquistar os portos de mar ? *Não se manterá n'elles melhor do que os Hollandezes.* Ah ! o que está succedendo agora lança grandes duvidas sobre a historia da famosa guerra com os Hollandezes,* ou sobre a unidade de sentimentos nos habitantes actuaes do Brazil ! Faz

* A historia não occulta algumas explicações parciaes d'este facto notavel. ex. a habilidade do embaixador de Portugal na Haya, em impedir os soccorros de Hollanda, as divisões intestinas dos holandezes, e a armada Portuguesa que se juntou aos Pernambucanos.

pasmar, e causa espanto em toda a Europa, como hum punhado de tropas Portuguezes se pode sustentar ha tanto tempo n'uma cidade aberta como a Bahia, contra todo o poder apparente do Brazil! que succederia se este corpo fosse de 12 ou 15 mil soldados Europeos, bem pagos, e recrutados, e mantidos por um Governo que protegesse e não impedisse o Commercio. Que seria da independencia do Monarcha do Brazil? Esse perigo he imaginario! Não o he mais do que tem sido o de suppor que, no estado actual da Europa, se consentiria algum governo occupar militarmente o Reino de Portugal para seu proveito unico! e he com tudo a esse receio que os conselheiros d'Estado Portuguezes sacrificaram constantemente os interesses da sua Patria, e com essa segurança he que se julgaram dispensados de todos os trabalhos que exigia a restauração da verdadeira independencia! he por ventura independente o Paiz que não s'atreve a mudar as suas proprias leis, e tratados, quando sabe com evidencia que ellas são a causa da sua miseria? he independente o Estado que não se pode ressentir d'uma affronta; que não tem animo de usar de represalias politicas, ou mercantís? . . . O assumpto he muito ingrato para continuar com elle! A identidade de principios, e costumes

que passou de Portugal ao Brazil, faz agora as suas difficuldades quasi iguaes ! Era a exclusão d'Estrangeiros que dava a um e outro Pays a possibilidade de ter Negociantes, Navios e alguns artifices ! he a admissão d'Estrangeiros, com paridade aos Nacionaes, que privou um e outro Reino d'estas classes essenciaes á sociedade independente. Ambos tem que lutar com os mesmos obstaculos internos para resurgir d'esta baixeza ! a ambos falta a facilidade interna que lhe davia a União junta com a mudança de principios de governo. — He mais do que risivel o arbitrio que suggerem alguns Revolucionarios Europeos, que se querem dar por moderados, e se consolam do mal que fizeram com a asperança d'um bom tratado de commercio com o Brazil ! Custa de veras a ter o riso ! Oh vós outros que tendes passado por tantos tratados de commercio, e sempre ficastes logrados ; quem esperais de lograr agora, senão a vós mesmos ? Qual hade fazer aqui o papel de Ministerio Inglez ? quem o de Portugal !

Se infelizmente (e Deus tal não permitta !) se estabelecer entre o Brazil e o Reino um rancor tal como se observa entre a Inglaterra e os Estados Unidos, todo tratado de Commercio será, como o que estas duas Nações

fazem, um Aranzel de represalias Mercantís ! Se por ventura de ambos os Reinos os homens sensatos, os antigos Portuguezes, conservam ainda aquella ardente affeição ao Ideal da Monarchia Portugueza, que distinguia nossos Maiores em qualquer parte do mundo que se achassem, todo o tratado entre os dous Reinos deve reduzir-se ao Pacto de familia, que os Ministros de S. M. deviam ter proclamado do Brazil no meio ou fim do anno 1812, quando foi posta fora de toda a duvida a restauração de Portugal. Este pacto he bem simples, e não consta de mais de dous artigos : 1º que os negociantes, generos ou fazendas, e navios das duas nações sejam tratados como nacionaes em todos os portos de uma e de outra, na Europa, na America, na Africa, e na Asia, e Ilhas adjacentes. 2º. que o tratamento nacional nunca seja concedido a nação alguma estrangeira ; nunca seja em Direitos d'Alfandega menor de...p $\frac{1}{2}$ a beneficio dos nacionaes, seja maior em alguns generos, em outros prohibição absoluta.*

* O 2o. artigo exige na verdade algumas explicações, e modificações para maior conveniencia de cada Reino, e por isso foi proposto a S. M. que nomasse uma Commissão de Negociantes no Brazil, e outra em Portugal,

O Autor absteve-se scrupulosamente de toda a inquisição sobre o futuro; p. ex. se deve haver um Rei só, onde hade residir, qual será o Regente no outro? Se dous Reys,—qual hade fazer a guerra e a paz? Se deve haver dous Ministros na mesma Corte, ou um servir por ambos, &c. &c. &c.

Sobre todos esses pontos deve-se deixar ao Tempo* que faça o seu officio. Elle ajustará só por si o que parece tão difficil de prever á sagacidade humana.

O maior dezejo de cada um dos dous Reinos he a administração independente do outro! O seu maior interesse he o de se tratarem como Irmaãos! Para que dous Irmaãos sejam bons amigos, e se agazalhem entre si com mais carinho do que aos estranhos, não he absolutamente necessario que vivam debaixo do mesmo tecto.

Vistas de um lado, apresentam as diffi-

cada uma lhe expuzesse os favores commerciaes que desejava no outro Reino, que S. M. resolvesse as duvidas, e publicasse o systemma de relações commerciaes dos dous Reinos.

* Hum Ministro celebre de Russia dizia, que o methodo infallivel de arranjar um negocio muito intrincado, era deixá-lo soçegado 15 dias debaixo da Meza, que no fim d'esse tempo se acharia ajustado por si mesmo.

culdades, com que a Monarchia tem que lutar, um aspecto differente. Umas admittem e requerem solução prompta, em bem, ou em mal. A reconciliação com o Brazil; a subordinação que restituir ao exercito; um Fundo extraordinario para supprir (dous, ou tres annos) ao deficit do Erariõ, &c. pertencem a esta classe. Outras para ser vencidas exigem o andamento do tempo, lento e progressivo: n'esta segunda classe podem considerar-se:

A abolição do Erradissimo Systemma das Relações commerciaes com as nações estrangeiras.

A explicação ou revogação dos Tratados de Commercio.

A reforma da Ordem Judiciaria e a consequente

Restituição do antigo systemma de Administração Municipal.

A diminuição de todos os obstaculos que se oppoem ao augmento da Agricultura, e por consequencia da Povoação.

A reducção do numero de Conventos, e de Frades e Freiras, necessaria para servir de hypotheca a um Emprestimo, &c. &c.

Com esta differença não pertende o Autor inculcar a persuasão, que as difficuldades da segunda classe devam considerar-se de menor im-

*Exercito e
Erario.*

portancia: pelo contrario algumas estão ligadas com as primeiras, e para a prosperidade da Nação todas são de igual gravidade; todas devem ser superadas, ou a Monarchia nunca resurgirá do abatimento em que se acha. “ Lançando a “ vista sobre o Balanço do Erario Portuguez em “ 1812, pasma a disproporção da despeza do “ exercito com todas as outras!!” Assim se exprime Ad. Balbi.* tom. 1, p. 319. Assim pensa o Estrangeiro, porque não sente como Portuguez, e não faz o seu primeiro interesse da independencia de Portugal! Taõbem sobre este particular devem os Financeiros (se he licita a adopção do termo estranho) intender-se ou explicar-se com a sua Nação! Se ella pode olhar com indifferença para qualquer hazar que produza a sua uniaõ com a Espanha, os seus calculos em todo o sentido devem ser muito diversos dos que deve fazer o Portuguez que está disposto a offerecer a esta separação grandes sacrificios. Esta era a verdadeira alma dos antigos Portuguezes, e a facção Espanhola não achou a disposição geral que esperava em 1821. Se ella o he ainda, se o ha de ser, entaõ a enorme despeza do exercito (com tanto que

* Adv. Babli - Essay Statistique sur le Portugal - Paris, 1822, 2 vol. 8vo.

seja um bom exercito Europeo, como he agora, e não um Espanhol) essa despesa digo figurará no seu espirito como o enorme item dos juros da Divida Nacional deve figurar aos olhos de um Inglez, fora de toda a proporção com as outras despesas; mas he, foi, e será o fundamento da sua grandeza, admittindo que esta despesa se não possa reduzir a menos de onze milhoões de cruzados, e estimando o rendimento do Reino somente a 24 milhoões (de cruzados) como foi em 1813.* Se he um facto que os Revolucionarios não apuraram mais de 14 milhoões ultimamente, resulta um deficit annual de 10 milhoões, em quanto o Commercio não tornar ao seu leito ordinario. Dando que esta agitação venha a cessar em 2 ou 3 annos, a prudencia obriga a calcular para esse espaço de tempo com um deficit de 20 a 30 milhoões, ou com um fundo extraordinario donde essa despesa possa sahir. Que hypotheca pode no estado actual, e dentro do Reino achar-se, que não seja a dos bens da Coroa, e das ordens Religiosas?

* O Autor não apontou o anno 1820, porque o commercio soffria então grandes tribulações da parte dos corsarios de Artigas, que nem o Governo geral do Brazil, nem o de Portugal sabiam reprimir. Quanto ao argumento de 24 mil. de cruzados, veja se a Nota xiii. p. 23.

O valor dos primeiros não consta ao Autor. N'elle se devem incluir as terras incultas susceptíveis de ser vendidas. Ad. Balbi dá o valor do rendimento annual e geral das ordens Religiosas, como foi apresentado ás Cortes, igual a $2\frac{1}{2}$ milhões; e com as parcellas de generos não avaliados em dinheiro, talvez a 3 milhões de cruzados. Não seria pois um esforço impossivel concertar-se com as ordens Religiosas, e pôr em venda um milhaõ de renda, ou terras e rendimentos pelo valor capital de vinte milhoẽs a 5 p 0. Quanto se pode esperar dos Bens da Coroa, não consta ao Autor.

Mas que confiança teria o Publico, teriam as ordens Religiosas n'este contracto, se elle houvesse de ser feito com a Monarchia Arbitraria, ou com as Cortes de uma só Camera, e igualmente despoticas! Já se vê que este contracto he inteiramente diverso da extinção das ordens Religiosas, antes requer a sua conservação, e co-operação. Quem pode duvidar que elle falharia, e até excitaria desgostos, com pretexto, bem que de religião, falso, se fosse empreendido por um Ministerio Despotico! quem pode duvidar que elle se converteria em uma total dilapidação d'esses bens, como tem acontecido em toda a parte onde o Governo se tem appropriado com violencia os bens da igreja, ou dos

conventos, começando por Henrique VIII. em Inglaterra, continuando com o Imperador Joseph II., e acabando com a Assembleia Nacional de França.

Proxima a estas, mas com algum intervallo *Reforma da
Ordem Judi-
ciaria.* de tempo, he a necessidade de reformar a Ordem Judiciaria, da qual he tão facil apontar os vicios notorios, e tão difficil ensinar o remedio! no qual pensaram tão pouco aquelles que pareciam os juizes mais competentes, os Bachareis Deputados ás Cortes, que até a novidade que prometteram, ficou dependente dos Codigos que se haõ de compôr—Esta novidade foi, por via de regra, a introdução do methodo Inglez dos jurados, e o Juiz-de-fora transformado em Juiz Relator á Ingleza, e Interprete de Lei.

A experiencia destes trinta annos, começada em França, e repertida por toda a parte pelos seus discipulos, tem deixado uma grande desconfiança, não só de todas as Theoricas Abstractas, mas até de toda a introdução de methodos practicos usados com ventagem n'outros payzes, quando ella se faz por transplantação pura do arbusto, e não como enxertia n'algum ramo de arvore já existente! Como esta innovação ficou em projecto, não he necessario perder o tempo com ella: bastará notar a constancia da Seita na sua regra fundamental,

de *nunca fazer caso da experiencia*; e o processo por jurados, que floresce e fructifica tanto em Inglaterra, não pegou em França: desacreditou-se com o auxilio que prestou ao Tribunal Revolucionario de Robespierre; e o que d'elle resta em França, agora com o mesmo nome, não he exactamente o processo Inglez.

Sem esperar pelos codigos futuros, havia e ha na ordem e poder Judiciario Portuguez reformas tão urgentes, e tão varias, que somente um Desembargador* honrado e tão instruido

* D. Luiz da Cunha teria sido esse honrado Desembargador, munido de todas as qualidades necessarias, se tivesse, como elle diz, corrido os Bancos para o ser: mas, como serviu só nas Relações do Porto e de Lisboa, fizeram no seu espirito mais impressão os defeitos d'estes Tribunaes, do que os da Administração Municipal concentrada na pessoa dos juizes de fóra. Não faltam no Testamento Político arbitrios tão excellentes para a administração interna do Reino, como para a reforma dos processos crime, civil, e de políçia; mas longe de atinar com a verdadeira causa da apathia dos Povos, quando D. L. da Cunha se lembra do que succedeu com a plantação de Amoreiras no tempo do Elrey D. Pedro o IIº confessa que mudou de opiniaõ, e *pensa que os povos são tão rusticos, e perguiçosos, que he necessario forcá-los a procurar o seu mesmo proveito.* Vid. Inv. Portug. vol. 4, pag. 262, e 445.

N. B. O facto da Amoreira de Braga, relatado por

do que se pratica em Portugal, como dos Methodos Estrangeiros, seria capaz de dar um plano que contentasse a todos excepto aos Revolucionarios, porque não deveria ter por base a destruição de todos os nomes, usos, e costumes antigos; pelo contrario conservaria quanto fosse possivel, esses nomes, usos, e costumes, porém emendados ou rectificados:— Da exposição que dá Adr. Balbi dos trabalhos das Cortes n'este ramo, não se collige com clareza se o Congresso tirou aos Juizes de fora a arrecadação das Decimas, monstruosa accumulção de poderes, e tentação, que lhes foi dada pelo Marques de Pombal.

§. 2. Não consta que alguém pensasse na restituição do systemma Municipal antigo, e por consequencia na suppressão geral dos juizes de forá. A occasião em que tanto se innovava era ao menos propria para se pensar n'outro meio, menos prejudicial, de estabelecer a correspondencia do governo com as Cameras livremente eleitas, e com os seus juizes ordinarios;

Bluteau no seu Vocabulario; foi inserido no Investigador, e merece de ser relido.

Talvez D. Ribeiro do Macedo, e J. da Cunha Brochado estaraõ no mesmo predicamento que D. Luiz da Cunha, mas o A. não tem á mão os seus escritos para os consultar.

e de remediar á pretendida ignorancia destes Juizes, sem por isso destruir o espirito das Camaras, impondo lhe por juiz de fora um regulo mal pago, e no fervor das paixões.

§. 3. Ao Autor parece que, no caso de serem indispensaveis juizes estranhos, a ordem devia ser inversa da que se segue. Os homens já provados nos tribunaes eraõ mais proprios para exercitar o immenso poder de juiz de fora, e os Bachareis que sahem fogosos da Universidade melhor era que fizessem o seu Noviciado nas Relações.

§. 4. Se os Bachareis Deputados ás Cortes, taõ dezejosos de innovar, conhecessem alguns usos estrangeiros, sem se esquecer dos proprios, teriam talvez refletido que as *Assizes Inglegas* na sua primeira origem, como foram instituidas por Guilherme o Conquistador, eram exactamente as Alçadas pouco depois introduzidas em Portugal: o mesmo processo por jurados nasceu de instituições antigas que se parecem com o juizo dos homens bons do Concelho em Portugal. Chegada a epocha de innovar, como não se lembraram de tal? Quem desaprovava que elles resuscitassem esses usos antigos, e os melhorassem! Ligado com esta consideração parece ao Autor o cruel methodo de dar poderes amplissimos judiciais a um só juiz

sem conselho, ou assessores, não só nos casos de diligencias extraordinarias, mas em officios permanentes, como os de juizes dos Orfaões, Provedores dos Defuntos e Auzentes, &c. &c. &c. Quem ignora os tremendos abusos que se praticam n'este genero, ainda que não tenha refletido na causa? O unico exemplo que se lê na historia, de regulamento do governo Portuguez com este perigo em mira, i. e. com o receio da omnipotencia de um individuo, foi a creação das juntas de fazenda pelo M. de Pombal.

§. 5. A desordem da Administração na India procedia quasi toda da Jurisdicção Unica, e por consequencia Arbitraria, do Empregado, Vice Rey, ou Governador, Despota como tal—Ouvidor Geral da Fazenda, ditto. Ouvidor Geral da India para a administração da Justiça, ditto, &c. O Autor como grande apaixonado que he do estylo e singeleza de Fernão Mendes Pinto, toma a liberdade de recommendar a leitura dos seus Capitulos CCIX. pagina 292, e CCXXI. pag. 294, (ediç. de 1614) onde vem expostos os tremendos resultados deste fatal methodo, de dar Poderes Judiciaes Amplissimos a um só Individuo. Elles produziram, o 1º a desolação, e quasi o desemparo, da cidade de Malaca, o 2º. a inteira destruição da cidade de Liampoo na

China. Se não os mesmos, houve factos um pouco analogos dentro do Reino. A alçada que foi ao Douro, p. ex.

§. 6. Que o espirito de corpo fizesse os Bachareis Deputados insensíveis a males em que elles eram quasi sempre agentes, raras vezes pacientes; entende-se,—mas que se não lembrassem dos trabalhos e das humilhações por que passaram nas Audiencias dos Secretarios d'Estado, não só para alcançar o primeiro emprego, como a todos succedia, mas para não ficar de fóra cada vez que sahiam de um lugar e requeriam de ser promovidos a outro; que em seu favor, ou de seus successores, não pensassem n'alguma especie de rotaçãõ, n'alguma regularidade de promoções que os dispensasse para o futuro d'aquelles trabalhos, daquellas humilhações, e evitasse à nação o escandalo de ver prostituido d'antemão o character d'aquelles que hão de vir a ser seus Juizes, não se pode perceber! e com tudo assim parece que succedeu! Mas o que excede toda a credibilidade he o que refere o mesmo Ad. Balbi; que longe de sentir o inconveniente grave do já tão grande numero de Juizes, de diversos nomes e grãos, todos tão mal pagos, tem os nossos Deputados em contemplação de augmentar o numero das Relações, creando mais seis no Reino,

e uma em cada Província do Brazil! Quem professar os principios do Autor, sobre o perigo que uma Classe predomine de mais no Estado, deve estremecer quando ouvir fallar d'este novo accrescimo ao mal que a Nação já soffre !

§. 7. Aos defeitos Pessoaes, seguem se os da Legislação, e os do Processo; não se pode duvidar que os defeitos da Legislação por melhores codigos somente podem ser emendados. Mas taõbem n'esta parte, assim como no Processo, parece que se podia anticipar á nação o beneficio d'alguma reforma partial, e não seria indifferente a de ter logo ordenado—a publicidade do processo,—a regular impressão dos Documentos,—e a assistencia de alguns Assessores aos juizes de primeira instancia, em quanto se conservasse a forma actual de processar antes que o feito venha ás Relações. O Autor não tem a temeridade de offerecer em poucas palavras o plano geral da Reforma que seria necessaria. Elle já disse quanto a julgava difficil, e as qualidades que devia ter quem o propuzesse. Elle não as possui, nem a saude necessaria para se ocupar mais largamente d'este assumpto. Se elle a tivesse, comporia um *Romance Economico*. Romance Juridico, Economico, e Politico das vantagens de todo genero que a Nação receberia da abolição do regime actual dos

Juizes de fóra, e da restituição do antigo systema municipal; romance que elle levaria até o ponto de immaginar, que se poderia com tempo e habilidade, deduzir dos usos antigos alguma nova ordem de cousas que se parecesse com o que os Inglezes chamam (nas Comarcas ou Condados) Grandes Jurados, Sessoons dos Juizes de Paz (ou Quarter Sessions), e Assizes ou Alçadas.

Mas em quanto este Romance ou algum outro não restituir ás provincias, cidades, e villas do Reino o espirito publico de nossos maiores; em quanto a Justiça da primeira instancia não for gratuita, e o numero dos Bachareis mal pagos muito menor; em quanto os Vereadores não forem os homens principaes da terra, e estes por comarca ou provincia se não juntarem para consultar no o edificio d'ella, não tem o Autor duvida de dizer que nunca o Reino ha de prosperar.

O motivo que obriga a terminar abruptamente a discussão que precede, sobre a reforma na administração da justiça, tão necessaria para livrar a Nação d'um flagello vergonhoso, e da má fama que lhe dá entre os estrangeiros, induz taõbem o Autor a prescindir do muito que dezejava dizer sobre as mais difficuldades da segunda classe, e da primeira importancia.

Todas as questões de Governo se tocam; po-

rem algumas estão mais intimamente ligadas entre si do que outras...por exemplo; a reforma da ordem judiciaria chama pela restituição do antigo systemma municipal, e esta facilita muito a primeira, porque diminue muito o numero dos juizes que se devem assalariar.*

*Mais intima
connexão de
alguns as-
sumptos do
governo.*

A explicação ou revogação dos tratados de commercio, clama pela abolição do errado systemma das relações commerciaes com as outras nações. A primeira reforma sem a segunda pouco serviria, e para se desenganar basta

* Faz rir a simplicidade com que os Authores exaltam o methodo Inglez, de administrar a justiça a um reino tão populoso, so com 12 juizes!!! Os Inglezes tem muitos juizes, a differença he que o maior numero são gratuitos. Mas contando todos os que servem de jurados em Londres, e nas Alçadas ou Assizes de provincias, os juizes de Paz, e os grandes jurados dos condados, não chegará talvez ao exercito de 8 mil juizes, de que se queixam os Francezes modernos, mas he mui grande o numero dos empregados na administração da Justiça em Inglaterra. A maior differença entre as antigas ideas dos Portuguezes, e as dos Inglezes parece que era, a de inclinarem os primeiros para a forma e poder republicano das Camaras, porque tinham grande paixão, e que insulavam um pouco o Reino—pelo contrario os Inglezes transferiam a policia, e até a justiça das Camaras para as reuniões em Condados. Este parece o espirito das Sessões dos juizes de Paz cada tres mezes (Quarter Sessions) e a formação do Grande Jurado nos Condados.

suppor que não existia o tratado de commercio de 1810, mas que existia a Carta Regia datada de Bahia em 1808, e achar qual seria a differença* do estado actual.

*Zelo officioso,
que he um
verdadeira
embuste feito
a Nação.*

N'este ponto de vista não he uma questão de partido, um zelo officioso excessivo dos apaixonados de um ministro, e inimigos do outro; he um verdadeiro embuste feito á sua Nação, o de espalhar, até entre os escritores estrangeiros, para que estes a imprimam e se leia em Portugal, a opiniaõ que os males de que a Nação padece tem a sua origem no tratado de 1810. Ad. Balbi quando asseverou esta these foi influido pelos mesmos apaixonados de A. de Araujo, que fizeram imprimir a Mr. Malthe

* Se uma Nação se reduz por suas proprias leis, a não poder ter Negociantes, navios e marinhaes, não he de crer que sinta o stimulo necessario para proteger com maiores ou menores direitos d'entrada esta ou aquella manufactura. A Industria nacional ou do Governo he geralmente universal. Com tudo houve uma interpretação do ultimo tratado de commercio, que so o máo espirito dos empregados publicos pode fazer crível. Como he possivel que s'admitisse vestido, e calçado já feito? Não podiam os governadores do Reino dizer com verdade, que tal extensaõ nunca fôra dada ás palavras de um tratado? mas o objeto era fazer a obra do seu inimigo parecer inda peor, e fazer a côrte aos Inglezes.

Brun* aquella risivel expressão, *malgré les grandes idées de Mr. le Comte da Barca*. As opiniões do Autor n'este assumpto são bem conhecidas, e tem sido muitas vezes enunciadas†, mas elle sente não as poder desenvolver mais, pois não recearia a accusação de se repetir.—Se tem fundamento a semelhança que alguns acham, entre o character dos Portuguezes e o dos Francezes, para estes ultimos disse um dos seus maiores escritores, que não havia mal nenhum em se repetir; que assim se

* Quaes foram estas grandes ideas, que deviam segundo Mr. Malte Brun, ou á maneira do Czar Pedro, *regularisar, o despotismo, ou fundar a liberdade, como fez Washington*. Malthe Brun, Geogr. Univ. vol. v. pag. 707.

O projeto absurdo de uma tolerancia universal no Brazil, donde a Inquisição estava desterrada para sempre? onde ninguem se occupa muito de religião; onde El Rey tinha feito muitas concessões de terras a Protestantes sem que alguém fizesse a minima objecção? Qual era o fim d'esta imprudente ley? despertar os Beatos, como fez, e o Nuncio que dormia? ou introduzir novos elementos de discordia no Brazil? ou deitar poeira nos olhos dos gazeteiros da Europa?

Sabia muito bem A. de Araujo a inexhaurivel fonte e pura de colonos que promettia ao Brasil a calada emigracão gratuita dos Irlandezes catholicos! Esta não quiz elle porque era aprovada pelo seu inimigo, mas substituiram-se-lhe as vergonhosas de Suissia e de Napoles, cujo proveito he bem sabido.

† Vejam-se as observações sobre a nossa Economia Politica, inseridas no Investigador Portuguez.

fazia preciso para que as ideas fixassem a attenção dos Francezes; que a intelligencia era nelles de sobejo. Ora já fica dito, que tão pouco se fixaram as ideas dos Portuguezes, que tem podido influir no seu Governo, sobre este objeto das relações commerciaes, que o primeiro passo de politica interna e externa que deu A. de Araujo, reintrado no ministerio em 1814, foi o de estender e ampliar o erro capital da Carta Regia datada da Bahia.

A mesma connexão existe entre os objetos seguintes. Força do exercito; destruição dos obstaculos que se oppoem ao augmento da agricultura, e da povoação; Erario; Emprestimo; sua Hypotheca; &c. &c. &c. A importancia relativa de cada uma d'estas considerações depende taõbem das circumstancias.

A posição de Portugal, querendo ser independente da Espanha, sempre exigia, mas nem sempre causou, que houvesse um exercito Portuguez como o actual. Acresce agora a impossibilidade moral, em que a Espanha se constituiu, de ter um exercito Europeo, a qual ninguem sabe quanto tempo ha de durar: mas em quanto a vaidade Espanhola assim obrar, se diminue para Portugal o perigo da invasão, taõbem he nulla a vantagem da cooperação, impossivel a defeza da Peninsula nos

Pyreneos, e fica Portugal em contacto com a França.—Esta e a Gran Bretanha devem calcular com o exercito Portuguez. Renunciar a este elemento novo nos calculos da politica Europea; tocar com impias mãos no exercito Portuguez; pretender melhorar a sua organização, e de facto alterar os methodos porque elle se fez illustre entre as Nações da Europa; acanhar o espirito na mesma proporção em que o está o erario por falta de rendimento publico; não ter animo de encarar as difficuldades, e vencê-las; resuscitar as torpes ideas dos reinados do Senhor Rey D. Pedro o II. e do Senhor D. João V.: calcular com a despeza de um exercito sufficiente para entrar em guerra de cincoenta em cincoenta annos, hypothese que a historia somente uma vez, e mal, authoriza, e a arte da guerra constantemente rejeita como derisoria; serão concepções, e actos de grande responsabilidade para o ministro que os formar, e realizar. São actos em que he peccado igual condescender, ou participar.

Não terminaria o Autor este discurso com a *Conclusão, e resposta a duas Classes numerosas de Politicos Modernos.* consciencia segura de ter dito o que entende que será mais util á Nação Portugueza, se omitisse de fallar de duas Classes, cujas opiniões entre si diversas, coincidem talvez em desapprovar a convocação das antigas Cortes.

Compoem se a primeira, mais particularmente, de Pessoas que intraram no uso da razao ja quando as doutrinas Francezas haviam penetrado por toda a parte onde a sua lingua he lida; que em tenra idade leram muitos dos escritos que a revolucao Franceza produziu; e se formaram do estado precedente da Europa uma idea muito exagerada por esses escritos. Estas Pessoas aborreceram de certo as atrocidades dos Jacobinos, e ate desaprovaram o fanatismo de suas doutrinas; porem conservaram o principio fundamental d'ellas, que he a necessidade e a possibilidade de uma reforma geral de todos os Governos, *vistos os progressos que tem feito o Espirito Humano*. Esta primeira impressao trabalha sempre no seu espirito, sem que elles o percebam, e os faz inacessiveis aos receios que nutrem aquelles que em idade ja mais madura viram comecar a Revolucao Franceza, e se desgostaram com os effeitos da desorganisação geral.

He da classe de Pessoas acima descrita que se pode esperar o raciocinio seguinte.—“ As
“ Cortes Antigas eram chamadas segundo os
“ principios com que nasceram em seculos de
“ ignorancia, e de pouca civilizaçao. Se Ellas
“ tivessem continuado sem interrupçao ategora,
“ he de crer que se teriam modificado segundo

“ as mudanças que tem havido no Mundo.
 “ Mas ellas cessaram ha 125 annos. Os Por-
 “ tuguezes já não as conhecem senão de nome.
 “ As Cortes Antigas são para elles tão nova^s
 “ como quaesquer outras que se propuzessem
 “ de novo! Porque razão se hade ir desenterrar
 “ essa antigualha rançosa, e não aproveitar-se
 “ das doutrinas dos melhores Publicistas Mo-
 “ dernos, *ou das luzes do seculo*, para fazer uma
 “ obra mais perfeita?” Sem negar a força ^{Conclusão}
 d'estas razões a resposta do Autor he mui sim- ^{com a resposta}
 ples. O chamamento das Cortes segundo os ^{a duas classes}
 estylos antigos não tolhe aos tres Estados juntos, ^{numerosas de}
 e presididos por El Rei, o direito de fazer as in- ^{Políticos Mo-}
 novações que julgarem necessarias: antes assim ^{der nos.}
 convocados os tres Estados do Reino, apresentam
 aos olhos do Povo aquella Suprema Autoridade
 diante da qual, na opiniaõ de seus Maiores,
 toda outra cedia dentro do Reino. Esta só
 opiniaõ fará milagres, se os tres Estados forem
 d'um accordo nos dous principios que o Autor
 julga fundamentaes agora, e em quaesquer ou-
 tros principios que se julgarem de igual impor-
 tancia. Mas quem aconselhar que se chamem
 Cortes seguindo qualquer outro plano, por ex-
 emplo em duas Cameras, *innova*, e innovando
 não differe do principio Jacobinico senão em
 mais, ou em menos! De facto, larga a preza que

tinha sobre os seus adversarios: toda a discussão que tiver com elles será questão de limites: a saber, quem innova mais, quem melhor!

Naõ he tão facil enumerar os principios que influem outra opiniaõ de que vou tratar, porque são mui differentes.

Nos Principes, que por educação, e nos Ministros d'Estado, que por continuo exercicio do Poder Absoluto, se tem identificado com elle, naõ he d'estranyhar a aversaõ que tem a qualquer forma de Governo que o limite. Condescenderaõ facilmente a *abrenunciar* toda a *tenção* de o exercitar despoticamente, mas naõ quereraõ que se lhe diga, muito menos que se lhe ponha por preceito. Assim se exprimia o ultimo Rei Victorio de Sardanha, que abdicou!

Mas ha pessoas muito estimaveis, ás quaes nunca tocou senaõ, alguma vez, algum retalho d'esse Poder Absoluto, que admiram a facilidade com que elle pode beneficiar os homens, sem os expor, naõ só aos horrores do Jacobinismo, mas nem mesmo á licença popular, e á confusaõ perigosa que d'ella resulta, ás vezes, nos Payzes que se chamam livres. Estas mesmas Pessoas estaõ persuadidas que só a posição Insular faz praticavel o Governo Inglez, e que a sua injudiciosa applicação aos Estados do

Continente tem sido a causa de todos os seus infortúnios. Pensam que para o Continente a unica forma de governo racional he a Monarchia Absoluta, com um bom Exercito Permanente. Para evitar o perigo que a Monarchia de Absoluta passe a Arbitraria, ou que afrouxe com a Successão de Princepes, recorrem a diversas hypotheses; mas julgam que o maior perigo do seculo em que vivemos não he o poder arbitrario da Monarchia, mas o muito mais arbitrario e violento que resultará do Revolucionamento Universal, tratado e organizado pelas Sociedades Secretas, que existem em todos os Reinos da Europa, ligadas entre si, bem que de diversos nomes, como Radicaes, Carbonari, Irmaões d'Alemanha, Ultra Liberaes, Descamisados, Maçoës, &c. &c. Contra este veneno julgam que o unico antidoto he a força militar dos Monarcas Absolutos, e o terror que ella incutirá aos Revolucionarios. Estas Pessoas dezejariam no fundo do seu coração que se restabelecesse a Monarchia Absoluta em Espanha e Portugal, antes do que chamarem-se Cortes antigas, ou modernas!

Em tão grande conflicto de opinioes, prejuizos, e receios oppostos, o unico modo de vir a uma conclusão pratica, admissivel por

todos, he o de bem definir a questão, ou bem enunciar o Problema como dizem os geometras.

A questão presente não hé a abstracta, e ha mais de dous mil annos debatida—qual he a melhor forma de governo—pois ninguem quereria outra forma senão a Monarchica, em Espanha, e em Portugal: não he taõ pouco a escolha de Monarca, pois ninguem quereria que por modo algum se violasse o principio da Legitimidade, interrompendo, ou mudando a Dynastia. Logo a questão presente he—Dado o Rey Actual, achar a forma de governo Monarchico mais propria para satisfazer juntamente o Rey, e a Nação. Quem aconselhar a Monarchia Pura ou Absoluta, no estado presente de Portugal e d'Espanha, deve ensinar taõbem os meios que ella ha de empregar para se conservar, pois ella estava de posse da Autoridade suprema, e perdeu-a sem força ou invasão estrangeira; e a prudencia ensina a reccar que, reintegrada exactamente como era, a torne a perder. Estes meios podem ser internos, ou externos, temporarios ou permanentes; mas devem ser dependentes da livre vontade do soberano, e amoviveis a seu arbitrio, sem o que a Monarchia não he Pura ou Absoluta. Excepto os meios de governar com muita Intelligencia e Justiça, todos os outros

meios internos foram tentados em Espanha. Inquisição Política e Religiosa; o auxilio que podiam dar o Clero Secular e Regular; Actos de vigor despotico; prizoões d'Estado; incarcerationes; Desterros, Deportações, Execuções Publicas, &c. todos estes meios internos de Conservação falharam, porque a força militar, que os deve apoiar, se rebellou contra o Soberano.

Em Portugal pouco uso se fez d'estes meios, porém a malversação, e dilapidação das Rendas Publicas, deixando o exercito sem paga, facilitaram aos Jacobinos a sua seducção e rebelliaõ.

Os meios externos de conservação da Autoridade Real podem ser Negociações, Tratados, Garantias, promessas de soccorro estrangeiro, ou clara Intervenção Militar, como agora se está vendo, feita pelos Francezes em Espanha: como se viu pelos Austriacos em Napoles, e Piemonte, e como já antigamente se viu em Genebra, pelos exercitos combinados da França, do Piemonte, e do Cantão de Berne, etc. etc. etc. O Primeiro meio externo, o das negociações, foi in limine* rejeitado pelos revolucionarios de

* O Ministerio Francez, então composto de Liberaes, desejou que os Carbonarios de Napoles pedssem a sua mediação; te-la-hia aceitado, e proposto o meio termo das duas cameras. Os Napolitanos responderam que

Napoles, e de Madrid, com igual arrogancia e incapacidade, pois em nenhum dos dois Reinos se previu o perigo, nem se proveu aos meios de resistir á invasaõ.

Resumindo o que fica dito, e fazendo abstracção total da moralidade dos meios indicados, parece, que a Monarchia Absoluta naõ se poderá conservar longo tempo em Espanha e Portugal, ainda que seja reintegrada agora tal como era, com os meios internos somente; salvo se os dois Monarcas mudarem de character, ou poderem outra vez fazer conta com a cega subordinação do Exercito Nacional: hypotheses de cuja possibilidade cada leitor julgará.

Com meios externos, ou com o auxilio de um exercito estrangeiro, ninguem pode dizer o que naõ se podera fazer. Basta calcular a força do exercito que será necessaria, a despesa que elle hade custar annualmente, incluindo as prepotencias dos Generaes, Officiaes, e Commissarios, e os interesses Nacionaes que se deveraõ sacrificar durante a occupação, por fim o tempo

naõ receavam o perigo, e detestavam o remedio. A França desejou agora negociar com os Espanhoes. O Ministerio Inglez em ambos os casos se mostrou nulla, em quanto os Individuos Inglezes ostentaram de apaixonados pela causa Revoluçionaria.

de residencia preciso para leccionar a Nação!! Os apaixonados d'este expediente dirão que o damno he temporario, o beneficio duravel, e citarão a França, que passou por esta triste prova, e resurge agora triumphante; mas não reflectem, que o seu caso era mui diverso, que alli não se tratava de differença de Governo, mas de Dynastia; e que a vastidão da França, exigindo para ser occupada, com alguma especie de segurança, um exercito numeroso, e composto das quatro Nações independentes e mais poderosas da Europa. evitou a França o prejuizo que lhe teria causado a influencia de uma só Nação e de um só exercito. O Autor deixa em silencio esta discussão parcial, porque ardentemente espera que tal nunca venha a ser a sorte de Portugal, que assas tem soffrido, em todos os seus interesses, da influencia estrangeira voluntaria, ou forçada! Reservando pois á Espanha o recurso peor de todos, que os seus Jacobinos lhe grangearam, e confiando na Alma generosa de Luiz XVIII (até pelos seus proprios infortunios esclarecida), que não fará sentir a todo o povo Espanhol o pezo da intervenção estranha, que só deve cahir sobre os que a provocaram; provada para Portugal a insufficiencia dos meios internos já tentados, e por

tentar, para conservar a Monarchia Absoluta como era, não resta aos Portuguezes outro recurso senão o de modificar a Monarchia d'um modo mais decoroso, mais justo, e mais judicioso do que os nossos Jacobinos o fizeram; e outro modo não se conhece, querendo fugir das Theoricas Abstractas, senão o que já foi provado e mantido pelos nossos Melhores Reis, e pelos Maiores Homens que se sentaram no Throno Portuguez; i. e. a *forma antiga* de Governo *accommodada* ás luzes do seculo, á experiencia, e ás mudanças que tem havido na Europa.

O Autor não se dissimulou, nem incobriu ao Leitor as grandes difficuldades que ha para vencer com esta mesma Convocação de Cortes segundo os estylos antigos. As maiores devem a sua existencia unicamente á seducção dos Chefes Militares. Se a insurreição Militar houvesse parado assim que os antigos Governadores consentiram na chamamento de Cortes; se a Junta Insurreccional do Porto, somente escortada, se tivesse, como ao depois fez, e com quaesquer addições, ou subtracções de Individuos, transformado em Governadores do Reino, para segurar á Nação o ajuntamento das Cortes, não teria a insubordinação do Exercito passado ao

Ultramar, nem o Brazil estaria agora em guerra com Portugal. El Rey lá, como na Europa, se veria obrigado a fazer alguma convocação.

Que o methodo differisse do antigo Portu-guez, não era d'admirar, pois assim devia ser ; vista a grande differença dos dois Reinos em povoação, e natureza de propriedades. Quasi todas as questões em que o Autor evitou scrupulosamente de tocar, porque pertencem agora a um futuro impenetravel, teriam sido então tratadas e ajustadas entre as Cortes de Portugal, e as que Elrey tivesse convocado no Brazil—e faltando de ambas as partes a possibilidade de empregar os meios de força, era de esperar que os da razão, e do interesse commum tivessem prevalecido. De todos estes bens nos privou, a todos estes perigos nos sugitou a co-operação dos Chefes Militares com a seita Jacobinica, alem dos limites a que o ressentimento do exercito, e a imprevidencia ou má direcção dos governadores do Reino, talvez permittiam que se tocassem, mas não que se passassem. O Autor não nega que os bens que se podem esperar d'esta Convocação de Cortes, segundo os estylos antigos, não podem, nem devem ser tão rapidos como os que

os Jacobinos promettem com tanta vaidade, e o Povo acredita em toda a Europa com tão lastimavel credulidade. As Cortes devem pelo contrario proceder com circumspecção, devem influir na escolha dos Ministros que El Rei nomear, para que ella recaia sobre homens capazes de formar e seguir um plano, mas devem se deixar dirigir por elles, em quanto elles merecerem a confiança publica. Não devem vagar ao arbitrio de oradores facciosos por todos os assumptos de governo, discutindo, e resolvendo com a mesma indifferença, qual será o resultado sobre os Individuos, como se a Nação fosse um cadaver que os Chirurgiões retalham á guisa da sua curiosidade!

Melhor será que ellas diffiram os seus trabalhos de um anno para o outro, doque persistirem juntas por largos mezes, ou chamar-se umas ás outras, e conservarem a Nação, com a violencia dos oradores, em um orgasmo a que não so não estava acostumada, mas para o qual passou do estado mais completo de apathia, e somnolencia politica.

Com toda a anxiedade que se pode sentir, na incerteza do bem que farão as Cortes Antigas, nenhum inconveniente, nenhum perigo parece igual ao de voltar agora de repente para

a Monarchia Arbitraria como era d'antes!!—
Que systemma (ainda que fosse inventado, e
naõ filho das circumstancias) podia presumir-se
mais adequado para a fazer durar, com o
Monarcha na America determinado a naõ
voltar a Portugal, e a naõ mandar seu filho
para contentar os Portuguezes! Um General
Estrangeiro presidia ao brilhante exercito que
elle mesmo havia formado, e com generaes e
officiaes da sua escolha e gente, mantinha per-
feita a subordinação. Se os Governadores do
Reino tivessem a prudencia que bastasse para
naõ irritar o exercito, quem poderia abalar
aquelle governo? Abalou-o a discordia entre
esse General Estrangeiro, e os Governadores;
o acinte da parte d'estes de deixar o exercito
muitos mezes sem paga: a incapacidade do
Governo Geral no Brazil, que nem percebia o
mal, nem curava de o remediar; que no Brazil
e do Brazil disfructava Portugal; que naõ
podia pôr ao longe a ordem nos negocios que
naõ sabia pôr ao perto!!! Pode alguem espe-
rar que succederá diversamente agora, se a
Monarchia for restabelecida com o absoluto
arbitrio que tinha d'antes? e que ella saiba
reduzir agora á ordem o Brazil, onde naõ tem
os meios militares que tinha em Portugal,

para de longe o conservar sугeito, e quieto? A Monarchia Arbitraria duas vezes se destruiu a si mesma por querer!!!—He d'esperar que se salve terceira?

O regime artificial que a fez durar de 1814 até 1820 não era por certo o optimismo para Portugal! Assim como a vaidade Nacional, dormiam quazi todos os seus interesses, mas dormia taõbem a laceração de que ella ha trinta annos estava ameaçada todos os dias! A mudança de principios de governo devia ser o desejo universal de todo o Portuguez instruido! mas muito ineptos eram os antigos partidistas Francezes, e os Revolucionarios de hoje, se não viam que toda a mudança de principios trazida pela Revolução Franceza, ou pelos seus Discipulos, por força havia de causar a laceração da Monarchia! Todo o palliativo que impedisse, ou retardasse este Mal, era um Bem comparativo!

As Circumstancias agora são mui diversas. Esse regime artificial não he applicavel inversamente ao Brazil. Seria proprio para estabelecer de novo a subordinação no Exercito, e para sustentar o Governo Absoluto; mas poderia combinar-se por ventura com as Cortes Antigas? Sem estas, e sem o Brazil teria o

Erario meios de manter o exercito? Poderia esse governo absoluto assim constituido defender algum interesse nacional? Mui grande confiança teriam em si os Ministros que tanto promettessem á Monarchia Arbitraria? mas he de recear que lhes acontecesse como ao Impio da Escritura. Alguem os viu sentados em pompa á roda do throno! pasmou da sua vaidade e arredou-se, mas tornou a olhar, e já os não viu!

F I M.



POSTSCRIPTUM:

Londres, 30 de Junho, de 1823.

A FALTA repentina, e imprevista do Compositor mais pratico da lingua Portugueza n'esta Officina, retardou a impressão d'esta pequena Obra tanto, que ainda ella não está acabada, e já as noticias vindas por França, e até pelo Paquete, dos memoraveis Successos de Lisboa, de 27 de Maio até 6 de Junho, fazem duvidar se a publicação he necessaria. De facto os dezej os do A. acham-se em grande parte realizados. O folheto da Constituição Jacobinica desapareceu com os seus Autores, alguns dos quaes já se valeram do asylo d'esta Ilha: Sem intervenção Estrangeira estão felizmente reintegradas, a liberdade, e a Magestade das Pessoas Reaes: A necessidade de

uma forma de Governo que satisfaça a todas as Ordens do Estado he geralmente sentida, e até se diz que os Novos Ministros de S. M. fazem tenção de chamar Cortes segundo os estylos antigos, e propor-lhes um plano de Constituição. Proposta em nome de S. M. e aceita pelos Tres Estados do Reino, ficará esta Constituição revestida d'aquella firma que lhe segura o Sello, e o character de Ley Fundamental. Será um Pacto entre o Rey e o Povo, tão Solemne, tão Augusto como todos os precedentes com os Senhores Reys D. Affonso Henriques, D. João 1º, e D. João IV. Contra ella ficaraõ sem força as suspeitas, e as cavillações que se oppuseram em França á *Chartre* concedida por S. M. Chr. Luiz XVIII. aos Francezes; Acto o mais Benefico, e mais Politico de quantos a Historia relata d'algum Monarca Illustre.

As circumstancias da França antiga, e o dezejo de evitar toda a discussão sobre os principios da Revolução, fizeram talvez aquelle methodo necessario, ou preferivel. Um Estrangeiro não pode enunciar opiniaõ em as-

sumpto estranho e tão grave, mas tem o direito de affirmar o que presenciou, e he, que esse methodo deu origem a mui desagradaveis e perigosas discussões Metaphysicas, sobre a validade da *Chartre* d'uma parte, e sobre a sua solidez da outra, considerada como Concessão Gratuita susceptivel de ser revogada. O. A. pensa que n'este escrito fica assaz dissipada a illusão que offusca o entendimento d'algumas Pessoas, como se as Cortes Antigas não fossem accomodadas aos tempos presentes. Se algumas disposições das Cortes Antigas estão hoje obsoletas, taõbem o estavam já em 1640. Aqui he justo imitar os Theologos, e fazer a distincão essencial entre os artigos de Dogma immutaveis, e os de Disciplina, de sua natureza variaveis. Na primeira Classe pôs o A. so dous, porque todos os outros que interessam a liberdade, a propriedade, e a Segurança do Individuo, todos d'aquelles dous se derivam, e sobre estas tres bases por si mesma se eleva a Prosperidade Publica.

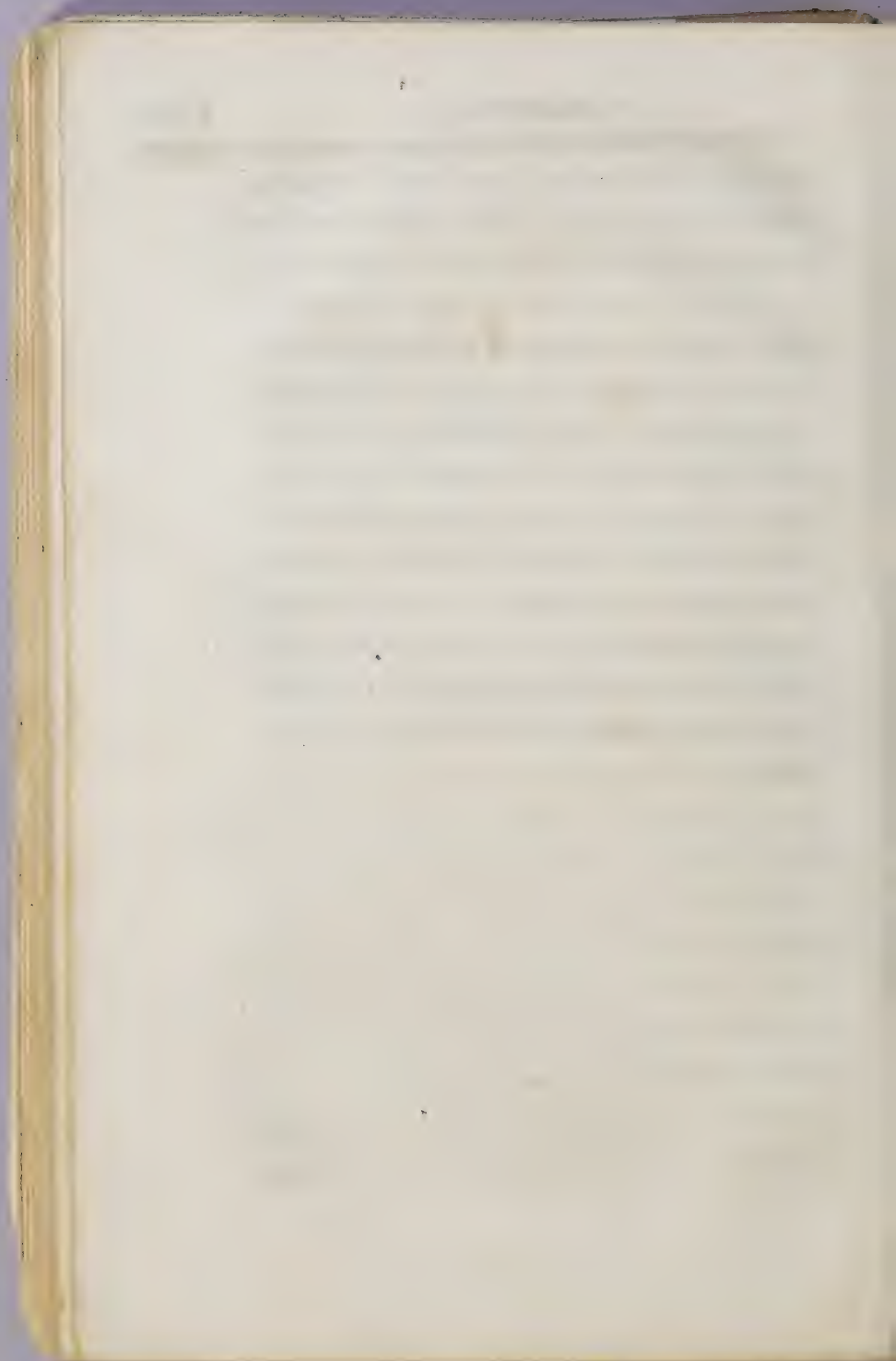
O A. não julgava nem o nome, nem a forma de Constituição escrita absolutamente

necessarios. Estimava mais o reconhecimento d'aquelles dous principios por S. M. e pelos Tres Estados, como a Constituição Antiga e fundamental do Reino.

Porém haja muito embora um Diploma que a confirme de novo por um modo tão solemne, e que tão grato deve ser a todos os Portuguezes! Que elle seja bem succinto, que proclame Principios mais do que regimentos particulares, que estes se possam mudar sem continua violação de juramento, he o mais sincero, o mais ardente voto do A., e seria para dezejar que fosse o de todos os Portuguezes.

Se o espirito Publico he como alguns o representam, realizou-se a uniaõ de entendimentos e vontades que o A. aspirava a produzir, com o fim d'accelerar os ultimos successos. N'esta feliz hypothese assaz vaidoso fica elle com a certeza, que as suas ideias coincidião com as da sua Nação: nem sente pena que os seus Naturaes lhe tomassem a dianteira: porém ouvindo, pelo contrario, fallar em quatro partidos differentes, um dos quaes, e muito forte, propende ou insiste na ressureiçaõ absoluta

do Poder Arbitrario, e n'uma reacção completa, destruindo com esse Poder indistinctamente quanto os Jacobinos fizeram, sem lhe importar se era bem ou mal feito, n'esta Segunda, e muito infeliz hypothese, haõ de os Ministros de S. M. encontrar muito grandes difficuldades, e opposições, e talvez não lhes será inutil o tenue auxilio d'uma voz fraca, mas que do Deserto clama ha muitos annos prophetizando a Catastrophe imminente á Monarchia; da voz que preveniu o Soberano, e os seus Ministros a tempo de evitar ainda os excessos que a rebelliaõ trouxe comsigo; que n'ella não tomou parte, nem allega merito na Contra-revoluçaõ.



INDICE

DAS RUBRICAS MARGINAES DA INTRODUCCÃO.

	<i>Pagina</i>
1. Motivo da suppressão d'estas Notas em 1821	i
2. Dº da sua publicação em 1823	iii
3. Objeto das Notas	vi
4. Methodo empregado na demonstração ...	vii
5. Franqueza com que o Autor escreveu, e seus motivos.....	viii
6. Apathia dos Portuguezes em 1807 e applicação ao estado presente.....	x
7. Sentimentos que os deviam animar agora	xv
8. O que o A. entende por verdadeira Monarchia	ibid
9. Digressão sobre os Bachareis antigos, e modernos	xviii
10. Efeitos da preponderancia de uma classe	xxiv
11. Erro de fazer uma Constituição de novo...	xxvi
12. Constituições da Grecia Antiga, de Roma, e de Inglaterra.....	ibid.
13. Dois modos usados de tratar com os Principes	xxix

	<i>Página</i>
14. Preferencia do modo decorozo	xxx
15. Dois factos da historia Portugueza comparados com outros da historia de Inglaterra.....	xxxiii
16. A falta de applicação dos Portuguezes foi a causa principal dos seus infortunios	xxxv
17. Facilidade de emendar ou ampliar a antiga constituição	xxxvii
18. Se o Clero deve formar um Estado á parte como nas antigas Cortes.....	xxxviii
19. Facilidade de reunir em uma só Camera o Clero, e a Nobreza	xli
20. Negociações com a Corte de Roma.....	xlili
21. Discussão sobre o Estado da Nobreza nas Cortes antigas	xliv
22. Illusão que seria a de repartir os mesmos Democratas em duas Camaras	xlvi
23. Espirito Militar.....	xlix
24. Facto Singular do Exercito Sueco	li
25. Sobre o numero dos Procuradores dos Povos, e dos Nobres Votantes nas antigas Cortes	liii
26. O Estado dos Povos não era o das Pessoas não Nobres	lvii
27. Sobre as Eleições antigas, e o methodo introduzido pelos Democratas	lviii
28. Reposta aos Democratas Portuguezes a respeito da Nobreza	lxi
29. Necessidade da União de todos os Estados	lxvii

	<i>Pagina</i>
30. A difficuldade de conter os Jacobinos sem effusão de sangue, não he invencivel	lxvii
31. Acto Notavel da Republica de Luca	lxxi
32. O que s'intende pela Uniaõ pedida.....	lxxii
33. Novos exemplos do máo espirito dos empregados publicos	lxxiv
34. Diferença relativa da Monarchia em 1578, e em 1640	lxxxvii
35. A Historia de Portugal he a historia das occasiões perdidas	lxxx
36. Enumeração das difficuldades que vencer	lxxxix
37. Reflexões sobre estas difficuldades	lxxxiv
38. Insubordinação do Exercito.....	lxxxv
39. Scissaõ do Brazil	ibid.
40. Lutta entre os Jacobinos de Portugal e os do Brazil	lxxxvii
41. Damno que resulta a Portugal da scissaõ do Brazil	lxxxviii
42. Consequencias da scissaõ do Brazil se for total e duravel.....	xc
43. Perda que soffrerá cada um dos dois Reinos em força federativa, militar, e pecuniaria	xciv
44. Tratado de Commercio entre os dois Reinos	c
45. Mais Intima Connexão de alguns assumptos do governo.....	ciii
46. Exercito e Erario	civ
47. Reforma da Ordem Judiciaria.....	cvii
48. Tratados de Commercio, e Relações Commercias	cxv

	<i>Página</i>
49. Exercito Portuguez	cxviii
50. Conclusão.....	cxix
51. Reposta a duas Classes numerosas de Po- líticos Modernos	cxxi
POSTSCRIPTUM de 30 de Junho, 1823	cxli

ERRATAS E EMENDAS

DA INTRODUÇÃO.

Pag.

- ii. (em nota) Limitophe, *lea-se* Limitropho.
- iii (lin. 12) de quem procediam, *l.* de quem se diz que procediam.
- iv. (lin. 7) novo estado, *l.* nova cilada.
- v. (lin. 18) foraõ *l.* foram.
- xiv. (em nota) alteraacaõ, *l.* alterçaçaõ.
- xxi. (lin. 24) theoriça, *l.* theorica.
- xxiv. (in fin.) absoluta—foi resurgindo, &c. &c. &c.
l. absoluta; foi resurgindo a Authoridade Real: cresceu, e muito: mas com o andar dos seculos veio quasi a ser a Unica, e logo se tornou Despotica pela mesma razaõ.
- xxv. (nota in fin.) he que se vê Governó, *l.* he que se vê o Governo.
- xxvii. (lin. 15) o processo he, *l.* O processo foi.
- xxx. (nota lin. 2) temento, *l.* temente.
- xxxi. (lin. 3) desperto, *l.* despeito.
- xxxiii. (nota lin. 3) que se se imponha, que se imponha.
(Do. 6) impozicaõ, *l.* imposiçaõ.
(Do. 7) se de, *l.* se dê.
(Do. 7) contribucaõ, *l.* contribuiçaõ.
- xxxiv. (nota lin. 1) Patarias, *l.* Portarias.
(Do. lin. 5) e aprovado, *l.* e apròvada.
(Do. lin. 6) subordonado, *l.* subordinado.

ERRATAS E EMENDAS.

- xxxv. (lin. 4) ha de ver, *l.* he de crer.
- xxxvii. (que Espanhoes, Italianos, &c. *l.* e que os Jacobinos Espanhoes, Italianos, &c.
- xxxviii. (lin. 1 e 2) toda pessoa, *l.* toda a pessoa.
- xxxix. (lin. 18) prepara—Prem, *l.* prepara: porém.
- xl. (lin. 4) unico meio, *l.* unico modo.
- xli. so——, *l.* só, e sós, (*ficaram frequentemente sem accentu*).
- xli. (lin. 7) ate o xiii seculo, *l.* até o xiii seculo.*
 Nota. Se devemos crer os Historiadores Espanhoes citados por Hallam, *Hist. of the Middle Ages*, e taõbem Robertson *Hist. of Charles the V.*—os Procuradores do teçreiro Estado apparecem já nas Cortes de Castella no xii seculo.
- (lin. 26) alem do seu, *l.* além do seu.
- xlii. estylo do Reino, no modo de deliberar, &c.
l. estylo do Reino; convir taõbem no modo de deliberar, &c.
- xliv. á Nobreza, da jurisdicção, *l.* á Nobreza. Da jurisdicção.
- (nota) o estabelecimento dos Nunciatures, *l.*
 O estabelecimento dos Tribunaes de Nunciatura.
- (nota) a opiniaõ dos Casos reservados, e todo o jogo do Tribunal da Penitencieria, *l.* : A opiniaõ dos casos reservados, e todo o jergo do Tribunal da Penitencieria.
- (nota): Asfrequentes, &c. *l.* : AsFrequentes, &c.
- (nota) O dezejo, &c. *l.* : O dezejo, &c.
- xlvi. (nota) poderiam fazer, *l.* fariam.
- xlvi. (nota) se eximia, *l.* se eximiu.
- xlvii (nota) o Areopago, *l.* o Areopago, ou antes o Senado com os Prytanes.
- (nota) causa ha ja, *l.* causa tem já.

ERRATAS E EMENDAS.

- xlvi. (nota) não teve tempo, *l.* não era tempo.
 (nota) susentaram-se, *l.* auzentaram-se.
- xl. ajuntamento, o Congresso, *l.* ajuntamento, ou Congresso.
- li. (nota) na mesma parte, *l.* na mesma Salla.
- liii. Acha o A—que *l.* acha o A. que
- lviii. aos povos a Cortes, *l.* os povos a Cortes.
- lx. os Democratas Portuguezes, *l.* (*principio de §.*)
- lxx. (*falta a estrella * a lin. 20*), *l.* * Este facto vem relatado no Test. Politico de D. Luiz da Cunha. Vid. Investig. Portuguez.
- lxxii. ou Povo, a que esses homens, *l.* ou Povo, que esses homens.
- Se em em tempos, *l.* Se em tempos.
- lxxv. (nota)—se chamavia, *l.* se chamaria.
 (nota) a todo augmento, *l.* a todo o augmento.
- lxxvi. (nota) privilegios mercantes, *l.* privilegios mercantis.
- lxxviii. (lin. 26) receva, *l.* receava.
- lxxix. (lin. 12) Espanha militarmente nulla—Franca prostrada, &c. *l.* Espanha estava militarmente nulla: A França prostrada, &c.
 (lin. 14) infraguecia, *l.* infraquecida.
 (lin. 17) alliança, obrigada, *l.* alliança obrigada.
- lxxx. (lin. 9) mandará a ainda, *l.* mandará ainda.
 (ultima linha) Ha em vosso favor, *l.* He em vosso favor.
- lxxxii. (nota) a ordem de S. A., *l.* a ordem de St. A.
- lxxxv. (lin. 4) Restitui-lha! abjurai, *l.* Restitui-lha! Chefes, Officiaes, Soldados abjurai.
 (lin. 14) do Despotismo Arbitrario seraõ aquelles, *l.* do Despotismo Arbitrario, nem os do Jacobinismo. Seraõ aquelles.
- lxxxvii. (lin. 1 e 2) irritaõ-no stimulaõ-no provoçaõ-no.
l. irrita-no, stimula-no provoca-no.

ERRATAS E EMENDAS.

- lxxxvii. Lutta entre os Jacobinos, *l.* A Rubrica Marginal não vem aqui.
- lxxxviii. ix. xc. no fim da Nota que começa em Italicos. *De toda a Monarchia repete o Autor, l.* A differença aqui exposta, assim como a antiguidade do errado Systemma de relações Commerciaes, serão singularmente elucidadas pela correspondencia que se verá no Promptuario Diplomatico, que intenta publicar J. Nunes de Carvalho.
- xciii. (lin. 13) podera sacudir, *l.* poderá sacudir.
- xcvii (lin. 3) de toda, a, *l.* de toda a.
(lin. 15) loçaes, *l.* locaes.
- xcviii (lin. 11) faz §.
(nota) dos holandezes, *l.* dos Holandezes.
- xcix (lin. 2) Portuguezes, *l.* Portuguezas,
(lin. 8) o commercio. *l.* o commercio?
(lin. 9, 10) Esse perigo he immaginario, (*esta objecção deve ser taõbem impressa em Italico.*)
- e (lin. 11) que lhe davia, *l.* que lhe daria.
(lin. 11, 12) lhe mais do que risivel, (*Aqui deve começar outro §.*)
(lin. 16) com a asperança, *l.* com a esperança.
- cii (lin. 2) a inquisição, *l.* a inquirição.
- cv (lin. 7) grandeza, admittindo, *l.* grandeza. Admittindo.
- (lin. 11) em 1813.* Se he um facto, *l.* em 1813*; se he um facto.
(nota) quanto ao argumento, *l.* quanto ao rendimento.
- cvi (lin. 22 e 23) bem que de religião, falso, *l.* com o pretexto, bem que falso, de religião.
(lin. ult.) piado, *l.* priado.

ERRATAS E EMENDAS.

- cvii. (lin. 18) repertida, *l.* repetida.
(lin. 21) de toda o, *l.* de toda a.
- cviii. (lin. 1) ; e o pro- *l.* . O pro-
- cix. (lin. 3) excepto aos Re- *l.* excepto os Re-
cx. (lin. 8) eraõ, *l.* eram.
(lin. 28) Ligado com esta, (*faz* § 5. Ligada com esta, &c.)
- cx. (lin. 15, 16) do Empregado, vicerey, *l.* do empregado. Vicerey.
- cxiii. (lin. 7) do processo; não se pode, *l.* do processo. Não se pode.
(lin 9, 10) emendados. Mas taõbem, *l.* emendados; mas taõbem.
- cxiv. (lin. 18) o edificio d'ella, *l.* beneficio d'ella.
- cxvi. (rub.) verdadeira embuste, *l.* verdadeiro embuste.
- cxvii. (nota, lin. 15) a calada emigração, *l.* a tratada emigração.
(lin. 18) Suissia, *l.* Suissa.
- cxix. (lin. 6) a melhorar, *l.* melhorar.
- cxxi. (lin. 14) as innovações, *l.* as alterações.
- cxxvi. (lin. 17) se podera fazer, *l.* se poderá fazer.
- cxxvii. (lin. 12) a França, *l.* á França.
- cxxix. (lin. 20) dos limites a que, *l.* dos limites que.
- cxxxii. (lin. 9) a laceração de que ella, *l.* a laceração da Monarchia, de que ella.
(lin. 23) Seria proprio, &c. &c. *l.* Seria o mais proprio para estabelecer de novo a subordinação no exercito, e para sustentar o Governo Absoluto em Portugal; mas poderia combinar-se, &c.

N O T A S
S U P P R I M I D A S

EM 1821.

PPJCB

NOTAS

AO

PRETENDIDO MANIFESTO

DA

NACÃO PORTUGUEZA

AOS

SOBERANOS E POVOS

DA

EUROPA:

PUBLICADO EM LISBÔA, A 15 DE DEZEMBRO
DE 1820.



LONDRES:

IMPRESSO NA OFFICINA DE T. C. HANSARD,
PETERBOROUGH-COURT, FLEET-STREET.

1821.

RPJCB

MANIFESTO

DA

NACÃO PORTUGUEZA

AOS

SOBERANOS, E POVOS DA EUROPA.

A NACÃO* Portuguesa, animada do NOTA 1.
mais sincero e ardente desejo de
manter as relações politicas e com-
merciaes, que até agora a tem ligado
a todos os Governos e Povos da
Europa; e tendo ainda mais particu-
larmente a peito continuar a merecer
na opinião, e conceito dos homens
illustrados de todas as Nações *a 2.
estima e consideração, que nunca se
recusou ao character leal e honrado dos
Portuguezes: julga de indispensavel
necessidade offerecer ao publico a
succinta, mas franca exposição das

causas que produzirão os memoraveis acontecimentos ha pouco succedidos em Portugal ; do verdadeiro espirito que os dirige ; e do unico alvo, a que tendem as mudanças, que se tem feito e pretendem fazer na fórma interna da sua Administração: E confia que esta exposição, rectificando as erradas idéas, que por ventura se hajaõ concebido dos referidos acontecimentos, merecerá a benevola attenção dos Soberanos, e dos Povos.

NOTA 3.

* Toda a Europa sabe as extraordinarias circumstancias, que no anno de 1807 forçáraõ o Senhor D. Joaõ VI., entaõ Principe Regente de Portugal, a passar com a Sua Real Familia aos seus dominios trans-atlanticos : E posto que esta resolução de Sua Magestade se julgou entaõ da mais reconhecida vantagem para a causa geral da Liberdade Publica da Europa, ninguem comtudo deixou de prever a critica situação, em que ficava Portugal por esta ausencia do seu Prin-

cipe, e os factos ultteriores prováraõ demonstrativamente que esta previdencia não era vã, e temeraria.

Portugal, separado do seu Soberano pela vasta extensãõ dos mares, privado de todos os recursos de suas possessões ultramarinas, e de todos os beneficios do commercio, pelo bloqueio de seus portos, e dominado no interior por huma força inimiga, que entãõ se julgava invencivel, parecia haver tocado o ultimo termo da sua existencia politica, e não dever mais entrar na lista das Nações independentes.

* Em taõ apurada crise, este Povo NOTA 4.
heroico não perdeu nem a honra, nem o valor, nem a fidelidade ao seu Rei; porque estes sentimentos não lhe podiaõ ser arrancados do coração pela violencia das circumstancias, nem pela força prepotente do inimigo. Elles se manifestàraõ effectivamente, da maneira mais energica, logo que se offereceo conjuncção oportuna. Os

Portuguezes, com o auxilio dos seus Alliados, conquistáraõ á custa dos mais penosos sacrificios a sua propria existencia politica; restituiraõ com generosa lealdade ao seu Monarca o Throno, e a Coroa; e a Europa imparcial ha de confessar (ainda que nem sempre se tenha feito esta justiça) que a elles deve tambem em grande parte os triunfos, que depois alcançou em beneficio da liberdade, e independencia dos Thronos e dos Povos.

NOTA 5.

*Qual fosse porém a situação interna de Portugal depois de circumstancias taõ novas, de esforços taõ extraordinarios, e de hum transtorno taõ universal, e transcendente, mais facil he concebêlo do que exprimilo.

6.

*A ruina da sua povoação, começada pela emigração dos habitantes, que seguirão o seu Principe, ou procuráraõ escapar á suspeitosa desconfiança, ou á perseguição systematica do inimigo, augmentou-se pelas duas funestas invasões de 1809 e 1810, e

pelas perdas inevitaveis de huma dilatada e porfiosa guerra de sete annos.

O Commercio e a industria, que nunca podem devidamente prosperar, senão á sombra benefica da paz, da segurança, e da tranquillidade publica, tinhaõ sido não só desprezados e abandonados; mas até parece que de todo destruidos *pela illimitada fran-
 queza concedida aos vasos estrangeiros em todos os portos do Brazil;
 *pelo desastroso Tratado de 1810;
 *pela consequente decadencia das fabricas, e manufacturas nacionaes,
 *pela quasi total extincção da marinha mercante e militar, e *por huma falta absoluta de todo o genero de providencias, que protegessem, e animassem estes dous importantissimos ramos da prosperidade publica.

NOTA 7.

8.

9.

10.

11.

*A Agricultura, base fundamental da riqueza e força das Nações, privada dos braços que lhe roubára o exercito, e a morte; destituida dos.

12.

capitães que a sustentão, e que talvez se haviaõ empregado em objectos de mais instante necessidade; desamparada do alento, e vigor vital que costuma dar-lhe a industria nacional, e o gyro activo do Commercio tanto interno, como externo, jazia em mortal abatimento, e sómente offerecia ao espectador admirado o triste quadro da fome e da miseria.

NOTA 13. *A sensível diminuição das rendas publicas causada pela ruina da povoação, do commercio, e da industria;

14. *pela perda irrevogavel dos grandes cabedaes que o inimigo extorquiria violentamente das mãos dos Portuguezes, e pelas excessivas despezas da guerra; obrigando a Nação a contrahir novas, e avultadas dividas, para cuja satisfação eraõ desiguaes os seus recursos, acabou de dar o ultimo golpe no Credito publico, já vacillante pela escandalosa malversação dos agentes fiscaes, e ainda mais pelo errado systema da administração.

* Se os Portuguezes não amassem, NOTA 15.
e respeitassem o seu Principe, e a sua Augusta Dynastia com huma especie de amor, e adoração quasi religiosa; se não quizessem receber da sua só justiça, e beneficencia as reformas, e melhoramentos publicos, que hum tal estado de cousas imperiosamente exigia; mui facil lhes seria, n'aquella época, pôr limites ao poder, ou dictar-lhe condições accommodadas a tão urgentes circumstancias. Elles não ignoravaõ seus direitos: a tendencia geral da opiniaõ, dirigida pelas luzes do seculo, e soberbamente manifestada entre os povos mais civilisados da Europa, os convidava a fazer uso desses direitos, que os seus maiores haviaõ já reconhecido, e exercitado em occasiões menos forçosas: o exercito victorioso, e triunfante apoiaria tão justas pretensões, e a Nação seria hoje livre, ou certamente menos desditosa.

*Porém o caracter dos Portuguezes

nunca soube desmentir-se. Elles quizeraõ antes esperar tudo do seu Principe, do que dar á Europa, ainda afflicta das passadas desgraças, o espectaculo de huma Nação insofrida, e inquieta ; ou parecer que abusavaõ da facilidade, e oportunidade das circumstancias para se mostrarem revoltosos, ou menos submissos. O soffrimento silencioso, e pacifico de seus males foi a base de seus procedimentos : a confiança nas reconhecidas virtudes do Principe, o fundamento de suas esperanças.

Mas (he forçoso dizelo !) estas esperanças foraõ perfeitamente baldadas, e aquelle soffrimento foi levado ao ultimo termo, a que parece poder chegar a paciencia de huma Nação briosa, cheia do sentimento de suas desgraças, e naõ ignorante dos meios de remedialas.

Naõ he preciso para prova desta penosa verdade renovar agora aqui o triste quadro da situação progressiva-

mente decadente de Portugal em todos os ramos de sua administração, nos seis annos que tem decorrido desde a paz geral da Europa até o presente. A Europa toda ou o tem presenciado, ou o tem ouvido recontar com magoa: e os Augustos Soberanos das differentes Nações não podem deixar de ter sido informados de tamanha desventura pelos seus Ministros ou Agentes Diplomaticos, que havendo lido na Historia o esplendor, a gloria, e a grandeza, a que em outros tempos chegaraõ os Portuguezes, teraõ sem duvida admirado, e não poucas vezes lamentado, o incomprehensivel abatimento, a que se acha reduzido este Povo, que nos favores, e beneficios da natureza não cede a nenhum outro Povo da Europa.

A sua povoação já exhausta pelos motivos, que fição indicados, continuou a ser depauperada pela forçada remessa para o Brasil de alguns milhares de homens, que depois de

terem exposto as suas vidas pela Patria, e pelo Throno, e de haverem merecido descansar em tranquillã paz no seio de suas familias, ou gozarem no seu paiz natal o premio de seu zelo e valor, forão continuar na America do Sul os duros trabalhos da guerra; de huma guerra, que fazendo-se a tamanha distancia de Portugal, parece que sómente sobre este Reino tem descarregado seus pezados golpes, atacando por muitos modos as fontes essenciaes de seu vigor, e expondo-o ao mesmo tempo ás empresas de huma nação vizinha, e poderosa, sempre rival, e agora estimulada, e até (em sua opiniaõ) offendida e agravada.

O Commercio, em vez da protecção sollicita, que a sua situação demandava, e que ainda poderia conservar-lhe algum alento de vida, e resuscitalo pouco a pouco do mortal lethargo a que se achava reduzido, não obteve senão raras e mesquinhas pro-

videncias, que não sendo o resultado de combinações judiciosas sobre o verdadeiro estado comparativo das relações commerciaes dos differentes povos da Europa, nem ligadas entre si, e dependentes de hum systema geral adaptado ás presentes circumstancias; ou faziaõ cada vez mais difficeis e complicadas as suas transacções, ou até cediaõ em prejuizo directo do commercio nacional, transportando todas as suas vantagens ás mãos dos estrangeiros, e desviando do gyro publico os capitaes, que nelle deviaõ empregar-se.

A industria não foi mais favorecida, nem era de esperar que a sua sorte fosse mais feliz. Os Portuguezes viraõ e soffrêraõ, que as suas fabricas, e manufacturas fossem destruidas, e quasi de todo aniquiladas: Que os productos do seu trabalho não podessem soportar a concurrencia dos estrangeiros: Que os moveis mais insignificantes de suas casas, os ves-

tidos e roupas do trajo mais ordinario e usual, as proprias camizas e çapatos, que vestem e calção, lhe fossem trazidos de fóra, deixando innumeraveis artifices e officiaes na ociosidade e na miseria. Os Portuguezes viraõ e soffrêraõ, que os seus vasos mercantes lhes fossem roubados por amigos e inimigos: Que andassem expostos aos insultos dos piratas, e fossem por elles aprezados até á vista de suas proprias fortalezas. Os Portuguezes viraõ, e soffrêraõ mas para que he renovar aqui taõ profundas e sensiveis mágoas? para que he recordar males taõ notorios; e taõ universalmente sentidos? Digaõ-no os proprios estrangeiros: digaõ-no os mesmos que tem tirado proveito da espantosa indifferença ou frouxidaõ do Governo Portuguez, e que não poucas vezes repetiaõ com honrada franqueza “ *que este bello paiz era digno de melhor sorte.*”

A Agricultura, no meio de tamanho

abandono de todos os interesses publicos, não era natural que obtivesse a particular attenção e disvello, que por sua reconhecida influencia sobre a felicidade das nações lhe he devido. Peja-se o brio Portuguez de confessar haver recebido da generosidade de hum Nação estrangeira tenues soccorros a beneficio da classe a mais util, e a mais miseravel dos seus habitantes: soccorros, que não podendo produzir utilidade alguma real, nem pelo seu valor, nem pelo modo da sua distribuição, sómente servirão de patentear aos olhos da Europa espantada o profundo abysmo de miseria, a que esta Nação, outr'ora rica e opulenta, se achava reduzida.

A Providencia quiz favorecer o agricultor Portuguez, abrindo em seu beneficio o seio fecundo da terra, e dando-lhe annos de copiosa colheita: mas este mesmo favor do Ceo foi inutilisado pelos erros dos homens. O numerario tinha desaparecido da

circulação pela estagnação do commercio, pela ruina da industria, pelas avultadas sommas que todos os dias passavaõ sem retorno aos estrangeiros em troca dos generos indispensaveis ao consummo da Nação, e pelas continuadas remessas eventuaes ou regulares, que se faziaõ para o Brasil com differentes motivos e applicações, chegando a tal ponto a falta de gyro, e consequentemente a pobreza publica, que no meio da abundancia de paõ, augmentada ainda por huma importação excessiva, e imprudentemente tolerada deste genero, o povo morria de fome; o lavrador desamparava, as suas terras e os seus trabalhos; todos lamentavaõ a geral penuria; e a cada momento se temia, que a desesperação rompesse em tumultos, e que os tumultos degenerassem na mais completa e horriavel anarquia.

Sendo tal o estado em que se achavaõ as principaes fontes da prosperi-

dade e riqueza nacional, facil he de conjecturar qual seria tambem o estado do Thesouro, e do Credito Publico.

* Não sómente se conserváraõ sem NOTA 17. necessidade, e sem diminuição as antigas despesas proporcionadas á grandeza, apparato, e esplendor de huma Côrte, que já não existia em Portugal; mas accrescentavaõ-se cada dia outras igualmente escusadas, e não menos exorbitantes, ao mesmo passo que decrescia sensivelmente a receita, já pelas cauzas indicadas, e já pela pasmosa negligencia, ou prevaricação dos administradores subalternos, a muitos dos quaes a impunidade affiançava de algum modo o pacifico uso de suas criminosas especulações.

Sobre estes males accrescêraõ ainda as extraordinarias despesas de algumas expedições maritimas, destinadas a fornecer tropas á desastrosa guerra da America do Sul, e os con-

tinuos saques de moeda para soldo e manutenção da porção do exercito Portuguez ali destacada: despezas, que tirando irrevogavelmente grandes sommas do gyro nacional, tinhaõ ao mesmo tempo a mais nociva influencia sobre o valor do dinheiro papel, cujo cambio se tornava de dia em dia mais desfavoravel, e mais ruinoso.

NOTA 18.

*Os empregados publicos, o Corpo Militar, os melhores e mais uteis servos do Estado soffriaõ hum extraordinario atrazamento na satisfação de seus merecidos salarios, e ao mesmo tempo que esta falta abysmava a huns na miseria e na desesperaçãõ, excitava a outros a romper em altos e perigosos clamores, ou a aventurarem-se aos excessos da mais funesta venalidade e corrupçãõ.

Os credores do Estado invocavaõ em vãõ a fé publica, e o cumprimento das sagradas promessas que se lhes haviaõ feito, e sobre as quaes sómente se podia manter o credito do The-

souro, e a esperança de novos recursos, quando fossem necessários.

Em fim, que precisando ultimamente o Erario de abrir hum emprestimo de quatro milhões de cruzados, e parecendo de esperar, que a propria estagnação do commercio convidasse os capitalistas a entrarem á porfia nesta negociação, que parecia de segura vantagem pelo valor das hypothecas offerecidas ao pagamento do juro regular, e á amortização do capital, não foi possível (com vergonha o dizemos) não foi possível preenche-lo, nem ainda quando o Governo, transpassados os limites da espontaneidade, que ao principio annunciára, quiz forçar a isso os capitalistas, e proprietarios, por meio de huma derrama calculada sobre a avaliação da propriedade individual, e dos suppostos fundos de cada casa commerciante.

*Em meio de tantas desgraças, que NOTA 19.
por espaço de seis annos opprimirão

os Portuguezes em progressivo crescimento, ainda de vez em quando se avivava em seus corações algum lume de esperança de que ElRei viria ao meio delles ouvir suas queixas, e dar o possivel remedio a males tão peizados e oppressivos. Conheciaõ por experiencia a natural bondade do seu coração, herdada de seus augustos Avós, e sempre propensa a promover a felicidade dos povos de seus Dominios : e confiavaõ que ella lhes prepararia as refórmas, melhoramentos, e beneficios, de que tanto se necessitava em todos os ramos da publica administração—Sua Magestade parecia haver dado por algumas vezes lugar a esta lisongeira esperança.

Ella porém foi-se desvanecendo pouco a pouco, e o Ministerio do Rio de Janeiro, que talvez desviava do animo de ElRei o pensamento de realisala, até soffria de máu grado, que alguma cidadãõ amigo da sua Patria ousasse expôr ao publico as

suas opiniões sobre este importante objecto, e mostrasse as vantagens de se restituir a Portugal a Séde da Monarquia.

Desta maneira começáraõ os Portuguezes a desconfiar do unico recurso, e meio de salvaçaõ, que ainda parecia restar-lhes no meio da quasi total ruina da sua cara Patria. A idéa do estado de Colonia, a que Portugal em realidade se achava reduzido, affligia sobre maneira todos os cidadãos, que ainda conservavaõ, e prezavaõ o sentimento da dignidade nacional. A justiça era administrada desde o Brasil a povos fieis da Europa, isto he, desde a distancia de duas mil leguas, com excessivas despesas, e delongas, e quando a paciencia dos vassallos estava já fatigada e exhausta de fastidiosas, e talvez iniquas formalidades. Muitas vezes se desviavaõ dos olhos e attençaõ de ElRei, ao arbitrio dos Ministros, e validos, as representações, que se diri-

giaõ ao Throno, e que não podiaõ ser ao menos accompanhadas das importunações, e lagrimas dos pretendentes. Todos em fim conheciaõ a impossibilidade absoluta de pôr em marcha regular os negocios publicos e particulares de huma Monarquia, achando-se a tamanha distancia o centro de seus movimentos, e sendo estes muitas vezes impedidos ou retardados pela malignidade dos homens, pela violencia das paixões, e até pela força dos elementos.

Esta mesma distancia, difficultando as queixas dos povos ou dos individuos opprimidos, fazia mais ousada a iniquidade dos máus administradores da Justiça, e dos infieis depositarios de qualquer porção da Auctoridade Publica. A torpe venalidade tinha corrompido tudo. A ambição, a avareza, o egoismo insensato haviaõ substituido o amor da ordem publica, o amor da Patria, virtudes em outro tempo taõ familiares ao Povo Portu-

guez, e origens verdadeiras dos heroicos feitos, que a Europa illustrada ainda hoje admira, e admirará sempre na Historia desta grande Nação. Todos os vinculos sociaes se achavaõ relaxados; todos os interesses em contradicção; todas as opiniões em discordia; todos os partidos em divergencia; todas as paixões e vícios em campo, e em combate. Hum unico sentimento era commum a todos os Portuguezes—o da sua profunda desgraça.—Em hum só desejo se uniaõ todos os bons cidadãos—o de huma nova ordem de cousas, que salvasse a não do Estado do lamentavel e miserando naufragio, em que hia a perder-se.

* Que deveria pois fazer o Povo NOTA 20. Portuguez, huma Nação inteira, em tão apurada situação?—Soffrer, e esperar?—Ella soffreo, e esperou em vão por largos annos.—Gemer, representar, queixar-se?—Ella gemeo, e os seus gemidos não foraõ escutados:

que dizemos *naõ forão escutados?* Forão reprimidos, forão cruelmente sufocados.—Ella representou, e queixouse; mas as suas queixas, e representações naõ chegavaõ aos degrãos do Throno. Dizia-se a ElRei que os seus povos viviaõ contentes, e eraõ fieis Sim, elles eraõ, e são fieis: nenhuma Nação do mundo tem dado mais constantes provas de amor aos seus Principes, de lealdade aos seus Monarcas.—Agora mesmo elles tem protestado, e protestaõ ainda á face da Europa, e do mundo inteiro, a mais firme adhesaõ ao seu Rei, e á sua Augusta Familia, a quem cordialmente amaõ, e adoraõ: mas elles naõ viviaõ contentes, nem o contentamento póde jámais alliar-se em huma Nação com a pobreza, e miseria, com a triste decadencia de todos os estabelecimentos uteis, com a perda da dignidade, e da consideração publica, com a ignorancia systematicamente introduzida ou sustentada, com a ruina em

fim da honra, da gloria, e da liberdade nacional.—Elles não eraõ felices, e quizeraõ sêlo.—Póde disputar-se a alguma Nação este direito, e os meios de o exercitar, e pôr em pratica? Póde algum povo, grande ou pequeno, alguma associação de homens racionaes prescindir deste direito inalienavel, para sujeitar-se irrevogavelmente ao arbitrio de algum ou de alguns homens, para obedecer cegamente a hum poder illimitado, a hum vontade, que póde ser injusta, caprichosa, desregrada? Para deixar-se levar ao abysmo da desgraça sem dar hum passo que o desvie do precipicio, sem fazer hum esforço generoso para salvar-se?

O Povo Portuguez appella para o sentimento intimo de todos os seus concidadãos, dos homens illustrados de todos os paizes, dos Povos da Europa, e dos Augustos Monarcas que os regem.

Naõ são, como se diz, os falsos

principios de hum filosofismo absurdo, e desorganizador das sociedades— não he o amor de huma liberdade illimitada, e inconciliavel com a verdadeira felicidade do homem, que o tem conduzido em seus patrioticos movimentos.—He o sentimento profundo da desgraça publica, e o desejo de remediala—he a necessidade inevitavel de ser feliz, e o poder que a natureza depositou em suas mãos de empregar os recursos proprios para o conseguir.

A natureza fez o homem social para lhe facilitar os meios de prover á sua felicidade, que he o fim common de todos os seres racionais. As Sociedades não podem existir sem governo: a natureza pois aconselha a existencia desse governo, e auctorisa o poder que elle deve exercitar; mas hum poder subordinado ao fim—hum poder limitado pelo seu proprio destino—hum poder que deixa de merecer este nome para tomar o

odioso nome de *tyrannia*, logo que exorbitando dos seus naturaes limites, impede, em lugar de promover, a felicidade dos povos que lhe estão sujeitos.

De qualquer modo que este poder tenha sido exercitado em huma Nação, ou por hum, ou por muitos; ou concentrado, ou repartido; ou limitado por leis expressas, ou confiado sem alguns limites—nem a força das armas, nem os hábitos inveterados, nem o decurso dos tempos podem jámais despojar essa Nação da faculdade, e invariavel direito, que sempre conserva, de revêr suas leis fundamentaes, de rectificar seus primeiros passos, de melhorar a fôrma do seu Governo, de prescrever-lhe justos limites, e de fazelo util á collecção dos associados. A propria Nação inteira, se em massa podesse exercitar os poderes do Governo, não os teria illimitados; porque nenhuma sociedade poderia rasoavelmente querer,

aprovar, auctorisar a sua propria infelicidade, e commum desgraça.

Eis-aqui pois os verdadeiros principios que dirigirão os Portuguezes ; que os constituirão na indispensavel, e absoluta necessidade de levantarem unanimes a voz, não para offenderem, ou menosprezarem o seu Principe ; não para o despojarem, ou á sua Augusta Casa dos direitos que por tantos titulos, e mui especialmente por sua bondade, clemencia, e amor de seus povos, tem adquirido sobre os corações de todos elles ; não, em fim, para collocarem sobre o Throno a licença, a immoralidade, e a absurda, e barbara anarquia : mas sim para darem a esse Throno as bases solidas da Justiça, e da Lei ; para o libertarem das insidias da lisonja, dos laços da ambição, das astucias da arbitrariedade ; para o fazerem firme, sem poder ser injusto ; para o pôrem a igual distancia dos excessos violentos do despotismo tyrannico, e da frouxidão não

menos funesta do negligente, e inerte desmazelo.

Forão estes os votos de todos os Portuguezes, quando proclamáram a necessidade de huma *Constituição*, de huma Lei fundamental, que regulasse os limites do Poder, e da Obediencia; que afiançasse para o futuro os direitos, e a felicidade do Povo; que restituisse á Nação a sua honra, a sua independencia, e a sua gloria; e que sobre estes fundamentos mantivesse firme, e inviolavel o Throno do Senhor D. João VI., e da Augusta Casa, e Familia de Bragança, e a pureza, e esplendor da Religião Santa, que em todas as épocas da Monarquia tem sido hum dos mais prezados timbres dos Portuguezes, e tem dado o mais nobre lustre a seus heroicos feitos.

Debalde se pretende calumniar este generoso esforço, qualificando-o de *inovação* perigosa. Os homens doutos, e imparciaes, versados na Historia

das Nações, sabem que em todas as idades os povos opprimidos reconhecerão o mesmo direito, e o empregarão ainda com maior amplitude. A mesma Historia de Portugal subministra exemplos disso, e a actual Casa Reinante a hum semelhante esforço deve a sua exaltação, e a sua mais distincta gloria. Se a moderna Filosofia creou o systema scientifico do Direito Publico das Nações, e dos Povos, nem por isso inventou ou creou os direitos sagrados, que a propria mão da natureza gravou com caracteres indeleveis nos corações dos homens, e que tem sido mais ou menos desenvolvidos, mas nunca de todo ignorados.

Os Portuguezes deraõ o Throno em 1139 ao seu primeiro inclito Monarca, e fizeram nas Cortes de Lamego as primeiras Leis Fundamentaes da Monarquia.—Os Portuguezes deraõ o Throno em 1385 a ElRei D. Joaõ I., e lhe impozeraõ algumas condições,

que elle aceitou, e guardou.—Os Portuguezes deraõ o Throno em 1640 ao Senhor D. João IV., que tambem respeitou, e guardou religiosamente os foros, e liberdades da Nação.—Os Portuguezes tiveraõ sempre Cortes até 1698, nas quaes se tratavaõ os mais importantes negocios relativos á Politica, Legislação, e Fazenda: e neste periodo, que abrange a mais de cinco seculos, os Portuguezes se eleváraõ ao cume da gloria, e da grandeza, e se fizeraõ acredores do distincto lugar, que a despeito da inveja, e da parcialidade haõ de sempre occupar na Historia dos Povos Europeos. O que hoje pois querem, e desejaaõ não he huma innovação: he a restituição de suas antigas, e saudaveis instituições corrigidas, e applicadas segundo as luzes do seculo, e as circumstancias politicas do mundo civilizado: he a restituição dos inalienaveis direitos, que a natureza lhes concede, como concede a todos

os Povos ; que os seus maiores constantemente exercitáraõ, e zeláraõ ; e de que sómente ha hum seculo foraõ privados, ou pelo errado systema do Governo, ou pelas falsas doutrinas, com que os vís aduladores dos Principes confundíraõ as verdadeiras, e sãs noções do Direito Publico.

O nome de *rebellião*, a qualificação de *illegitimidade* tem sido igualmente empregados para com elles se manchar a gloria dos Portuguezes, para se fazerem odiosos os seus patrioticos movimentos, para se attribuir a crime a sua nobre ousadia. Mas a *rebellião* he a resistencia ao poder *legitimo*, e não he legitimo o poder, que não he regulado pela Lei, que se não emprega conforme a Lei, que não he dirigido ao bem dos governados, e para felicidade delles.—Não he *illegitimo* senão o que he *injusto*, e não he injusto senão o que se pratica sem direito ; ou contra direito.

Com semelhantes denominações

pretendeo Filippe IV. infamar perante as Cortes da Europa o glorioso levantamento dos Portuguezes em 1640. A justiça prevaleceo: o Senhor D. João IV. deixou de ser *rebelde*, e *usurpador*: os Portuguezes, que o fizeram Rei, foram heroes benemeritos da Patria: e a Augusta Casa de Bragança começou a fazer as delicias da Nação.—Não pretendemos fazer o parallelo dessa época com a actual em todas as suas circumstancias. Estamos mui longe de pretender comparar o character de El Rei D. Filippe IV. com o do Senhor D. João VI.; os sentimentos do primeiro para com os Portuguezes, com as virtudes que elles mesmos reconhecem no segundo, e com o amor, e benevolencia de que lhe são devedores. Mas nem por isso he menos certo que a Nação soffria ao presente a mesma pobreza, a mesma decadencia, os mesmos vicios, e a mesma oppressão que naquella época.—Os seus direitos são

os mesmos. — O desenvolvimento delles, que entãõ se reputou legitimo, não póde hoje ser criminoso.

NOTA 21.

*Os que attribuem esse desenvolvimento, nas circumtancias actuaes de Portugal, a effeitos de huma *facção*, honraõ por certo em demasia este nome: porque nunca houve *facção* alguma nem taõ sagrada nos seus motivos, nem taõ desinteressada nas suas intenções, nem taõ moderada nos seus procedimentos, nem taõ unanimemente desejada, approvada, applaudida. Nunca houve *facção* alguma, que no curto espaço de trinta e sete dias mudasse a face de huma Nação inteira, e de huma Nação, que se préza de religiosa, e leal, sem derramar huma só gota de sangue; sem dar lugar a hum só insulto contra a auctoridade, a hum só ataque contra a propriedade publica ou individual; sem occasionar a mais ligeira desgraça, ou desordem, ou ainda qualquer desagradavel accidente. Nunca

houve facção alguma, que com tão justa razão excitasse a admiração, e merecesse o applauso dos estrangeiros, que a viraõ começar, que observáraõ o seu progresso, e o seu espirito, e que não podem deixar de render a devida homenagem ao caracter nobre, generoso, e pacifico dos Portuguezes, assim como muitas vezes lamentavaõ a sua triste decadencia, e infeliz situaçaõ.

A' vista de tudo o que fica substanciado, não podem os Portuguezes duvidar de que os seus patrioticos movimentos hajaõ de merecer, não só a mais favoravel consideração, mas até justo louvor, tanto na opinião publica das Nações illustradas, como na dos Gabinetes dos Soberanos, que regem os differentes Povos da Europa.

Seria por certo bem doloroso para a Nação Portugueza, que grandes, e poderosos Monarcas, com quem ella tem mantido em todos os tempos relações amigaveis, fiel, e religiosa-

mente guardadas, e respeitadas, abussassem agora do seu poder, e superioridade para subjugala, e impôr-lhe leis; ou empregassem a sua influencia para reprimir o nobre, e ousado esforço de hum Povo sobejamente humilhado, e infeliz, o qual achando-se impossibilitado, pela sua situação geographica, de estender o seu poder, de dilatar-se em conquistas, de perturbar os outros povos na livre e pacifica fruição de seus direitos, e de suas instituições, sómente pôde intentar, e sómente intenta em realidade melhorar a sua sorte; reformar a sua interna administração; recobrar os direitos sagrados que a natureza lhe concedeo, de que já gozou, e de que nenhum poder a deve despojar; e finalmente restituir á Coroa do seu Augusto Principe a independencia, o esplendor, e a gloria, que em mais felices idades constituíraõ o seu melhor ornamento.

Nunca a Nação Portugueza se in-

trometteo nos negocios internos das outras Nações da Europa. Ella reconhece, e respeita os direitos que competem aos povos independentes, e deve esperar que tambem sejam reconhecidos, e respeitados os que ella mesma tem por igual razão. Como poderia pois ver sem grande magoa, que postergados a seu respeito estes direitos, se abusasse do poder, e da força para a conservar na humilhação, e no abatimento, para aggravar mais a sua desgraça, para a fazer victima de hum poder illimitado, e arbitrario, e para roubar-lhe o distincto lugar, que pelas eminentes qualidades de seus habitantes lhe cabe entre as Nações civilizadas? Por ventura aquelles mesmos, que ha pouco desdenhavaõ a Nação Portugueza pela sua decadencia, e quasi a queriaõ relegar para a costa fronteira de Africa, intentarão agora forçála a permanecer nesse estado de abjecção?

A reconhecida prudencia, sabedoria,

e magnanimidade dos Principes da Europa; o respeito que elles professão aos sevêros principios da Moral Publica, e da imparcial Justiça; a justa deferencia á opiniaõ geral dos homens livres de todas as Nações, e até a particular consideraçaõ, que ha de merecer hum Povo illustre, a quem o mundo moderno deve em grande parte a sua civilizaçaõ, e os seus progressos, são em verdade motivos de segura confiança para a Naçaõ Portugueza, e que lhe não permittem duvidar das disposições pacificas dos Soberanos, que á face da Europa tem posto por base de seus procedimentos as santas maximas da fraternidade universal, taõ recommendada no Codigo Sagrado do Evangelho.

Com tudo, se a despeito de todas estas considerações se acharem frustradas as esperanças dos Portuguezes, elles depois de invocarem o Supremo Arbitro dos Imperios, como testemunha de suas intenções, e como

auxiliador da justiça da sua causa, empregarão em sua justa, e necessaria defeza todos os meios, e forças que tem á sua disposição: elles sustentarão seus direitos com toda a energia de hum povo livre, com todo o enthusiasmo, que inspira o amor da independencia. Cada Cidadão será Soldado para repellir a aggressão iniqua, para manter a honra nacional, para vingar a patria ultrajada: e em ultimo recurso elles verão antes talar seus campos, devastar suas provincias, reduzir a lastimosas ruinas suas habitações, e exterminar o nome Portuguez, do que hajaõ de submetter-se a hum jugo estrangeiro, ou receber a lei de Nações, que lhe são na verdade superiores em forças, e poder, mas não em honra, e dignidade.

Jámais deixa de ser livre hum povo que o quer ser. Este principio adoptado em theoria, he derivado da natural elasticidade do coração humano, e comprovado com factos illustres dos nossos dias. Os Gabinetes

da Europa são assás illustrados para avaliarem até que ponto se podem desenvolver os recursos de hum Povo honrado, e brioso, quando se vê atacado iniquamente em seus mais sagrados direitos, e quando pugna pela sua liberdade, e independenciã. Os acontecimentos recentes da ultima guerra mostráráo á Europa admirada, que o character nacional dos Portuguezes não havia degenerado do que fôra no tempo dos Romanos, e dos Arabes, e em épocas mais modernas, e não menos gloriosas. Elle se desenvolveria pois com igual energia e constancia, quando este Povo illustre pugnassem por tudo o que huma Nação sizuda e grave pode reputar de seu mais verdadeiro e solido interesse. *O Povo Portuguez terá huma justa liberdade, porque a quer ter:* mas se por extrema infelicidade lhe não couber em sorte conseguir esta ventura, será antes destruido, do que vencido ou subjugado. Nenhum de

seus concidadaõs sobrevivirá ás ruinas da sua Patria; ás ruinas da publica felicidade. Mas attentem os Monarcas e os Povos, que a injustiça e a immoralidade de huma guerra, por mais felices que sejaõ apparentemente os seus resultados, nunca deixa de ser punida, cedo ou tarde, pelas Leis invariaveis da Ordem eterna que o Supremo Arbitro do mundo prescreveo a todos os seres, e ás quaes não póde esquivar-se nem a força, nem a grandeza, nem poder algum sobre a terra.

Lisboa, 15 de Dezembro de 1820.

NOTAS AO MANIFESTO

(Verdadeiro ou apocrypho)

DA

NAÇÃO PORTUGUEZA

AOS

SOBERANOS E POVOS DA EUROPA.
~~~~~

SE este Manifesto da Nação Portuguesa não he verdadeiro, ao menos he longo. Encarregou-se o Author de fazer as Razões, por parte da Nação, na demanda que ella hoje tem com o Seu Soberano, e gastou no Arrazoadado oito grandes paginas de papel impressas!

Todos sabemos que, se hum povo inteiro, ou quasi inteiro, tem a desgraça de vir a litigar com o seu Rey, as culpas devem ser reciprocas, e que não ha tribunal onde ellas se

julguem senão o da força, ou do acaso; e portanto, que não pode haver justiça onde não ha ley positiva, nem quem tenha o direito de a applicar!

A sentença com que o Author termina a sua Allegação, que "*jamais deixa de ser livre hum povo que o quer ser,*" não he huma verdade historica tão constante como elle a faz soar. Se o Author entende, *livre de hum jugo estranho*, a tentativa sahiu bem aos mesmos Portuguezes em 1640, e em 1808: aos Hollandezes; aos Americanos do Norte; aos Suissos e aos Suecos, em tempos mais remotos; e até aos Genovezes, não ha muito tempo: mas sahiu mal aos Corsos; aos Polacos; aos Hungaros; aos Florentinos, &c. &c.

Se elle entende, *livre na forma de governo*; a historia não he tão explicita a este respeito. Sahiu mal a tentativa, por seculos, aos Inglezes; sahiu-lhes bem a final; e neste artigo são elles, por excellencia, a nação



mais livre, ou a que mais tempo o tem sido : porèm sahio mal aos Francezes por muito annos a fio, e ainda não he bem claro como lhes sahirá ; sahio mal aos Italianos &c. &c. &c., logo o aphorismo com tanta emphasi pronunciado, “ *o povo Portuguez terá huma justa liberdade, porque a quer ter,*” não he hum axioma historico.

Posto, portanto, o Author a direito sobre esta sua mal fundada confiança, volto ao meu raciocinio moderado ; e como o Author dá as culpas ao governo de Sua Magestade, direi eu algumas da nação, sem o minimo intento de a calumniar, ou de defender o governo precedente : mas no verdadeiro espirito do Christianismo, para inculcar ao REY e ao Povo a necessidade de re-entrar em si mesmos ; de fazerem hum bom exame de consciencia e hum acto de verdadeira contrição ; de sorte que, depois de bem confessados, communguem em paz e bôa harmonia !

I.—“ *A Nação Portuguesa, animada do mais sincero e ardente desejo de manter as Relações Politicas e Commercias que até agora a tem ligado a todos os Governos e Povos da Europa,*” &c. &c.

AD. I.—Tanto peor ; porque esse erradissimo systema (se tal nome se lhe pode dar) de *relações commerciaes que até agora a tem ligado a todos os Governos e Povos da Europa*, tem sido, ha seculos, huma das causas mais efficazes da sua ruina e do seu atrazamento, e he presentemente a causa immediata do maior damno que soffre o Reyno de Portugal, depois do que se chamou a *Emancipação do Brazil!* Tanto peor ; direi eu ainda ; porque, pondo de parte a questã principal, hum dos resultados da Insurreiçã, que mais nos-poderia reconciliar com ella, seria a abolição d’esse erradissimo systema, que a Monarchia nunca soube, nunca poudé, ou nunca quis

AD. 1. abolir, por mais que lhe fosse representado e provado o prejuizo que d'elle resultava. Os Democratas Portuguezes teriam occasião de blasonar, como outrora, e a outros respeito, fizeram os Democratas Francezes, dizendo, que elles tinham conseguido o que a Monarchia nem sequer ousara emprehender.

---

II.—“ *A estima e a consideração, que nunca se recusou ao character leal e honrado dos Portuguezes,*” &c. &c.

AD. 2. AD. 2.—Mui poucos livros estrangeiros, anteriores à ultima guerra, deve ter lido o Author d'este Manifesto, se realmente ignora, que nenhuma nação da Europa tem sido mais calumniada e injuriada do que a Portugueza. Se o Author quer espirrar para o ar, aconselho-lhe que busque alguns livros de geographia, Francezes ou Inglezes, anteriores, como já disse, à ultima guerra, e 'nalgum

d'elles achará a phrase, que, “ tirando AD. 2.  
a hum Hespanhol todas as qualidades  
bôas que tem, fica hum Portuguez!”  
Foi, até a ultima guerra, tão geral,  
tão nauseante, este injusto vituperio  
da Nação Portuguesa, que passou  
por hum grande elogio o que lhe fez  
*M. de Bourgoing*, na sua edição da  
*Viagem do Duque de Chatelet a Por-*  
*tugal*: “ Esta Nação (diz M. de B.)  
na qual o valor parece a unica quali-  
dade que resistiu ao entorpecimento  
que se apoderou de todas as outras  
suas faculdades,” &c. Este conceito,  
que aos Francezes arrancou a amos-  
tra do pano dada em miniatura no  
Roussilhaõ, he todavia pouco lison-  
geiro em tudo o que não he *valor*  
*nacional*.

Quer talvez o Author do Manifesto  
fazer-se de novas como se ignorasse a  
difficuldade que houve em 1808 e  
1809, não já para fazer acreditar a  
prophecia do que havia de ser o bri-  
lhante exercito Portuguez, mas até



AD. 2. para persuadir à nação Inglesa, que faria bem de dispender algum dinheiro com as tropas Portuguezas, para a ajudarem na grande lucta da Peninsula! Com tudo, estes factos são notorios, e acham-se impressos em muitos livros! E não fizeram quanto poderam os partidistas Francezes em Portugal, para acreditar este injusto conceito, e illudir o Soberano, tornando ridicula toda a idea de resistir à França!

III.—“ *Toda a Europa sabe as extraordinarias circumstancias que, no anno de 1807, forçaram o Senhor Dom João VI., então Principe Regente de Portugal, a passar com a Sua Real Familia aos Seus Dominios transatlanticos; e posto que esta resolução se julgou então da mais reconhecida vantagem para a causa geral da Liberdade Politica da Europa,*” &c. &c.

AD. 3

AD. 3.— E porque se julgou então

assim? Porque nos doze annos precedentes viu a nação Portuguesa constantemente preferir, pelo seu governo, o partido vil e destructivo de *comprar a paz por dinheiro*; e não só não levantou a voz contra esta abominação, mas antes deu signaes de consentir 'nella; porque, todos quantos Portuguezes levantaram a voz, todos tractaram de doidos e cabeças esquentadas a Dom Rodrigo de Sousa, e a meia duzia de pessoas que pensavam como elle, e que clamavam, que no partido do *valor e do brio nacional* estava o verdadeiro interesse da Nação, e a segurança do Throno.

AD. 3.

IV.—“*Em tão apurada crise, este Povo heroico. . . . .*”

AD. 4.—Este elogio não he verdadeiro e bem merecido senão, se por *Povo* se entendem exclusivamente as pessoas mais proximas à plebe, ou povo miudo; porque todas as classes

AD. 4.

AD. 4. hum pouco mais elevadas, e que em todo o reyno hum pouco organizado se chamam, abaixo do Soberano, os orgãos da nação e de todos os tres estados, consentiram nos actos que lhes impôs o General JUNOT. Se o amor da paz aconselha que se guarde silencio sobre esta epocha de dolorosa memoria, a prudencia ensina a não consentir louvores não merecidos, porque isso pode induzir em erro e ter graves consequencias.

---

V.—“ Qual fosse porém a situação  
“ interna de Portugal, depois de circum-  
“ stancias tão novas, de esforços tão ex-  
“ traordinarios, e de hum transtorno tão  
“ universal e transcendente, mais facil  
“ he concebê-lo do que exprimê-lo . . . .”

AD. 5. AD. 5.—O que o governo deveria ter feito, ao mais tardar, na epocha da paz geral, em 1814, quando nenhuma duvida havia já da restauração do reyno ao Seu Legitimo Soberano,

he hum triste, mas bello, assumpto, AD. 5.  
que não daria muito gosto aos Parti-  
distas Francezes, de que a Nação  
Portugueza está inficionada, se fosse  
tractado com verdade e conhecimento  
de causa. He 'nesse tempo que elles  
tornaram a vir ao de sima d'agua,  
exactamente o momento em que a  
ruindade do papel, que elles tinham  
feito 20 annos a fio, estava demon-  
strada rigorosamente. Mas como  
este não he o meu objecto agora, con-  
tentar-me-hei de seguir o Author  
d'este Manifesto.

---

VI.—“ *A ruina da sua povoação,  
“ começada pela emigração dos habitantes,  
“ que seguiram o seu Principe, ou pro-  
“ curaram escapar-se à suspeitosa des-  
“ confiança ou à perseguição systematica  
“ do inimigo, augmentou-se pelas duas  
“ funestas invasões de 1809 e 1810, e  
“ pelas perdas inevitaveis de hum dila-  
“ tada e profiosa guerra de sette annos,”  
&c. &c.*



AD. 6. AD. 6.—Adiante volta o Author a este assumpto para queixar-se da falta que fazem alguns milhares de soldados mandados para o Brazil. Eu voltarei tambem com o Author : mas entre tanto reparo que entre tantas perdas que aponta, somente lhe esquece a dos doze mil homens *nominaes* (a) que Junot mandou para França, dos quaes em 1814 não restavam vivos, afora alguns officiaes, senão 500 e tantos soldados, que, a requerimento do Embaixador de Portugal, restituiu o Governo Provisorio de França, e foram mandados reunir ao exercito Portuguez que estava no sul da França. Todos os mais tinham perecido nas guerras da Austria e em Russia. Esta perda, com tudo (e tal qual he) foi perda absoluta, sem compensação; em quanto os 5000 homens que fôram para o Brazil, ou voltaraõ,

---

(a) Digo *nominaes*, porque a França não sei se chegaram seis mil : o resto desertou em Portugal e em Hespanha.

se a palavra dada fôr guardada, ou AD. 6.  
ficaraõ servindo em outro ponto da  
Monarchia. Porèm, muito pouco  
tem lido o Author se ignora, que he  
facto demonstrado pela experiencia  
constante de todas as Nações que  
soffreram perdas extraordinarias de  
povoação, por alguma extraordinaria  
calamidade, como a que Portugal  
soffreu em 1810 e 1811, que he huma  
observação constante, digo, que a na-  
tureza refaz essas perdas com huma  
extraordinaria promptidaõ: de sorte  
que, se outro tanto não succeder em  
Portugal, he signal que alli ha causas,  
independentes d'essa calamidade, que  
se oppõem à multiplicação da Especie  
humana: e sendo assim, d'essas  
causas antigas e permanentes devia  
queixar-se, o Author, mais do que do  
extraordinario flagello que affligiu o  
Reyno de Portugal em 1810 e 1811.  
Mas sobre este assumpto da povoa-  
ção do Reyno, apenas se pode ouvir  
fallar os Portuguezes sem lhes dar

AD. 6. huma risada. Até ha poucos annos, tanto o Governo como a Nação, ignoravam litteralmente o que ella era, e ninguem pensou em o averiguar. J. J. Soares de Barros foi o primeiro que, nas Memorias da Academia das Sciencias, se occupou sèriamente d'este assumpto; e fiado na Lista dos Fogos que mandàra tirar o Intendente Geral da Policia, Diogo Ignacio de Pina Manique, orçou-a, exaggeradamente, em perto de *quatro milhões*, em quanto, com pouca differença de tempo, dois outros socios, D. Vandelli, e A. Henriques da Silveira, a estimaram hum em *dois milhões*, e outro em *dois e meio*! Finalmente, em 1801, D. Rodrigo de Sousa mandou tirar hum Censo Geral, e achou huma povoação de perto de *tres milhões*. Este he o unico Censo que existe; e posto que se poderá suppor inferior à verdade, como são sempre os primeiros que se fazem, com tudo he a unica base de todos os calculos que se podem fazer. As

Listas foram impressas no No. 1 do Investigador Portuguez. No discurso Preliminar que acompanha estas Listas se prova que a povoação deveria ser a mesma em 1737, quando o Marquez d'Abrantes deu algumas Listas imperfeitas, que tinha mandado tirar, a D. Luiz Caetano de Lima, que as inseriu na sua Geographia. Se a povoação em Portugal foi estacionaria de 1737 a 1801; isto he, em mais de 63 annos, não he muito de admirar que Fransini achasse ou calculasse quasi a mesma em 1815, depois de todas as perdas da guerra e da invasão de Massena. Logo, sobre este assumpto, outras queixas devia fazer o Author, e muito differentes das que faz.

---

VII.—“ *Pela illimitada franqueza  
“ concedida aos vasos estrangeiros em  
“ todos os Portos do Brazil.*”

AD. 7.—E quem dictou a Carta AD. 7.



AD. 7. Regia, publicada na Bahia poucos dias depois que S. A. R. alli arribou, em 1808 ? que foi a que concedeu essa illimitada franqueza em todos os Portos do Brazil, não somente aos Vasos, mas aos Generos e Negociantes de todas as Nações amigas a par dos Nacionaes, sem restricção do presente, nem reserva para o futuro: em huma palavra, a que concedeu às Nações amigas, sem que ellas o pedissem, tudo o que depois da mais renhida negociação, e a troco das maiores vantagens promettidas, não se devia conceder nunca ? Quem aconselhou a S. A. R, esta resolução pomposamente chamada a Emancipação do Brazil, senão a indifferença habitual dos Portuguezes para tudo o que he objecto de utilidade publica, e a consequente ignorancia, quasi geral, dos interesses mais preciosos da sua Patria ? Alli não havia Agente Estrangeiro, que de officio ou de inclinação suggerisse ou influisse em

tal determinação. O unico Secretario AD. 7.  
d'Estado que se achava juncto a  
S. A. R. 'naquelle momento era D.  
Fernando de Portugal, depois Mar-  
quez de Aguiar; e por mais igno-  
rante que fosse este fidalgo em simil-  
hantes materias, não faltaria quem o  
fizesse reflectir na absurda latitude  
da concessão, se a ignorancia não  
fosse tão geral!

Pediram os Negociantes da Bahia  
o que S. A. R. de si mesmo havia de  
ordenar; quero dizer, a abertura dos  
Portos do Brazil ao Commercio Es-  
trangeiro; ninguem se lembrou que  
nos proprios e nos alheios portos haveria  
competencia no tractamento dos Vasos,  
Generos e Negociantes; que alguma  
reserva era necessaria ao menos para  
assegurar a reciprocidade alheia. Os  
Conselheiros de S. A. R. realisaram  
'naquelle momento, em pleno, o con-  
ceito que expressou hum fidalgo  
Portuguez notavel, a quem lhe acons-  
elhava certa economia para a Fazenda

AD. 7. Real: “ Faz Vm<sup>ce</sup> muito bem de pensar ’nisso, porque he coisa em que ninguem pensa.”

Mas não parou aqui o damno. Chegaram ao Cabo Frio os primeiros Navios Inglezes, expedidos de Inglaterra em 1808, em comboio: hiam munidos com Licenças ajustadas com o Inviado de S. A. R. em Londres, e de intelligencia com o Ministerio Britannico, nas quaes os Negociantes Inglezes se sujeitavam a todas as restricções de Portos, de Generos, de Direitos, de Manifestos, de Certidões de descarga, e de Fianças que S. A. R. exigisse: Não se fez caso algum d’estas concessões; admittiram-se todos os Navios e Generos em todos os Portos sem condição alguma, nem differença dos Nacionaes! Parece como se a precisaõ e a ancia de arrecadar os direitos de entrada nas Alfandegas fosse o unico principio que regulasse o Commercio Estrangeiro! E quem reduziu o Soberano do Brazil

a taõ lastimoso estado de penuria, se não os Partidistas Francezes, que até o ultimo instante que S. A. R. poudes ficar em Portugal, lhe aconselharam, e fizeram dar aos Francezes todo o ouro e diamantes que tinha! E como podiam prevalecer taõ perniciosos conselhos, se não fossem ajudados da ignorancia geral, e do inerte consentimento da Nação 'neste fatal systema dos Tractados Pecuniarios com a França! O mais exaggerado Realista, e mais enfastiado, por experiencia propria, da turbulencia e verdadeiro despotismo arbitrario dos Democratas, não pode pertender que todos os Reys, nascidos para o ser, tenham o character dos Senhores Reys Dom João I, Dom João II, e até do Senhor Rey Dom José I, que, em 1762, respondeu officialmente, "que antes veria cahir a ultima telha do seu Palacio, do que consentir nas proposições ignominiosas da Hespanha, e da França." Qualquer d'estes Soberanos

AD. 7.



AD. 7. teria resistido em 1796, e até em 1801 ; mas he mais que problematico, se, apparecendo de repente algum d'elles sobre o Throno em 1807, conseguiria mover a Nação a resistir com a necessaria energia, entorpecida como ella estava, com doze annos de inercia, e consentimento 'neste systema de abatimento ; e acostumada a mofar de todos os que lhe aconselhavam a resistencia à França.

Ninguem me accuse de calumniar a Nação, ou me diga que ella hoje não pensa vilmente como os partidistas Francezes. Eu observo que os maiores Democratas Francezes actualmente, alias os Ultra-Liberaes, foram os maiores aduladores e mais servís instrumentos de Buonaparte. Porque não succederá o mesmo em Portugal? Reentre a Nação em si mesma ; lembre-se do que ha passado, e melhor se governará para o futuro.

VIII.—“ *Pelo desastroso Tractado de*  
“ 1810 . . . . .”

AD. 8.—D'este Tractado parece-me que se pode dizer o que hum Inglez, vindo de Lisboa no fim de 1808, dizia da primeira Regencia que se formou depois da Convenção de Cintra (Deus sabe como), e que o General Dalrymple declarou, na sua Proclamação, sustentaria à ponta da espada: “ Que faremos nós com esta Regencia, a que ninguem faz, se quer, hum comprimento!” (Não sei se he bem traduzido, “ *does not say a good word.*”) Que faremos nós com este Tractado, que no espaço de dez annos não houve animo para annullar, ou para discutir, que seria o mesmo! Os que não gostarem d'elle não tem senão, antes que chegue o anno de 1825, declará-lo morto e enterrado; ou, nos termos que o mesmo Tractado indica, declarar suspensos humaduzia de Artigos d'elle, e dizer à Gram

AD. 8.

AD. 8. Bretanha o que se aconselhou a S. A. R. que lhe dissesse em 1809, quando o primeiro Tractado foi rejeitado em Londres: “ Eu compri com “ a minha palavra: fiz hum Tractado “ de Commercio com hum Ministro “ munido de vossos Plenos-Poderes e “ Instrucções, e ratifiquei-o antes de “ saber da vossa resolução! Vós re- “ jeitaste-lo! Nova Negociação trará “ novas difficuldades: Eu não neces- “ sito de Tractado algum para favo- “ recer o vosso Commercio: Fiai-vos “ no reciproco interesse, e na expe- “ riencia do passado.”

Este conselho não agradou; fez-se segundo Tractado, dividido em dois, hum de Alliança, e outro de Commercio. O primeiro foi abolido em Vienna, em 1815; o segundo ficou em pé: e como eu o não fiz nem aconselhei, presumo que ninguem levará a mal se eu lhe fizer aqui o que não se fez à primeira Regencia; *hum* *cortesia, ao menos!*

Com que cara, ou com que desca- AD. 8.  
ramento se imputam a este Tractado  
os males que resultaram da *Carta*  
*Regia*, pomposamente chamada a  
*Emancipação do Brazil*, promulgada  
dois annos antes, que foi a que con-  
cedeu gratuitamente a todos os Es-  
trangeiros os mesmos direitos que aos  
Nacionaes!

He mister que a Nação Portuguesa  
saiba, ou reflecta seriamente (se o não  
sabe) que sempre esteve e está infi-  
ccionada com a seita dos Partidistas  
Francezes, que a precipitaram; os  
quaes agora talvez se darão por  
grandes patriotas, como acontece em  
França com os Ultra-Liberaes.

Todas estas vozerias contra o Trac-  
tado de 1810, são menos os justos  
clamores dos interessados, do que a  
ancia dos Partidistas Francezes, de  
achar algum erro notavel ao seu an-  
tagonista principal, o Conde de  
Linhares, que viram triumphante de-  
pois de ter, com muita verdade, pro-



AD. 8. phetisado doze annos a fio, que elles precipitariam a Monarchia, como de facto precipitaram. De facto, os erros e os damnos do Tractado são em theorica; na practica teria acontecido o mesmo se o não houvesse. As vantagens que a forma de governo, &c. &c. &c. dão aos Inglezes em todo o mercado que se lhes abre com paridade de condições são taes, que nenhuma Nação lhes sabe resistir senão com prohibições. E que se lhes havia de prohibir em 1810?

Pela Carta Regia de 1808 estavam os Inglezes de posse gratuita de tudo quanto o Tractado lhes deu *de jure*; excepto a redução dos direitos da Alfandega, de 24 a 15 por cento: redução que, considerando a vasta extensão de Costas do Brazil *naõ guardadas*; Alfandegas infielmente administradas; a necessidade de alterar as antigas Pautas, e alterar as avaliações, todas muito baixas, menos se pode considerar como damno do que bene-

ficio, se se reflectir que o risco do AD. 8.  
Contrabando foi 'nesse tempoavaliado  
em 15 p. c. Ah! se a sombra de D.  
Rodrigo de Sousa podesse ouvir estes  
clamores, e, erguendo-se do tumulto  
em que jaz, perguntasse:—" De que  
" me accusais, Portuguezes! fui eu,  
" porventura, quem vos fez perder a  
" Navegação e o Commercio exclu-  
" sivo do Brazil? Eu, que o achei  
" perdido em 1796, andando entregue  
" sem defesa à depredação dos Navios  
" de Guerra e Corsarios Francezes, e  
" que intrando então no Ministerio,  
" vo-lo restitui bem depressa inteiro,  
" seguro, e florecente? Eu, que,  
" desejando o meu collega poupar a  
" despeza que se fazia com a Marinha  
" de Guerra, em vez de reformar os  
" abusos e melhorar a arrecadação  
" das Rendas Publicas, como eu  
" propunha, e imaginando o projecto  
" de pedir à Inglaterra que desse  
" comboio às nossas frotas (ao que

AD. 8. “ ella promptamente annuiu, bem  
“ certa que assim lhe davamos o com-  
“ mercio do Brasil quasi gratuita-  
“ mente)—me puz sò em campo con-  
“ tra todos os Autores deste projecto,  
“ e vos salvei a vossa Marinha, e o op-  
“ probrio Nacional? e talvez desde  
“ essa epocha remota vos evitei a  
“ perda que agora experimentais da  
“ navegação exclusiva do Brasil!

“ Eu que sempre sustentei a dou-  
“ trina, que na resistencia energica às  
“ proposições ignominiosas da França  
“ estava a unica segurança do Throno,  
“ e o verdadeiro interesse da Nação?  
“ —Eu que antecipei no meu con-  
“ ceito os triumphos que depois vós  
“ alcançastes, com tantos trabalhos,  
“ e tão penosos sacrificios?—Por que  
“ não vos reunistes todos comigo à  
“ roda do Throno, para o defender na  
“ Europa em 1796, 1797; em 1801,  
“ 1803, e 1807.

“ Não teria sido forçada a Emigra-

“ção da Corte para o Brasil, não      An. 8.  
“teria havido o Tractado de Com-  
“mercio de 1810!

“§ Não fui eu, foram os Partidis-  
“tas Francezes que indirecta e de-  
“sastradamente abriram aquelles  
“Portos aos Estrangeiros, (b) e for-  
“çaram o Tractado de Commercio!  
“Elles mesmos hê que o prometteram.  
“aos Inglezes, ainda de Lisboa, para  
“obter o seu consentimento na funesta  
“e pueril experiencia da clausura  
“dos Portos!

“Se (jà no Brasil) em 1809 e  
“1810, eu pensei que era neces-  
“sario conceder muito aos Inglezes  
“(e não ha que lhes conceder senão  
“commercio) foi em vosso obsequio,  
“para os empenhar a vos auxiliar,  
“como fizeram!—Eu não tive a for-

---

(b) Haveria tal hypothese em que por escolha, e sem violencia devessem abrir-se os portos do Brasil ao Commercio Estrangeiro, mas nunca do modo por que se fez em 1808. Esta hypothese, a meu juizo, seria a mudança total de principios de Governo debaixo de hum, que não fosse revolucionario.



AD. 8. “ tuna de poder influir na Adminis-  
“ tração da Fazenda Real no Brasil ;  
“ o Erario Regio foi alli administrado  
“ ainda peor que o de Lisboa: O  
“ Brasil nada poudes fazer por essa  
“ razão, somente, para vos ajudar !  
“ Onde acharia eu para vós o equiva-  
“ lente dos 40 mil Inglezes, das 300  
“ Embarcaçoens de Guerra, dos 2  
“ milhoens esterlinos, para pagar o  
“ vosso brilhante Exercito, dos 20  
“ milhoens esterlinos que a Gram  
“ Bretanha despendia com a guerra  
“ da Peninsula, alem de todo o ap-  
“ parato bellico, dos officiaes, e dos  
“ petrechos que vós faltavam ?

“ Nada disto teria sido necessario  
“ em 1796, 1797, etc. ou hum mode-  
“ rado Corpo Auxiliar Inglez teria  
“ bastado para repellir (que digo ?)  
“ para afastar dos Francezes toda a  
“ idea de vos invadir ; e podeis vós  
“ duvidar que, se eu tivesse sido ou-  
“ vido, e apoyado, teria desde 1796  
“ posto o vosso Exercito, e o vosso

“ Erario em estado de zombar dos AD. 8.  
“ ameaços do Directorio, e de Bona-  
“ parte?

“ Mas não se limita a minha defesa  
“ a provar, como provei, que o Tra-  
“ tado de Commercio de 1810 foi im-  
“ posto a S. A. R. pelo peso das cir-  
“ cumstancias, e que estas foram  
“ trazidas pelos erros que os Partidis-  
“ tas Francezes fizeram commetter,  
“ nos doze annos precedentes, em  
“ Portugal.—Eu quero hir ao encon-  
“ tro de todas as criticas que se me  
“ podem fazer!—Eu quero confessar,  
“ que m'enganei no conceito que  
“ formei da generosidade do Minis-  
“ terio Inglez, não tendo visto de  
“ perto as molas porque elle se move;  
“ dei credito mais do que devia às  
“ suas protestaçoens, e à jactancia  
“ hypocritica de seus escritores.  
“ Não me lembrei que os poderosos  
“ servem-se de duas medidas, huma  
“ para prometer, outra para cumprir;  
“ e não reflecti que em materias de

AD. 8. “ commercio o Governo Inglez tem  
“ Breve que o dispensa de tratar as  
“ outras Naçoens com lizura e since-  
“ ridade: porem eu já tinha percebido  
“ o engano, quando a morte m’arreba-  
“ tou violentamente em Janeiro de  
“ 1812.—O Tractado tinha então pouco  
“ mais de anno e meio de idade, e já  
“ as discussões sobre sua intelligencia  
“ eram vivissimas.

“ Revolvei os vossos archivos, e  
“ achareis a prova do que vos digo.  
“ Podeis vós duvidar, com a energia  
“ que me conheceis, que eu teria  
“ pedido a reciprocidade promettida  
“ em cada artigo, e negada, teria  
“ annullado, artigo apoz artigo, todos  
“ os do tractado, que eram por falta  
“ d’ella mais nocivos?

“ Se a Providencia me tivesse con-  
“ cedido a dita de ver derrubado o  
“ tyrano do continente,—terminada  
“ a crise de Portugal,—unidos os  
“ maiores potentados da Europa em  
“ Paris,—e alli formando o mais

“augusto conselho que a historia      AD. 8.  
“celebra em seus fastos,—quando  
“cessava a Inglaterra de ser para S.  
“A. R. a Potencia Unica,—o unico  
“Alliado,—pensais vós que eu não  
“teria alli advogado a vossa causa, e  
“que a não teria vencido?—Sò em  
“1814,—sò depois da Paz Geral, he  
“que vós podieis queixar-vos do  
“Tratado de 1810, e renovar as  
“vossas Fabricas!—Deixaria eu então  
“de mostrar em vosso obsequio todo  
“o zélo que sempre me conhecestes?  
“—Mas vos sò vos queixais do Tra-  
“tado, e de quem o assignou, e não  
“dos meus Successores, e do meu  
“maior adversario Antonio de Araujo!  
“—Que fizeram-elles,—que fez elle  
“para remediar os meus erros?—  
“Nada,—peior do que nada.—Eu  
“vo-lo provo!

“Abdicou Bonaparte pela primei-  
“ra vez em 1814,—assignou-se o  
“Tractado de Paz Geral em Paris a  
“31 de Maio, e vendo o Ministerio



AD. 8. “ Inglez mallogradas alli todas as diligencias que havia feito para que os “ Maiores Potentados do Continente “ declarassem illicito o commercio da “ Escravatura, e elle assim justificar “ as tomadias que nos tinha feito na “ Costa d’Africa, receoso de encontrar “ igual sorte no futuro Congresso, resolveu-se a capitular com o nosso “ Embaixador.—Offereceu-lhe a Indemnisação, (c) completa das prezas “ feitas na Costa d’Africa, até-li pertinazmente negada, como se fossem “ justas ;—e pediu-lhe que sollicitasse “ de S. A. R. Plenos Poderes aos “ seus Plenipotenciarios no Congresso de Vienna, para que elles alli

---

(c) O modo proposto pelo Ministro Inglez foi o de hum Commissão mixta de Negociantes Portuguezes e Inglezes, que estimasse o valor de cada preza, o qual o Governo Inglez pagaria aos interessados sem litigio. O valor total das prezas foi nesse tempo estimado pela opiniaõ dos negociantes em 300 mil lb. st., depois achou-se muito menor. Esta foi com tudo a somma que os Plenipotenciarios de S. A. R. ao Congresso de Vienna aceitaram para S. A. R. indemnisar com ella os interessados.

“ negociassem, como a França, sobre Ad. 8.  
“ a abolição parcial, ou total do Com-  
“ mercio da Escravatura.—A troco  
“ desta concessão, foi o Embaixador  
“ autorizado a prometter a S. A. R.  
“ qualquer equivalente que S. A. R.  
“ apontasse, além do consentimento  
“ em todas as proposições da nossa  
“ Corte que não tinham sido até então  
“ attendidas. Escolheu-se hum Em-  
“ barcação de Guerra veleira (a Cor-  
“ veta Algerina) para levar estas pro-  
“ posições a S. A. R., as quaes o  
“ Embaixador, para se segurar, e  
“ para se acharem conformes às que  
“ faria o Ministro Inglez no Rio de  
“ Janeiro, escreveo, dictando Lord  
“ Castlereagh os termos acima, pouco  
“ mais ou menos.

“ Era por este tempo infelizmente  
“ reintrado no Ministerio Antonio de  
“ Araujo, e posto que sem o titulo de  
“ Ministro dos Negocios Estrangeiros,  
“ em razão do papel que tinha feito em  
“ Lisboa em 1807,—era notorio que

AN. 8. “ elle regia a Repartição, e dictava  
“ os Despachos que o Marquez de  
“ Aguiar somente assinava.

“ Que uso julgais vos que elle fez  
“ de taõ illimitado offerecimento,—  
“ desta occasiaõ unica para vos livrar  
“ de hum Tractado a que tantos males  
“ attribuis?—O Embaixador escreveu  
“ de officio, que era chegado o termo  
“ que elle havia annuciado, em que  
“ o Ministerio Inglez havia de ceder  
“ da sua obstinação, e, entre varios  
“ equivalentes, que podiam lembrar,  
“ suggeriu a abolição do Tratado de  
“ Commercio.

“ Que respondeu Antonio de Arau-  
“ jo?—Serviu-se da autoridade que  
“ lhe dava S. A. R., e da dependencia  
“ em que viu a Inglaterra, para fazer  
“ ao Embaixador todo o danno que  
“ pode, — inventou sophismas, e  
“ excogitou planos, que nunca nin-  
“ guem entendeu, para ter que dizer  
“ ao que o Embaixador tinha feito  
“ em Paris,—e a troco dos Plenos

“ Poderes, que mandou, pediu a abo- AD. 8.  
“ lição do Tratado de Alliança, no  
“ qual os dous Artigos mais offensivos  
“ a Portugal se tinham provado sem  
“ ventagem (*d*) para a Inglaterra, e no  
“ qual havia hum (*e*) que não se pode  
“ intender como hum Ministro da  
“ Dynastia Real de Bragança poudé  
“ jamais propór que se abolisse, e  
“ outro que seria hum opprobrio no  
“ seculo em que vivemos abrogar-se ;  
“ e te-lo-hia sido, se lord Castlereagh  
“ não tivesse sido firme em recusar a  
“ renovação da Inquisição no Brazil,  
“ com justo receio do que se diria  
“ delle em Inglaterra !—Cedeu mais

(*d*) A intrada illimitada nos Portos concedida ás Embarcações de guerra Inglezas ; inevitavel durando a guerra, escusada em tempo de paz. A liberdade de cortar madeira, e construir embarcações de guerra no Brazil, foi quasi pena que não fizesse conta aos Inglezes, porque os habitantes teriam aprendido alguma couza.

(*e*) O artigo a que alludo, he aquelle em que a Gram-Bretanha se obriga a nunca reconhecer como Rey de Portugal, outro Principe que não seja o Herdeiro e legitimo Representante da Familia Real de Bragança.



AD. 8. “o Commercio da Costa da Mina, a  
“troco de 300 a 400 mil libras es-  
“terlinas, que ainda se deviam do em-  
“prestimo contrahido em Londres,  
“e se pagavam regularmente pela  
“Administração Real.—O Tratado  
“de Commercio, deixou-o em pè,—  
“nem cuidou em remedio algum para  
“Portugal; e as discussões que o  
“Embaixador tratava até-li em Lon-  
“dres, sobre a sua intelligencia, fica-  
“ram suspensas para sempre!”

“De todos estes sophismas, é  
“planos de Antonio de Araujo o  
“ultimo resultado foi,—que ficámos  
“sem Cayenna, que elle queria  
“guardar contra o espirito da Paz  
“Geral,—ficámos sem Olivença,—  
“sem o Commercio da Costa da  
“Mina,—com o Tratado de Commer-  
“cio,—e com hum Expedição ao  
“Rio da Prata, que por não ter sido  
“feita d'accordo com a Corte d'Es-  
“panha, nem com os Insurgentes  
“trouxe interminaveis disputas com

“ a primeira, e entregou a vossa Na- Ad. 8.  
“ vegação, mal defendida, aos cor-  
“ sarios de huma potencia ideal cha-  
“ mada Artigas ;—e deu hum pre-  
“ texto a Nicolao M<sup>a</sup> Targini, não sò  
“ para se apoderar da Administração  
“ Real em Londres, mas para esgotar  
“ com saques, sempre combinados  
“ em sua particular utilidade, os dous  
“ Erarios do Brazil, e de Portugal,—  
“ impossibilitou de algum modo os  
“ Governadores do Reino de pagar o  
“ Exercito,—e acrescentando este a  
“ todos os males que já antes soffrieis,  
“ —causou a Revolução da qual sò  
“ Deos sabe qual será para vós o re-  
“ sultado.”

Até qui a sombra de D. Rodrigo.  
Eu terminarei esta nota perguntando  
ao leitor se agora acha tão desarre-  
zoada, como talvez lhe pareceu no  
principio, a menção que fiz dos Par-  
tidistas Francezes?

IX.—“ *Pela consequente decadencia  
das Fabricas e manufacturas na-  
cionaes . . . .*”

AD. 9.

AD. 9.—A decadencia, ou antes nullidade das Fabricas de Portugal, he huma triste verdade; segundo geralmente se ouve; (f) porem se o Autor quer dizer, que essa decadencia foi consequencia do Tratado de 1810, ingana-se muito, e ingana a Nação, o que seria sempre muito mal feito, e muito peor agora, que ella reassumiu todos os poderes; e està no caso talvez de applicar o verdadeiro remedio a tamanho mal, se conhecer as verdadeiras causas delle, mas não he provavel que atine com ellas, se tudo vir com os oculos dos Partidistas Francezes. Que o Tratado de 1810 não causou a decadencia das Fabricas,

---

(f) As Fabricas por conta da Fazenda Real não he de admirar que participassem dos embaraços do Erario, mas tambem he hum problema se taes fabricas são de utilidade a huma Nação. As Fabricas d'Estamparia, que podiam subsistir sem favor Real, exportavam ainda em 1817 as suas Musselinas para a Italia.

prova-se pelos calculos que publicou Ad. 9.  
o Secretario da Junta do Commercio,  
Joze Accursio das Neves, do valor a  
que subiram as exportações dos pro-  
ductos das nossas Fabricas para o  
Brazil desde 1796 até 1814. Desde  
1796, quer dizer, desde o primeiro  
anno do Ministerio de D. Rodrigo de  
Souza; porque antes d'elle nenhum  
Secretario de Estado s'occupou de  
similhantes objectos. Por estes cal-  
culos, que abaixo transcreverei, se vê  
que nestes annos do dicto Ministerio  
de D. Rodrigo tiveram as nossas Fa-  
bricas, ou ao menos teve a exportação  
dos seus productos para o Brazil, hum  
augmento progressivo e consideravel.  
Foraõ em 1796 de 6 milhões de cru-  
sados por anno.

1797 „ 7 Do.

1798 „ 10 Do.

1799 „ 14 Do.

Somma que equivale a metade do que  
as fabricas Inglezas exportam actual-  
mente por anno para o Brazil.



AD. 9. No anno 1800 largou D. Rodrigo de Souza o Ministerio da Marinha, e passou para o Erario.

Sustentaram-se as exportações na razão de,

Em 1800 . . 10 milhões de crusados.

1801 . . 9 Do. Do.

1802

1803

1804

1805

Sustentaram-se entre 8 e 6 milhões por anno.

Mas já em 1806, baixaram a 4 milhões;

E em 1807 . . . . . a 2 Do.

do que se vê que as fabricas, ou ao menos a exportação de seus productos para o Brazil estava reduzida a pouca cousa, ainda antes da trasladação do Imperio para o Brazil.

Que as fabricas tivessem grande augmento com o favor e segurança, que D. Rodrigo de Souza deu à navegação do Brazil, intende-se, mas que ellas decahissem ao ponto em que se

vê nos annos de 1804, 1805, 1806, e 1807, que são os que durou a nossa neutralidade, e por consequencia, a segurança da navegação, he impossivel d'explicar, senão pela ruindade do Governo interno do Reyno, e de todo o dinheiro que hia para França, mas que dirão a esse reparo os Partidistas Francezes, pois estes annos comprehendem exactamente o primeiro Ministerio de Antonio de Araujo. AD. 9.

Em 1808, occupado o Reino por Junot foi a exportação naturalmente nulla.

Em 1809 { De 1 milhão de crusados  
e 1810 { por anno.

Em 1811 { Nulla; porque são o anno  
e 1812 { da invasão de Massena, e  
o seguinte.

Em 1813 { De 1 milhão de crusados  
e 1814 { por anno, como antes do  
Tratado de 1810.

Seriam necessarios mais conhecimentos locais de que eu tenho para

AD. 9. dar razão de variações tão extraordinarias.

Segundo as proporções de Inglaterra, aonde se poupa com maquinas grande numero de obreiros, e em Portugal poucas ou nenhuma havia (g), não parecerá exagerada a supposição de cem mil individuos occupados a fabricar esses 9 ou 10 milhões de fazendas, que s'exportaram annualmente para o Brazil.

Estas exportações decahiram de 1803 a 1807, com a mesma rapidez com que haviam crescido de 1797 a 1800. Seguindo a proporção acima, deviam achar-se sem emprego

---

(g) Em 1814, depois da Paz geral, occupando-se o Principal Souza de reanimar as fabricas de lanificios, não achou em alguma dellas hum minimo mecanismo. Veja-se a Memoria que está impressa no Investigador Portuguez sobre as Fabricas da Redonda. Em 1815 occupou-se o mesmo Governador em mandar vir artifices estrangeiros, que introduzissem os novos mecanismos Inglezes para os lanificios; porem todos estes esforços do seu grande zelo foram provavelmente destruidos com a sua morte em 1817,—visto que no Relatorio às Cortes sobre o estado do Reino se diz, que estão fechadas as fabricas de Covilhã e Portalegre.

---

|                                 |        |
|---------------------------------|--------|
| Em 1805 . . 40 mil fabricantes. | AD. 9. |
| 1806 . . 60 Do. Do.             |        |
| 1807 . . 80 Do. Do.             |        |

Em Reyno tão pouco povoado, e internamente tão mal administrado, como poudes hum phenomeno espantoso como este, accontecer, sem fazer huma grande sensação?—Quem acudiu às necessidades de mais de 20,000 familias?—Que Conventos bastaram para dar hum caldo a este exercito de mendigos?—Que estradas infestaram elles para roubar os viandantes, que não ha?—Ninguem ouviu fallar de tamanho mal naquelles annos!—Seriam por má ventura os Partidistas Francezes, que então dominavam, os que encobriram este facto a El-Rey? Bem está; mas eu não emprehendi accusar, nem defender o Governo, e pergunto somente como se pode explicar hum facto semelhante?—Com louvor, me dirão talvez, da paciencia e inaudito sofrimento dos Portuguezes. Bem está ainda, mas quem lhes



AD. 9. hade agradecer esta paciencia?—  
A Nação?—Ella não se pode lou-  
var, ou agradecer a si mesma.—El-  
Rey ainda menos, porque se S. M.  
he, como defacto os mesmos Revolu-  
cionarios confessam nos seus papeis  
publicos, o melhor dos Reys, não  
pode Elle agradecer aos povos este  
silencio stupido, porque Elle era o  
mais interessado a receber esta triste  
informação, e a dar o remedio a ta-  
manho mal!—Quanto a mim por  
factos anteriores a 1808; não tem a  
Nação louvores que pertender, nem  
queixas que fazer, senão de si mesma,  
que se deixou impôr pelos Parti-  
distas Francezes hum jugo vil, e agora  
talvez se deixou impôr outro, se não  
o sacudir bem depressa, porque a  
classe dos bachareis, e a dos nego-  
ciantes, das quaes parecem tirados  
quasi todos os Deputados das Cortes  
Extraordinarias, são aquellas em que  
achou mais apoio o systema fatal  
dos Tratados pecuniarios com a  
França.

X. “ *Pela quasi total extincção da  
Marinha Militar e Mercante. . . .*”

AD. 10.—São duas questões, bem AD. 10.  
que intimamente unidas.

Quanto à Marinha Mercante, a Nação parece não conhecer a causa do mal, ou pouco disposta a remedia-lo, se elle procede, como eu creio, do erradissimo systema de relações commerciaes, que segue com as Nações Estrangeiras, o qual systema, diz o Autor do Manifesto, que a Nação està animada do mais ardente desejo de conservar (vide Obj. 1<sup>a</sup>.)

A Marinha de Guerra participou da sorte que segurava a todas as instituições em Portugal, o máu espirito dos empregados Publicos. Por felicidade rara succedeu ao zeloso Martinho de Mello o mais zeloso ainda D. Rodrigo de Souza; e a Marinha Portugueza fez a mais brilhante figura no Mediterraneo, no Estreito, no Brazil, &c. Sahiu D. Rodrigo de Souza do

AD. 10. Ministerio, e o seu successor não s'occupou senão em mudar ou destruir o que D. Rodrigo tinha feito.

Durando a guerra com Bonaparte em Portugal, essa absorveu todos os rendimentos do Reyno, e tocava ao Brazil o manter a Marinha de Guerra; porem a mà administração das Rendas Publicas no Brazil, influiu sobre esta como sobre todas as outras Repartições! . . . e todas estas culpas dos Empregados, serão somente culpas do Governo, e nenhuma da Nação?

---

XI.—“ *Por humá falta absoluta de  
“ todo o genero de providencias que pro-  
“ tegessem e animassem estes dois impor-  
“ tantissimos ramos da prosperidade pub-  
“ lica. . . .*”

AD. 11. AD. 11.—Sem duvida; e muitas outras que a emigração da Corte para o Brazil fazia necessarias, e a subsequente restauração de Portugal urgentes!

Mas que Providencias, que planos AD. II.  
podem hir avante com o máu espirito,  
que geralmente reina hà seculos, em  
todos os empregados Portuguezes de  
todas as classes?—O bem que hum  
fez, o successor desfaz!—O melhora-  
mento que hum deseja introduzir,  
levantam-se mil para o atravessar!—  
Aquelles mesmos a quem nunca pas-  
sou pela cabeça, que fosse util, se  
quer, tirar os monturos das ruas de  
Lisboa, ou abrir hum estrada, tor-  
nam-se de repente todos zelosos, e  
entendidos para notar defeitos!—  
Quizeram que o plano tivesse sahido  
da cabeça do seu Autor, como na  
fabula sahiu Minerva da testa de  
Jupiter!—O facto he que o plano  
pouco lhes importa.—O merito supe-  
rior he o alvo a que atiram.—Não  
querendo elevar-se com elle, tratam  
de o fazer descer ao seu baixo nivel.

Em toda a parte procuram os  
homens, que se sentem capazes de  
servir o estado, e que não possuem



AD. 11. cabedaes, procuram, digo, achar nesse serviço a sua subsistencia, e distinguindo-se esperam premios e honras. Somente entre nos se viu considerar-se o serviço do Rey como huma lotteria, a quem mais ordenados, mais beneficios simplicies alcançaria, e perpetuaria na sua familia, e pôr-se inteiramente de parte o interesse da patria; com excepções brilhantes sem duvida, mas tão poucas em numero, e tão abafadas pelo máu espirito geral, que se tornaram quasi inuteis para a Nação, e para o Rey!

Ah!—se nessas Cortes tumultuariamente convocadas, e verdadeiramente extraordinarias, ha como he d'esperar, homens sinceramente amantes de seu Rey, e da sua Patria, e ainda não tocados de peçonha Jacobinica;—homens que sinceramente esperam dellas algum bem permanente em troca da desorganisação geral a que tende por essencia a raiva Demo-

cratica ; —saibam esses homens bons, AD. II. que se não destruïrem o espirito dominante nos Empregados Publicos, não tem feito nada.

A responsabilidade dos Ministros d'Estado, doutrina mal aprendida pelos Revolucionarios Francezes d'Inglaterra, que he o unico pays onde ella tem algum significado, hade ser por certo hum dos dogmas postos avante pelos nossos noviços discipulos do *Moniteur*. Ella he comtudo huma chimera, mesmo em Inglaterra, depois que os Inglezes tem hum governo estavel, *i. e.* desde a Revolução de 1688.—Com sahir do Ministerio està tirada toda a residencia aos Ministros, contra quem se levantou o grito popular. Hé a responsabilidade de todos os Empregados, que se devia estabelecer sobre algum methodo solido, e não illusorio ; como o tem sido entre nos todas as residencias que se tiraram aos Bachareis, e aos Governadores ; e he por isso que

AD. 11. a administração interna do Reino foi o opprobrio, e o ludibrio das outras Nações!—Observando bem, ve-se que os clamores contra os Ministros d'Estado são em todos os Governos chamados livres, huma questão de partido, em que o Povo pouco, ou nenhum interesse tem, mas tem o grande em que todos os Empregados façam a sua obrigação!—

Ah!—sam hoje sonhos, de que s'acorda tristemente, todas as lembranças dos mil planos que occorreriam à chegada de S. A. R. ao Brazil, e em 1814, na epocha da Paz geral!—Visto o enthusiasmo com que S. A. R. foi recebido no Brazil, qualquer convocação de pessoas notaveis de todas as Capitánias teria aceitado com submissa gratidão qualquer plano que o Ministerio propuzesse, e ter-lhe hia dado o credito que o faria independente: nenhum tratado teria sido imposto a S. A. R., e o Brazil teria podido ajudar a Portugal.

Alguma convocação foi com effeito AD. II.  
lembrada nessa epocha, porem não  
está mais longe Lisboa de Pekim do  
que esses pensamentos estavam de  
quasi todas as pessoas que tinham  
acesso ao Soberano, desde o Duque  
até o Bacharel.

A Paz Geral em 1814 foi a segunda  
epocha perdida, para estabelecer so-  
bre novas bases a uniaõ dos dous Rei-  
nos, e o verdadeiro interesse de am-  
bos.—Com a satisfacção geral que  
causava a certeza da restauração de  
Portugal, que duvida, que este con-  
certo mutuo se effectuasse com a  
maior facilidade, se o espirito dos  
Empregados Publicos não fosse ge-  
ralmente tão máu!—Parece como se  
todós tivessem por sua unica mira a  
subversão da Monarchia, accumulando  
os erros do Governo!—Mas eu  
não reflecti, que hé justamente nesse  
anno que os Partidistas Francezes  
tornaram ao de sima d'agoa, e o seu  
Coripheo re-entrou no Ministerio!—



AD. 11. Permitta Deos, que a cauda desse partido não seja a majoridade dos Deputados Extraordinarios!

---

XII.—“ *A Agricultura—Base fundamental da riqueza e força das Nações; privada dos braços que lhe roubára o Exercito, e a morte; destituida dos Capitaes que a sustentam; e que talvez se haviam empregado em objectos de mais instante necessidade; desemparedada do alimento e vigor vital, que costuma dar-lhe a Industria Nacional, e o gyro activo do Commercio, tanto interno, como externo, jazia em mortal abatimento, e somente offerecia ao Espectador admirado o triste quadro da fome, e da miseria.*”

AD. 12. AD. 12.—Este pomposo paragra-pho he absolutamente inadmissivel.— Quem sabe o estado deploravel da Agricultura Portugueza anteriormente a emigração da Corte para o Brazil, tão máu que até aquelles que o

deviam saber, e não sabiam (inclu- AD. 12.  
indo neste numero os primeiros ne-  
gociantes do Reino) s'inganavam,  
escrevendo de Officio, que Portugal  
não dava pão para mais de 3 ou 6  
mezes;—quem refletiu nas causas de  
tamanho, e tão antigo mal, quem ob-  
servou o complexo de absurdas leys  
e regimentos que havia (algumas  
dellas pedidas em cortes) sobre a  
importação, e exportação de todos  
os objectos de subsistencia; quem  
viu de perto os obstaculos, que pun-  
ham à Agricultura os enormes tribu-  
tos locaes, a falta de estradas, e a vi-  
ciosissima administração dos Juizes  
de fóra,—não pode senão rir deste  
paragrapho, e do seu Autor.

---

XIII.—“ *A sensivel diminuição das*  
“ *Rendas Publicas, causada pela ruina*  
“ *da Povoação, do Commercio, e da In-*  
“ *dustria.*”

AD. 13.—Asserções tão vagas, como AD. 13.

Ad. 13. estas, não merecem credito, nem podem avaliar-se bem. He verdade num tempo, o que he falso em outro.

Se as Rendas Publicas diminuíram estes dous ultimos annos em Portugal, não sei, e terá havido, para produzir esse effeito, causas independentes da trasladação do Imperio para o Brazil. Outros Estados mais bem governados tem padecido esse mal nesse mesmo periodo de tempo.

Mas chamando Rendas Publicas o rendimento liquido que entra no Erario de Lisboa, longe de admittir que ellas diminuíssem depois da ausencia da Corte, he hum facto que os Governadores do Reino apuraram nos primeiros annos maior rendimento liquido do Reino sò de Portugal, do que, antes da Presidencia de D. Rodrigo de Souza, apurava o Erario Regio de toda a Monarchia em Lisboa.

Houve anno em que elles tiveram

de renda 29 milhões de crusados; e AD. 13.  
em 1798, o Erario Regio por sua declaração official disse, que não apurava mais de 16 e meio de toda a Monarchia. D. Rodrigo de Souza fé-lo subir de 26 a 27 milhões de crusados.

Seria talvez justo deduzir da renda que obtiveram os Governadores a contribuição extraordinaria de guerra, que eu estimo em 3 milhões.

De 1810, 1811, e 1812—o desfalque causado pela devastação das Provincias devia ser grande, mas em 1813, sem contar o subsidio Inglez (o ultimo de 2 milhões esterlinos) o Erario de Lisboa apurou mais de 27 milhões de crusados, e deduzindo a contribuição de guerra, 24 milhões. Donde se ve que o Autor do Manifesto escreve sem conhecimento de causa.



XIV.—“ *Pela perda irrevogavel dos  
“ grandes cabedaes que o inimigo extor-  
“ quira violentamente das mãos dos Por-  
“ tuguezes,” &c. &c.*

AD. 14. AD. 14.— Outro tanto se pode dizer desta asserção. A despeza do Exército Inglez deixou em Portugal muito mais cabedal do que o General Junot com todos os Francezes juntos levaram de Portugal, ou que por saques extrahisse o Erario do Brazil. Se a Nação Portugueza não soube fixar estes capitaes em Portugal, dando-lhes o emprego competente, a si mesma o imputa.

S. A. R. aprovou o plano da venda de alguma parte dos Bens das Ordens Religiosas, assim como da Corôa. As faculdades Apostolicas, necessarias segundo os principios que então prevaleciam, foram amplamente concedidas.—De quem he a culpa se todo este plano abortou?—e se todo este immenso cabedal veio, por falta

de emprego em Portugal, alimentar os *Exchequer Bills*, e os fundos Publicos de Inglaterra?—De quem se devem queixar os Credores do Commissariado Portuguez, se não estão pagos de seus creditos?—A quem devem os Lavradores das Provincias imputar a falta de pagamento dos seus generos embargados, e attribuir a perda de hum auxilio, que lhes teria sido tão proveitoso?

A' apathia da Nação Portugueza!

Eia pois,—agora, que ella está entregue á direcção de Democratas, não terá que se queixar de molleza, antes de actividade de mais.—Tome porém sentido, e não se deixe arrastar pela furia democratica, como se deixou embalar pelo somno dos que antes a regiam. Tenha voz em Capitulo, e não realize o que dos Francezes disse hum demagogo, “que a Nação Franceza tinha dado a sua demissão!”

XV.—“ *Se os Portuguezes não amassem e respeitassem o seu Principe, e a Sua Augusta Dynastia, com huma especie de amor e adoração quasi religiosa. . . .*”

AD. 15. AD. 15.—Isto são palavras sem significado!—O amor nunca excluiu as queixas, antes se nutre com ellas, e he o seu processo ordinario, para obter justiça ou remedio aos males que padece. El Rey não pode ser mais grato a este silencio do que o seria o amante, ou o esposo, ao qual o objecto amado incobrisse os motivos de queixa, e dor que tinha, por tanto tempo, que o longo soffrimento degenerando em doudice, no accesso da febre, e não sabendo o que fazia, esbofeteasse o amante ou o espoço.

De todos os meios de justificar a insurecção, este, que o Autor do Manifesto seguiu, me parece o peor, por que labora sempre em hum circulo vicioso. Em quanto a cegueira do

amor prevaleceu, errou o intendmento; quando este discorreu bem, pecou o amor !

---

XVI.—“ *Porém o caracter dos Portuguezes nunca soube desmentir-se.*  
“ *Elles quizeram antes esperar tudo do*  
“ *Seu Principe,*” &c.

AD. 16.—Outro tanto respondo. AD. 16.  
Para conciliar este proceder com o senso commum era mister, que a esperança fosse bem fundada.—Ora a experiencia de vinte annos provava, que El Rey N<sup>o</sup> S<sup>r</sup>, distrahido pela lotta de dous partidos oppostos, e illudido pelo systema dos Partidistas Francezes, não conhecia os males que o seu povo soffria, e com o silencio que o povo guardava não podia pensar no remedio adequado.—Logo o silencio da Nação, assim que se viu decisivamente livre dos Francezes em 1814, era tão absurdo, como a espe-



AD. 16. rança destituida do todo o fundamento.

A irreflexão com que o Autor do Manifesto escreve, mostra-se mais applicando as suas asserções aos annos anteriores.—Se os Portuguezes não ignoravam os seus direitos, porque não fizeram uso d'elles em 1807?—Que podiam esperar de seu Principe quando elle se viu obrigado a emigrar para o Brazil?

Tudo isto he polvora a perdaes, he poeira que se lança aos olhos para incobrir o facto, que a rebelliao do exercito, exasperado pela falta prolongada dos seus tao bem merecidos soldos, levou a poz si a Nação. A fora este erro ou culpa do Governo, quasi incomprehensivel, he facil de provar que a Nação Portugueza tem tido epochas, em que soffreu iguaes, ou maiores agravos sem levantar a voz, nem proferir hum gemido.

XVII.—“ *Naõ somente se conserva-  
vam sem necessidade, e sem diminuição  
as antigas despezas proporcionadas à  
grandeza apparatus e esplendor de huma  
Côrte,*” &c.

AD. 17.—Esta queixa he absurda: AD. 17.  
naõ havendo excesso temos o ex-  
emplo de outros principes, que deven-  
do trasladar a sua residencia, con-  
servaram o apparatus de côrte no paiz  
que deixavam. Assim se praticava  
em Hanover.

Todos os outros factos que o Autor  
do Manifesto aponta, como provas  
de desgoverno, existiam antes da  
partida de S. A. R. para o Brazil, e a  
maior parte dellas por seculos prece-  
dentes.

XVIII.—“ *Os Empregados Publicos, o Corpo Militar, os melhores e mais uteis servos do Estado soffriam hum extraordinario atrasamento na satisfacção de seus merècidos salarios.*”

AD. 18. AD. 18.—Este quadro foi igualmente verdadeiro em 1805, 1806, e 1807. Toda a differença he, que então deixava-se dissolver mansamente o exercito e a disciplina. Agora conservou-se o exercito em numero e disciplina admiravel, e supprimiu-se, ou retardou-se-lhe a paga, a hum ponto incomprehensivel, e sem exemplo, creio eu, na historia dos erros de Governo.

---

XIX.—“ *Em meio de tantas desgraças,*  
“ *que por espaço de seis annos opprimiam*  
“ *os Portuguezes em progressivo cresci-*  
“ *mento, ainda de vez em quando se*  
“ *avivava em seus corações algum lume*  
“ *de esperança, de que El Rey viria*  
“ *ao meio d’elles ouvir suas queixas,*  
“ *&c. &c.*”

AD. 19.—*Hinc illæ lachrymæ . . . Inde* AD. 19.  
*iræ! . . .* O precedente erro com o exercito, e o descuido da justa vaidade da Nação Portugueza são os dous unicos novos agravos.—Que conselheiros puderam persuadir o Soberano, que estes sentimentos eram inattendiveis? não sei!—As circumstancias do Brazil, e as pessoaes da saude de S. M., podiam muito bem aconselhar a prolongação da Sua residencia no Brazil, mas não a determinação de resistir aos votos ardentes dos Portuguezes, ao parecer de muitos fieis servidores do estado, e aos conselhos e instancias dos alliados, para que viesse



AD. 19. ao menos o Herdeiro do Throno agradecer com a sua presença temporaria à Nação, e ao Exercito os brilhantes serviços que tinham feito. Porem eu outra vez m'esquecia, que em 1813 era já morto o Conde de Linhares, e que em 1814 reentrou no Ministerio o Coripheo do partido Francez.

---

XX.—“ *Que deveria pois fazer o Povo Portuguez, huma Nação inteira, em tão apurada crise?*”

AD. 20. AD. 20.—Longe de mim a temeridade de intervir como Juiz entre o Rey e o Povo!—A experiencia de todas as Nações prova, que aonde não influiram causas externas, devem ao menos ser reciprocas as culpas quando hum povo està disposto a levantar-se. Antes de chegar a esse ponto, he que os conselhos seriam uteis, se fossem bem recebidos, po-

rem quando a cegueira de hum lado, AD. 20.  
e a paixão do outro não conhecem  
freio, todo o officio da razão he es-  
cusado.

Se antes de chegar a essa tremenda  
crise, alguém me posesse esta ques-  
tao, e eu fosse obrigado a responder,  
diria, com a devida submissao, que a  
Nação deveria fazer em 1820 o mesmo  
que deveria ter feito 50, 100, 150,  
ou 200 annos antes: ser menos  
credula, quero dizer, ser mais appli-  
cada, mais providente, conhecer por  
consequencia os seus verdadeiros in-  
teresses. Teria sido mais bem gover-  
nada.

Em todas as epochas da nossa  
historia, tanto 'nas mais brilhantes  
como 'nas mais calamitosas se vê, que  
os males da Nação procederam sem-  
pre da sua credulidade, falta de es-  
tudo e applicação, e daquella espan-  
tosa *desprevidencia* de que a accusa  
o Grande D. João de Castro, que

AD. 20. talvez inventou o termo para significar huma qualidade tão infeliz, e tão particular à nossa Nação!

Em todo o decurso destas observações terá o leitor reparado, que eu impugno menos as opiniões do Autor, do que a falta de informação, e a extrema leviandade com que elle assevera o que ignora, e o que não pode provar. Na passagem citada à margem, por exemplo, diz elle—"A Nação gemeu, e os seus gemidos não foram escutados, que dizemos . . . . não foram escutados?—foram reprimidos, foram cruelmente suffocados."—Aonde, por quem e quando? pergunto eu. "A Nação," diz elle, "representou, e queixou-se, mas as suas queixas, e representações não chegavam aos degrãos do Throno!"—Todos sabemos que depois da partida de S. A. R. para o Brazil,—que digo eu?—ha mais de hum seculo, nunca os tres Estados

do Reino s'ajuntaram, nem algum AD. 20.  
delles separado fez a S. A. R. a mi-  
nima representação!

Obliterada a forma antiga das  
Cortes não-se lhe substituiu outra!  
Em que modo pois, e porque via bus-  
cou a Nação de fazer chegar aos  
ouvidos d'El-Rey os seus gemidos, e  
as suas representações?—Não consta  
de alguma!—Não pretenderà o Autor  
que por expressões d'individuos se  
possam facilmente conjecturar as  
ideas e os sentimentos d'huma Nação?  
Não pretenderà, por certo, que os  
antigos Governadores do Reino a re-  
presentassem!— Não pretenderà por  
consequencia que a supplica, que elles  
fizeram mais de huma vez a S. M.,  
sollicitando o Seu regresso para o  
Reino, devesse considerar-se como  
feita pela Nação? (h)

---

(h) Não pretenderà tambem o Autor deste serio  
Manifesto, o que respondeu a semelhante argumento  
hum dos primeiros Jornalistas do Porto—"Que a  
" Nação tinha bastantemente representado a S. M. por



AD. 20. Motivos particulares podiam influir nos Governadores como nos outros individuos. Não tenho presente a falla, que o Juiz do Povo de Lisboa fez a S. M. depois da acclamação no Rio de Janeiro; não me lembro se elle tambem sollicitou o regresso de S. M.; mas os mesmos Jornaes Revolucionarios modernos provaram hà pouco tempo, e com muita razão, que o Juiz do Povo não era, se quer, Representante da Cidade de Lisboa, e não podia p. c. representar a Nação!

Mas a ausencia da Corte posto que fosse a queixa mais pungente para o justo amor proprio nacional, era em valor intrinseco a mais leve de todas as que a Nação podia fazer.

Se em 1814 se houvesse estabelecido hum systema de governo tal, que o mais pequeno requerimento não exigisse a jornada do requerente

---

“via dos *nostros periodicos* de Londres,”—convertendo hum opprobrio da Nação em meio de communicar com o Soberano.

ao Rio de Janeiro;—se a administração da Justiça, (i) fosse exempta de toda a suspeita;—se o erradissimo systema das relações commerciaes tivesse sido emendado,—em fim se o Erario de Lisboa reservasse intactas as sommas necessarias para o pagamento do Exercito, da Marinha, e dos Empregados, etc. etc. etc. he mais que problematica a questão, se o Reino de Portugal perderia, ou ganharia em conservar a forma Monarchica, sem a despesa do Monarcha?

Com todos os vicios, antigos e novos na administração do Erario do Brazil, extravio dos Direitos nas Alfandegas, e outras rendas publicas, sem melhoramento algum na arrecada-

---

(i) Eu já observei, que em discussões desta natureza era verdade em hum tempo o que era falso em outro. Em quanto o Exercito Inglez andou na Peninsula, e houve hum Inglez na Regencia ouviu-se dizer, que a administração da justica era exacta em Portugal; o que sei de certo he, que durando a vida do Principal Souza cessou a pratica dos avizos que passavam os Secretarios do Governo maneira dos antigos Secretarios d'Estado.

AD. 20. dação e assento das imposições, e sem a addição de novos tributos, fóra huma ligeira decima no Brazil, e o real d'agua, o simples facto da mudança de residencia da Côrte foi causa, que a somma que recebiam os dous Erarios do Rio de Janeiro e de Lisboa annualmente, foi o dobro (*k*) da que antes de 1801 recebia o Erario de Lisboa!

Que não teria succedido se este rendimento tivesse sido bem empregado?—Quem pode segurar-nos que voltando S. M. a Portugal não perdesse o acrescimo que houve nas rendas do Brazil?

---

(*k*) No Correio Braziliense acha-se hum Balanço da Receita e Despeza provavel do Erario do Brazil, deduzidas as despesas locaes das Capitancias, menos a do Rio de Janeiro, o qual tinha sido feito confidencialmente para o Conde de Linhares; e que por morte deste Ministro o autor mandou inserir no dito Jornal. A somma total da Receita era no Anno 1811, ou 1812, de 10 milhões de crusados, pouco mais ou menos, que, juntos a 24, recebidos pelo Erario de Lisboa, fazem huma somma maior que o dobro de 16 milhões e meio.

XXI.—“ *Os que attribuem esse desenvolvimento, nas circumstancias actuaes de Portugal, a effeitos de huma facção honraõ por certo em demasia este nome; porque nunca houve facção alguma, nem taõ sagrada nos seus motivos, nem taõ desinteressada nas suas intenções, nem taõ moderada nos seus precedimentos, nem taõ unanimemente desejada, approvada, applaudida. Nunca houve facção alguma que no curto espaço de 37 dias mudasse a face de huma Nação inteira, e de huma Nação que se preza de religiosa e leal, sem derramar huma só gota de sangue, sem dar lugar a hum só insulto contra a autoridade, a hum só ataque contra a propriedade publica ou individual,*” &c.

AD. 21.—O trabalho que toma o Autor deste Manifesto para desmentir a existencia de huma facção, que s'aproveitou da desesperação do exercito para o impellir a fazer o que fez, hé trabalho taõ perdido quanto seria

AD. 21.



AD. 21. o que hum adversario do Autor tomasse para negar a promptidaõ, e enthusiasmo com que a Nação se prestou ao impulso que recebeu, e o continuou.

Ainda que os factos não fossem de notoriedade publica, essa facção existe em toda a Europa, seria hum milagre se não existisse em Portugal. O antigo muro que separou os povos da Peninsula de todos os outros da Europa, já abalado pela communicacão forçada com os Revolucionarios Francezes, cahiu por terra com a guerra da Peninsula. Aggravou-se d'então por diante o erro, que commetteram todos os governos, de impedir a discussão sobre as doutrinas Francezas, e até, quanto lhes foi possível, o conhecimento dos successos daquella Revolução. Há muitos annos que alguns fieis servidores do Estado representaram quanto este erro era fatal... e provaram, sem ser attendidos, que o conhecimento

circumstanciados dos desvarios, e crimes AD. 21.  
a que conduziã as theoricas abstractas, assim como da anarchia, e do despotismo dos Revolucionarios, era a melhor lição que se podia dar aos povos sobre as ventagens da Monarchia Legitima. Hé verdade que este methodo diverso exigia, para ser proficuo, reforma de flagrantos abusos, cuidado em melhoramentos publicos, alguma especie de consultação com os povos; e a esta oppunham-se todos quantos em toda a Europa ostentavam de maiores amigos da Monarchia. Mas aonde e mais do que em Portugal foram enganados os Monarchas, não só com a adulação ordinaria das Côrtes, mas com a doutrina exagerada, e indefinida sobre o poder absoluto, insinada na Universidade de Coimbra, e alli abraçada, sem exame, como hum artigo de fé: doutrina que bastaria para converter em violentos Cesares os nossos Monarchas, se a innata benignidade, e o

AD. 21. espirito religioso não tivessem preservado a Familia Real deste contagio! E quaes foram os maiores apostolos desta doutrina perniciosa? — Naturalmente os filhos da Universidade, os Bachareis . . . progressivamente Desembargadores? — E em que classe se acharam mais Partidistas Francezes em Portugal? — Na dos Bachareis . . . De que classe tirou agora a Nação geralmente os seus Deputados Extraordinarios? — Na dos Bachareis . . . . Esta filiação, ou mudança successiva de partes, que representaram os homens da mesma classe, será por ventura obra do acaso? . . . Mas donde procedeu o ascendente, que em todos os tempos tomou sobre a Nação, e sobre o Governo a classe dos Bachareis (1) (pro-

---

(1) Deste conceito se valeram alguns, durando a guerra com a França, para entregar a Ministros d'Estado, memorias ou papeis, como lhe chamam, sobre a politica que convinha a Portugal; parte com o fim de ajudar alguma intriga, parte para inculcar sentimentos favoraveis aos Revolucionarios Francezes. A instrucção de seus

gressivamente, &c. &c.)?—Senaõ da AD. 21.  
 falta de applicação das outras classes  
 a estudos (*m*) uteis, e da consequente  
 ignorancia quasi geral dos verdadeiros  
 interesses da Nação? — Usurpada

autores não excedendo a lingua Franceza, e os escritos  
 daquelle tempo, foram estes papeis quasi extractos do  
*Moniteur*, dirigidos p. c. contra a Inglaterra, e cheios  
 sem escrupulo de absurdos palpaveis, e falsidades his-  
 toricas, porque eram dados em segredo, com a certeza  
 de não serem contraditos. Hum delles que era tido em  
 grande estimaçãõ, foi mandado inserir em 1814 n'um  
 Jornal impresso em Londres com o titulo de Micros-  
 copio; e no Investigador desse anno, ou do seguinte, a  
 sua refutaçãõ!—Outros poderiam dar-se à luz se hou-  
 vesse quem quizesse fazer semelhante despesa.

(*m*) Compulsando a Biblioteca Lusitana, do Abbade  
 Barbosa, observa-se que até o anno 1688 (salvo erro)  
 epocha do grande triumpho da Inquisiçãõ, alguns escri-  
 tores havia que s'occupavam de objectos de utilidade  
 publica. Depois daquelle epocha ninguem mais ousou  
 escrever, ou imprimir sobre semelhantes assumptos!—  
 Quando poderá a Nação Portugueza expiar o suicidio  
 daquelle anno?—Elle fez triumphar a Inquisiçãõ contra  
 El-Rey, contra a Côrte de Roma, contra huma parte da  
 Nobreza e do Clero, contra a poderosa ordem dos Je-  
 suitas, e o seu patriotico P<sup>e</sup> Antonio Vieira, contra os  
 grandiosos offerecimentos, que fizeram a El-Rey os  
 Christãos novos—para obter o que?—hum processo  
 legal e o mesmo tratamento que spontaneamente lhes  
 concedia o S<sup>o</sup> Padre em Roma!—Jamais houve injus-  
 tiça que custasse taõ cara como esta!



AD. 21. pelos Bachareis . . . . &c. a reputação de saber exclusivo em todo o aperto, que não foi caso de consciencia, não lembraram para se consultar, senão Desembargadores! . . .

Eu já observei que as excepções brilhantes provam a regra geral e que, longe de justificar, criminam a Nação, que devia aproveitar-se desses felices engenhos, e almas grandes, e da sua zelosa applicação, em vez de os invejar e acabrunhar com desgostos, ou infortunios. Eu já disse, que se as Côrtes extraordinarias não mudarem o espirito dominante nos empregados publicos, não tem feito nada! . . Digo mais que se a Nação se não reformar a si mesma, se não adquirir os habitos de industria, de applicação a estudos uteis, e de veneração para os engenhos raros, que de quando em quando a terra produz, as Côrtes edificarão na areia.

De facto sem o effeito irresistivel destas causas, que obraram con-

stantemente sobre a sorte da Nação, AD. 21.  
que eu julgo, sem maior certeza, em  
grande parte communs aos Espanhoes,  
já mais estas duas Nações teriam  
sido governadas como o tem sido há  
300 annos! . . . . Já mais os Portu-  
gueses teriam posto a tombo de hum  
lado a laceração de huma Monarchia  
composta de partes tão remotas huma  
da outra! . . . .

Se para alcançar huma reforma de  
principios de governo era necessario  
o meio violento de huma insurrecção  
militar, não consultaram esses chefes  
o seu interesse, nem o da Nação, co-  
operando com huma facção que em  
toda a Europa se dirige a subverter  
os governos antigos . . . . . Teriam  
na historia do que se tem passado na  
Europa estes 30 annos, apprendido a  
desconfiar do systema e appetite de  
fazer huma constituição, de se rege-  
nerar politicamente, destruindo quanto  
existe, e edificando de novo! . . . Sa-  
beriam que a unica Nação Europea

AD. 21. que tem de facto huma constituição, nenhum codigo tem com esse nome, e que todas as que se deram hum folheto com esse titulo, à imitação da França, gyram, como ella gyrou no vortice revolucionario, de que ella ainda não poude sahir, a pesar da melhor vontade do seu Rey Legitimo.

Se a todas as nações se pode applicar o que me parece demonstrado da Portugueza, nada lhe era menos necessario do que fazer huma constituição de novo.

Admittido que a nação despertasse do seu longo lethargo, e quizesse ser mais bem governada, indispensavel era fallar ao seu Rey; e porque não lhe havia de pedir, como os Inglezes fizeram, a reforma dos abusos que se tinham introduzido, e a renovação dos usos e costumes antigos que se haviam perdido ? . . .

Se, por exemplo, a nação pedisse que se não fizessem leys, Alvarás com força de Ley, Cartas Regias, Decretos,

e Avizos senão em Côrtes ;—se pe- AD. 91.  
disse que se não pozessem novas, ou  
alterassem as imposições senão em  
Côrtes, que necessidade tinha de  
hum folheto chamado constituição  
para conseguir estes dous importantes  
benefícios?—Esta era a constituição  
antiga do Reino de Portugal, não  
escrita em pergaminho ou impressa  
em papel imperial, mas gravada no  
coração de todos os antigos <sup>(n)</sup> Por-  
tuguezes, como está a constituição de  
facto, e não escrita no coração de  
todos os Inglezes. Naturalmente  
ocorreria a necessidade de huma  
prudente revisão das leys, e imposi-  
ções existentes, e para esse objecto  
a convocação immediata de Côrtes  
pareceria indispensavel. Com a mu-  
dança do estado da Nação, das opi-  
niões, das luzes, se quizermos, do  
seculo, não hà duvida que o Clero, e

---

(n) Intendo até a metade do reinado do Sr. Rey  
D. João III. Desse tempo por diante o character na-  
cional alterou-se sensivelmente.



AN. 21. a Nobreza, cederiam os privilegios pecuniarios e de jurisdicção. Huma vez que se não seguisse o exemplo dos Revolucionarios Francezes, de spoliar os proprietarios existentes, nenhuma duvida poderia haver na fixação de hum equivalente adequado.

Ligadas com estas discussões pacificas seriam todas as supplicas que as Côrtes fizessem a S. M. para segurar a sua convocação regular, e o ulterior exame de todas as precisões do estado. Não seria necessario fazer huma Montaria geral e queimar as leys para abolir as coutadas, as caudelarias, o monopolio da Companhia do Porto, o abuso que se faz dos bens da Corôa, das rendas ecclesiasticas, dos conventos de Frades e Freiras, &c. &c. Todas estas reformas estavam no alcance das antigas Côrtes;(o) e consentindo S. M. como

---

(o) He somente digna de riso a razão que deram os Periodicos de Londres para justificar a convocação tumultuaria das presentes Côrtes, sem attenção à forma

consentiu, na convocação dellas, todo o perigo que ora se corre da vertigem Jacobinica se teria evitado. S. M. mesma teria visto a necessidade, e

AD. 21.

antiga. Elles disseram que as antigas Côrtes eram somente consultivas. Se o objecto da presente convocação era crear hum assemblea popular, unica, e p. c. despotica, que destruísse tudo quanto existe bom, ou mau, comprehendido talvez o Poder Real, de certo as Côrtes antigas não eram proprias para essa obra,—porque ellas quando se dirigiam ao Soberano usavam, segundo a phrase do Marquez de Pombal, de hum reverente liberdade.—Quem leu somente o indice dos assumptos de que ellas s'occuparam em diversas epochas não pode ignorar que não hã objecto comprehendido debaixo do nome moderno de constituição de que ellas não deliberassem.—A sua consideração variou naturalmente segundo as circumstancias, e, até ao modo do Parlamento Inglez, segundo as diversas Dynastias. Até o fim do seculo 17 desgraçadamente ninguem pensava em Portugal nos erros do systema que se seguia em quasi todos os ramos da Administração, ninguem comparava o estado interno da Monarchia com o das Nações Estrangeiras, &c. &c. para propor grandes mudanças; mas a historia das Côrtes prova que sempre que os tres Estados se uniram em hum suplica; o Soberano se conformou com o voto geral; e como pode succeder outra cousa?

Ninguem ignora que a antiga structura do Reino fazia que as cidades e villas requeressem às vezes a El-Rey sobre assumptos que somente interessavam a cada hum das, e que essas decisões se chamavam Capitulos speciaes ou particulares. Mas quando os tres

AD. 21. ordenado a coincidência das diversas partes da Monarchia em hum centro, posto que os raios fossem diversa-

Estados concordavam na mesma deliberação, os Capitulos Geraes approvados por El-Rey intendiam-se Leyes Geraes.

Hã na historia exemplo de deliberação dos tres Estados em *commum*, e certo que nêsse methodo o estado dos povos teria a ventagem, hoje tão appetecida, porque 72 cidades e villas davam 142 deputados, em quanto o estado da Nobreza era representado por 30 pessoas, e o Clero à proporção.

Nas circumstancias actuaes, e com o modo de pensar que prevalece, qualquer methodo seria o mesmo huma vez que os dous principios fossem estabelecidos anticipadamente: 1. Que todos os privilegios em materias de jurisdicção, e de imposições s'intendessem abolidos. 2. Que nenhum proprietario fosse esbulhado em sua vida, e sem equivalente a mutuo aprazimento.

Que o modo de deliberar nas Cortes não estava bem regulado, ao menos em 1640,—se vê por hum papel, que o Autor da Historia Genealogica publicou, e que elle diz, que El-Rey D. João IV mandou lançar nas Cortes *anonymo*: porem esse defeito parece mais nacional do que das Cortes Antigas, a julgar pelo tumulto, confusão, e irregularidade com que as presentes Cortes deliberam.

Hum periodico de Londres diz, que o abstruso, e até o dia de hoje ininteligivel metaphysico Mr. Bentham está em correspondencia com as Cortes d'Espanha, e está ou o quer estar com as nossas.—Deos acuda às duas Nações!

---

mente organisados em razão de cir- Ad. 21.  
cumstancias locais.

De todos esses bens nos privou, a todos estes perigos nos sujeitos a co-  
operação dos chefes militares com  
essa facção, de que o Autor do Mani-  
festo em vão quer negar a existencia.

FIM.

INDICE





# INDICE

DOS ASSUMPTOS TRATADOS EM CADA UMA DAS  
NOTAS AO MANIFESTO DA NAÇÃO PORTUGUEZA  
SUPPRIMIDAS EM 1821.

*Preambulo.* — Exame da Sentença com que termina o Manifesto — “Jamais deixou de ser livre um Povo que o quiz ser.”

## *Notas*

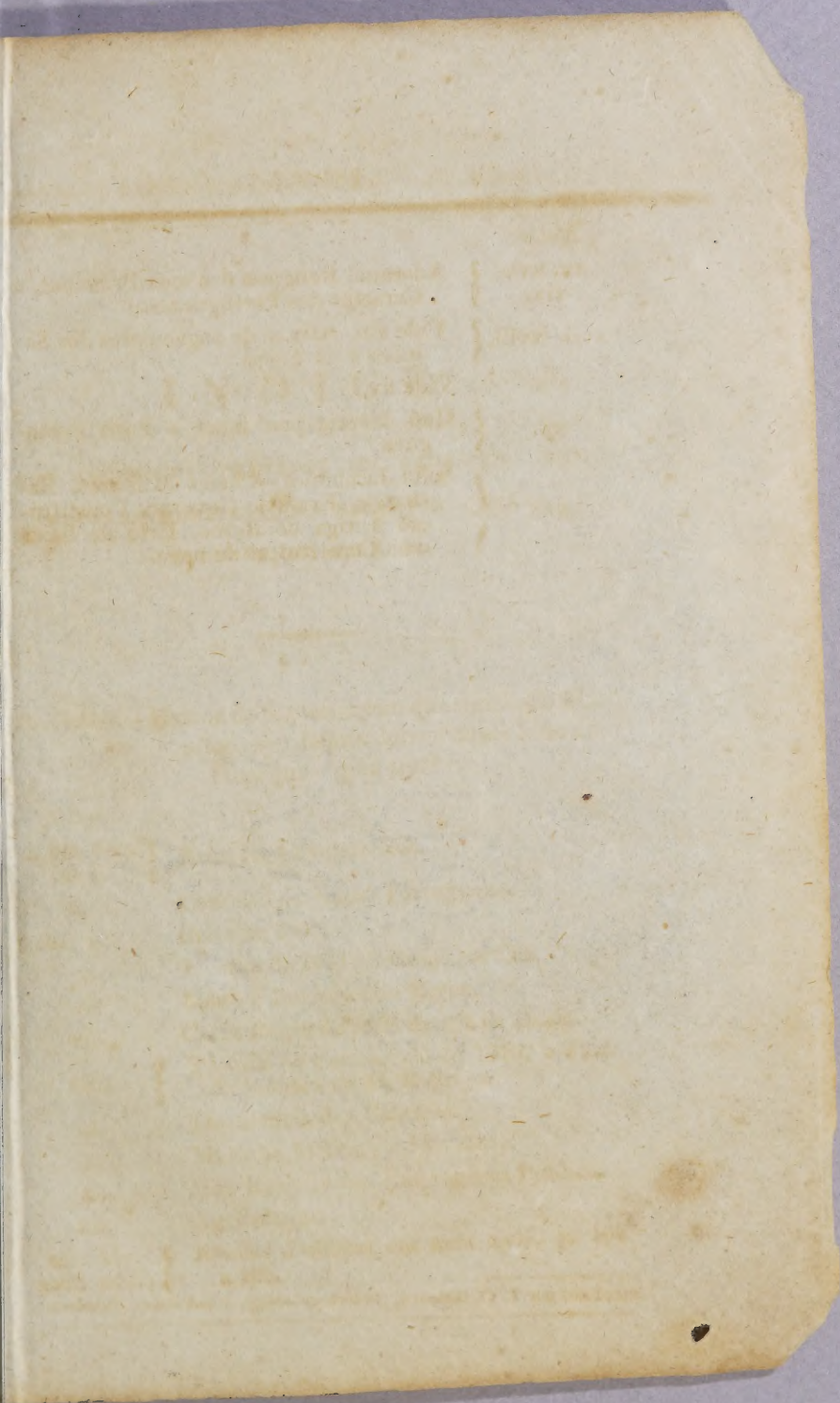
- |               |   |                                                                |
|---------------|---|----------------------------------------------------------------|
| i. vii. viii. | } | Relações Commerciaes.                                          |
| ix. x.        |   |                                                                |
| ii.           |   | Conceito da Nação Portugueza.                                  |
| iii. iv.      |   | Crise de 1807.                                                 |
| v.            |   | Epocha de 1814; occasião perdida.                              |
| vi.           |   | Sobre a Povoação do Reino.                                     |
| vii.          |   | Carta Regia de 1808 datada da Bahia.                           |
| viii.         | } | Tratado de Commercio de 1810, e Falla da Sombra de D. Rodrigo. |
| ix.           |   |                                                                |
| x.            |   | Decadencia das Fabricas.                                       |
| xi.           |   | Marinha Militar, e Mercante.                                   |
| xii.          |   | Máo Espirito dos Empregados Publicos                           |
| xiii. xiv.    | } | Agricultura.                                                   |
| xvii. xviii.  |   |                                                                |
- Rendas Publicas em nota xviii. p. 107 a 108.

# INDICE.

## Notas

- xv. xvi. } Adoração Religiosa dos seus Principes, e
- xix. }      Caracter dos Portuguezes.
- xvii. xviii. } Vide xiii Atrazo de pagamentos dos Sa-
- }      larios e da Tropa.
- xix.       Vide xv.
- xx.       } Que deveria pois fazer o Povo Portu-
- }      guez?
- xxi.       } Seita Jacobinica—Chefes Militares, Ba-
- }      chareis, Erros do Governo, Constitui-
- }      ção Antiga do Reino, Erro de fazer
- }      uma Constituição de novo.







18-465

C823

C871i

20 - nre - 1/00/07

1200